

O Clube Marítimo Africano: Uma história da resistência negro-africana lisboeta

Sofia Alexandra Iala Rodrigues

**Trabalho de Projeto
de Mestrado em Antropologia
Área de Especialização em Culturas Visuais
(versão corrigida e melhorada após defesa pública)**

(Junho, 2020)

**Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Antropologia – Especialização em Culturas
Visuais, realizado sob a orientação científica de Catarina Alves Costa e a
coorientação científica de Manuela Ribeiro Sanches**

Agradecimentos

A realização deste trabalho de projeto não teria sido possível sem o esforço dos meus progenitores, que admiro imenso. Tenho de admitir que é a nossa relação forte que me transmite força e gosto em escolher temas que incluam a esfera familiar. Conhecer o passado dos meus avós adveio de toda a paciência dos meus pais em narrar realidades e continuidades históricas que eu não vivi, mas que tenho todo o interesse em pesquisar e tornar numa memória material para mim e para as gerações vindouras.

Agradeço à minha família em geral, especialmente por me terem recebido e apoiado na minha ida a Angola. Agradeço sobretudo ao Senhor Ventura, que teve a bondade e a paciência para me levar a todos os locais da grande Luanda e por me ter acompanhado.

Gratifico a minha orientadora, a Professora Catarina Alves Costa, por todo o auxílio ao longo do projeto, bem como a minha coorientadora, a Professora Manuela Ribeiro Sanches, pelo contributo excecional em toda a pesquisa do cinema negro na diáspora.

Agradeço imenso toda a paciência da Professora Cristina Roldão. Dirijo também o meu agradecimento à Professora Inês Pontes e Rita Lopes, pelo interesse na minha investigação e pelo acompanhamento incessante durante esta longa jornada. Agradeço igualmente por ter tido o privilégio de contactar a Dr. Inês Mestre, Dr. Maira Oliveira, Dr. Maria do Sameiro André e Dr. Maria do Carmo Piçarra por terem sido uma presença feminina que prosperou o meu interesse pela área do arquivo e cinema.

Por fim, agradeço aos meus amigos próximos como Vânia Sanha, Gracieth Almeida, Alfredo Pontes, Ana Manhique, que são presenças constantes nos altos e baixos da minha jornada académica e pessoal.

Sofia Alexandra Iala Rodrigues

Lisboa, Junho de 2020

O Clube Marítimo Africano:
Uma história da resistência negro-africana lisboeta

Sofia Alexandra Iala Rodrigues

Resumo

Este trabalho aborda uma proposta de utilização do filme etnográfico no processo de recuperar a voz e dar a conhecer a resistência política e cultural dos africanos no Portugal do Estado Novo. Esse exercício de revelação é, em certa medida, um esforço de contra narrativa, de descentralização das narrativas dominantes não só acerca da resistência negro-africana, mas também sobre a memória e o arquivo familiar. Para concretizar esse objetivo, através de uma abordagem ao percurso dos meus avós, António Rodrigues (1918 -2011) e Pedro Yala (1926 – 1998), marítimos e sócios do clube a exemplo. Este trabalho debruçar-se-á sobre o *Clube Marítimo Africano*, uma das associações negro-africanas formadas no centro de Lisboa, tal como a sua congénere ligeiramente mais reconhecida, a *Casa dos Estudantes do Império*.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo familiar; Memória; Diáspora; Biografia; Cultura Visual.

The African Maritime Club:
A History of Lisbon's black-African resistance

Sofia Alexandra Iala Rodrigues

Abstract

This paper proposes the use of ethnographic film in the context of giving a “voice” to and making better known the political and cultural resistance in Portugal during fascism “New State” by African people and Afro-descendants.

The use of voiceover is to a certain extent a counter-narrative effort to destroy the dominant narratives of black-African resistance but also reflects on issues of memory and family archives. This goal will be achieved through re-exploring the path of my grandparents, António Rodrigues (1918 - 2011) and Pedro Yala (1926 - 1998), both maritime workers and members of the present club. The work will focus on the African Maritime Club, one of the associations of black Africans formed in the centre of Lisbon, alongside others, such as the House of Students of the Empire.

KEYWORDS: Family archives; Memories; Diaspora; Biography; Visual culture

Índice

Introdução	9
Capítulo 1	14
Enquadramento teórico do projeto	15
Construção identitária e arte na Diáspora Africana	15
O cinema e a construção de uma identidade anti-imperialista	29
Necessidade de exploração	41
Pequena burguesia	45
Capítulo 2	53
Contextualização Histórica do Clube Marítimo Africano	53
Empresas de Navegação	53
Coletivos Africanos de Lisboa	54
Alguns testemunhos (Filipe Zau)	57
Clube Marítimo Africano	60
Marítimos	62
Capítulo 3	64
Trabalho de campo: apresentação e discussão	65
Diário de campo	67
Captação de imagem	80
Entrevistas	84
<i>Imagens de Arquivo</i>	89
Capítulo 4	92
Continuidade do tema	92
Capítulo 5	98
Conclusão	98
Referências bibliográficas	102
Anexos I	118
Arquivos da Associação Tchiweka de Documentação	118

Abreviaturas

CCN - Companhia Nacional de Navegação

CEA - Centro de Estudos Africanos

CEI - Casa dos Estudantes do Império

CMA - Clube Marítimo Africano

CNN - Companhia Nacional de Navegação

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

EIN - Empresa Insulana de Navegação

ENN - Empresa Nacional de Navegação

MAC - Movimento Anticolonialista

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

SG - Sociedade Geral de Indústria, Comércio e Transportes

UPA - União dos Povos de Angola

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCA - Partido Comunista Angolano

PLUAA - Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola

MIA - Movimento pela Independência de Angola

MINA - Movimento pela Independência Nacional de Angola

Introdução

O tema da presente dissertação tem uma relação intrínseca com o meu percurso no campo da Antropologia e das Culturas Visuais. A presente disciplina determinou a abordagem metodológica ao tema: a ideia relativamente ao projeto adveio da curiosidade de explorar e aprofundar os caminhos enveredados pelos meus familiares na sua chegada e durante a sua permanência em Portugal.

Durante vários anos, escutei diversas histórias, fossem de familiares próximos, da parte tanto paterna quanto materna, fossem de outras famílias angolanas amigas; histórias, estas, sempre contadas em ambientes informais, sendo que algumas delas já tinham mais de cinquenta anos, nomeadamente as dos meus falecidos avôs, ambos embarcadiços e sócios do Clube Marítimo Africano.

Dos meus dois avôs, o convívio com o paterno, António Rodrigues da Costa (1918-2011), revelou-se o mais duradouro. As suas experiências foram por ele sempre contadas com algum receio e de uma forma muito simplificada, consequência dos inúmeros encarceramentos a que ele e os companheiros haviam sido submetidos. Muitas informações ficaram pela metade, até ao momento que a sua memória já não lhe permitiu o exercício de contar. Desde então, venho criando um imaginário sobre estas viagens e dificuldades que estes homens, meu avô e os seus camaradas, passaram, quer em Portugal, quer em Angola.

Posto isto, e por considerar que a teorização sobre o percurso dos imigrantes e afrodescendentes em Portugal carece de novas formas de expressão que conduzam a entendimentos renovados, leituras e espectadores/ públicos e/ou leitores, na prossecução do objetivo deste trabalho, concebi a possibilidade de realizar um filme etnográfico versando sobre as memórias da resistência negro-africana lisboeta.

Toda a memória se estrutura em identidades de grupo. Dito de outro modo: a memória corresponde a um fenómeno social, pois “o que se recorda é a memória de um passado intersubjetivo, vivido com os outros”; “as pessoas recordam memórias partilhadas que evocam em conjunto”; encontra o seu fundamento “em marcos sociais de referência coletiva,[...] porque contribui para a identificação social” (Gomes, 2014, p. 43).

Na contextualização do estudo das culturas visuais, ciente do potencial dos registos biográficos enquanto fontes mnemónicas simultaneamente confiáveis e gratificantes, destacando-se como uma das mais versáteis formas de arte, revestidas de grande pertinência quer como recurso de informação para quem estuda as diferentes realidades, quer como objeto de fruição cultural para o público em geral (Kirk-Greene, 1986, p. 39), realizei então um documentário (auto)biográfico que intitulei de **Memórias líquidas 2.0**. Sob a divisa “ir explorar, apreender através dos sentidos” – tudo ações subentendidas na expressão *Viajar & Ver*, tomada de empréstimo a Kobena Mercer (2016) – considero as filmagens “rodadas” entre Lisboa e Luanda, (auto)biográficas precisamente por que, à construção e/ou validação da minha própria identidade, enquanto descendente da diáspora, subjaz a memória. Memória: esse património imaterial cujos fragmentos ao meu alcance procurei captar e cristalizar por meio da câmara de filmar, mecanismo representando uma extensão dos sentidos, como diriam John Collier Jr. e Malcolm Collier (1986, p. 7), e *espelho* – dinâmico, acrescente-se – *com memória*.

Linguagem e pintura são materiais claramente dissemelhantes, exigindo diferentes formas de seleção ou disposição, mas, na autobiografia, a visão e a memória permanecem como os controlos essenciais; o tempo e o espaço, como os problemas centrais; a redução e a expansão, como os objetivos desejados.¹ (Howarth, 1974, p. 364)

Tudo isto se amplifica, a meu ver, no cinema. Enquanto fusão de várias artes, tenho-o mais do que como uma mera forma, considerando-o antes como um veículo privilegiado da estética capaz de apelar não só à visão, como à audição. Trata-se de uma linguagem audiovisual com potencial para reproduzir outras formas de arte (Hérbert, 2005, p. 180), desde a música às artes plásticas e performativas, passando pela própria fotografia e pela literatura. Os filmes perfazem “um material muito relevante, pois”, como sugere Patrícia Ferraz de Matos (2016, p. 154), “envolvem o espectador em processos heurísticos e de criação de significado muito diferentes da escrita verbal, mas cuja

¹ Language and paint are clearly dissimilar materials, requiring different forms of selection or arrangement, but in autobiography vision and memory remain the essential controls, time and space the central problems, reduction and expansion the desired goals (tradução livre).

análise pode ser tanto ou mais proveitosa”.

Hoje, escreve Maria Laurinda Ribeiro Souza (2005) na senda de Bauman, “tudo é temporário, a modernidade é fluida, tal como os líquidos, e caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma” (em Leão & Castro, 2009, p. 105).

Os fluidos viajam facilmente. [...] A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de “leveza”. [...] Associamos “leveza” ou “ausência de peso” à mobilidade e à inconstância: sabemos, pela prática, que, quanto mais leves viajamos, mais fácil e mais rapidamente nos movemos. [...] Estas são razões para considerar a “fluidez” ou “liquidez” como metáforas adequadas quando desejamos apreender a natureza do presente, de muitas maneiras nova, na história da modernidade.² (Bauman, 2000, p. 2)

Num momento marcado pelo temporário; pela voga-relâmpago; pela velocidade supersónica em que a informação logo se volve obsoleta; era de tecnologias galopantes; reino das redes sociais; Idade de Ouro da experiência virtual - à semelhança, e porventura a montante, do Presente, também a memória parece atravessar uma crise de excesso de “mobilidade e inconstância”: fugidia, teima em querer escapar por entre os dedos do tempo. Até certo ponto, as memórias de um indivíduo nunca são somente *dele*, nem uma lembrança pode coexistir completamente isolada de um grupo social (Halbwachs, 1925, 1968). **Memórias líquidas 2.0** remete para a memória individual, familiar e coletiva da Diáspora Africana e materializa-se na singela tentativa de alguém que cresceu nos ecos deste ambiente, de travar que ínfimos retalhos de vidas de ex-marítimos ativistas associados ao CMA e das suas famílias, em Luanda e na Lisboa do Estado Novo, escurram para o vácuo do silêncio.

O documentário aliou a captação de espaços luandenses, destacando-se o Bairro Operário, ou Bê Ó, a entrevistas, mostrando também imagens raras de arquivo que representam cenários alusivos aos portos e à vivência de ex-marítimos e das suas famílias nesta cidade, visto que a capital angolana acolheu uma grande parcela da

² Fluids travel easily. [...] The extraordinary mobility of fluids is what associates them with the idea of “lightness”. [...] We associate “lightness” or “weightlessness” with mobility and inconstancy: we know from practice that the lighter we travel the easier and faster we move. [...] These are reasons to consider “fluidity” or “liquidity” as fitting metaphors when we wish to grasp the nature of the present, in many ways novel, phase in the history of modernity (tradução livre).

migração regional antes da independência e deslocamentos regionais de migrantes depois desta.

Com vista a reativar memórias e relembrar o legado destes grupos através do cinema documental, este projeto propôs-se, *a priori*, procurar resposta às seguintes questões:

- Que resistência negro-africana existia na Lisboa do Estado Novo e como operava?
- Qual o papel de grupos e ativismos, com destaque para o CMA, raramente citados na história portuguesa, no processo da libertação dos negros em Portugal e igualmente nas ex-colónias?
- Qual o percurso dessa resistência, sobretudo a do CMA, até ao início das lutas de libertação?
- Como reativar memórias e relembrar o legado destes grupos através do cinema?

Independentemente das conclusões no final do processo, estou, desde já, ciente de que estas constituem meramente questões *de partida*, mas não necessariamente “de chegada”, porque, em geral, em Antropologia, “o plano da investigação não se estrutura à partida” – como realça Keith F. Punch (1998, p. 161), citado por Clara Pereira Coutinho (2016, p. 347) –, “antes evolve do contexto da sua implementação: embora possam haver [sic] questões prévias, elas serão sempre muito gerais e desenvolvidas no terreno”.

A elaboração do filme resultou, então, de um trabalho de campo inserido no plano qualitativo, nomeadamente, um estudo etnográfico, em que desempenhei o papel de observadora-participante e principal “instrumento de medida” (Miles & Huberman, 1994, p. 6). Para concretizar o projeto, usei mais do que uma fonte, a saber: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas e diário de investigação. A amostra de entrevistados compôs-se de dois familiares (de ambos os lados, o materno e paterno, descendentes diretos de embarcadiços e ex-sócios do CMA) e de uma terceira pessoa (igualmente neto de um embarcado), com vista a apresentar um ponto de vista exterior à esfera familiar, evidenciando que a realidade retratada não é, naturalmente, exclusiva. As páginas que se seguem relatam a trajetória dos primórdios da agremiação: O Clube Marítimo Africano.

Oficialmente criado em 1945 como agregação desportiva, o Clube Marítimo Africano (CMA) funcionava igualmente como centro cultural e de alfabetização. O desenvolvimento instrutivo da associação resultou num mecanismo de consciencialização política para fazer face ao fascismo e ao sistema colonial português. A agremiação formou-se com a união de trabalhadores de companhias marítimas, trabalhadores, estes, de origens diversas, tais como: moçambicana, cabo-verdiana, são-tomense, angolana e guineense. Estes constituíam maioritariamente a força de trabalho da secção de câmaras em navios de companhias marítimas portuguesas, que abrangia o paioleiro de mantimentos, os cozinheiros, os ajudantes de cozinha, os empregados de mesa, os *camaroteiros* e a equipa de lavandaria. “O pesado trabalho nas secções de máquinas e de câmaras levou ao recrutamento de muitos africanos, maioritariamente angolanos” (Zau, 2005, p. 109). Por falta de mão-de-obra nacional disposta a um trabalho fisicamente muito desgastante e perigoso, as companhias marítimas portuguesas foram faseadamente aceitando trabalhadores africanos para as secções de máquinas a bordo dos navios. Servir estas companhias que atravessavam o Atlântico representaria, decerto, uma experiência verdadeiramente aterradora, devido não só à agrura inerente às próprias condições laborais, como também à grave discriminação racial que então se fazia sentir. Mesmo assim, esta constituiu, para muitos, uma potencial saída, ainda que precária, das já miseráveis realidades da esfera colonial. A possibilidade de mobilidade veio oferecer-lhes a oportunidade para trazerem as suas famílias para Portugal ou para outros países europeus.

A convivência entre africanos residentes em Portugal e imigrantes mais recentes, especialmente estudantes e trabalhadores no centro de Lisboa, estimulou e desenvolveu a organização de pequenos grupos de estudo para um entendimento global sobre as possibilidades e ferramentas necessárias para a libertação das colónias subjugadas. Existia também o interesse na criação de um meio de partilha de informação de Portugal para os países africanos e para o resto do mundo, partilha em que os marítimos vieram a desempenhar um papel fundamental.

Tendo em conta que esta resistência negro-africana se organizou em Lisboa, é objetivo deste projeto tentar recuperar a voz desses africanos e das suas comunidades e dar a conhecer a resistência política e cultural dos africanos e afrodescendentes no Portugal

do Estado Novo. Este exercício de desocultação é, em certa medida, um esforço de contra narrativa, sobre o que foi a resistência negro-africana, sobretudo nas cidades de Lisboa e de Luanda.

As páginas que se seguem aprofundarão o enquadramento teórico do projeto, começando por uma breve contextualização do CMA, seguindo-se uma exposição do trabalho de campo que complementará os processos de produção do documentário e consequente desfecho do projeto.

Capítulo 1

Enquadramento teórico do projeto

Construção identitária e arte na Diáspora Africana

Remontando ao século XIX, as migrações rumo aos centros urbanos em Angola estenderam-se por toda a centúria seguinte, acentuando-se mesmo depois da independência, em virtude da guerra civil que perdurou até ao ano de 2002 (Oliveira, 2015; A. O. Pinto, 2016). No decurso da colonização, as várias migrações regionais ficaram sobretudo a dever-se à opressão violenta sobre os nativos.

Uma parte considerável da parcela de migrantes em Luanda incluiu os Bakongo, que correspondiam “a um grupo extremamente variado, com assinaláveis diferenças de classe social e de origem regional”, cuja diversidade intrínseca se mostra, de acordo com Luena Pereira (2013, p. 13), “marcada pela experiência de exílio de parte deste contingente na República Democrática do Congo entre as décadas de 1950 e 1970”. Após a independência, em 1975, parte deste retornou a Angola, tendo-se instalado sobretudo na capital (Pereira, 2013, p. 13).

Considerado o terceiro maior grupo étnico da região, os Bakongo estão igualmente presentes na República Democrática do Congo, no Congo e nas regiões a norte de Angola (Soyo, Nzeto e Ambriz), que anteriormente abrangiam o antigo Reino do Kongo (Pereira, 2013, p.13). O dinamismo destas populações migrantes repercute-se até hoje, ecoando a história das suas associações, principalmente as desportivas. Segundo contou José Narciso Ferreira, lenda do futebol luandense e um dos entrevistados na prossecução deste projeto, muitos dos trabalhadores angolanos das companhias marítimas portuguesas provinham de Cabinda ou de Ambrizete, territórios Bakongo. A proximidade regional e cultural destes trabalhadores gerou um sentido de pertença na base da criação de pequenos grupos na cidade de Luanda e, mais tarde, em Lisboa, bem como noutras cidades europeias, hoje consideradas locais da diáspora de muitos descendentes de Angola. Eu própria, autora do presente trabalho, “neta” destas migrações regionais e intercontinentais, sou parte da diáspora. Tornou-se, assim, fulcral para o meu percurso, enquanto criadora e investigadora, a visualização das obras cinematográficas produzidas por outros descendentes da diáspora africana, designadamente os ligados às ex-colónias britânicas, uma vez que muitos deles

estiveram na vanguarda do tratamento das questões identitárias da diáspora no mundo simbólico, expresso através da arte e da linguagem. A literatura, a música, o cinema e as outras artes mostraram-se territórios fecundos para o desabrochar do processo das lutas de libertação, assim como para todas as conexões intercontinentais que a diáspora deteve, sobretudo, com África e com a América do Sul.

Como popularmente concebida, a Diáspora Africana é um rótulo denotativo para as pessoas dispersas, removidas/ exiladas de uma origem territorial comum: a África Subsaariana. O próprio termo diáspora não foi provavelmente usado para se referir a povos de ascendência africana até meados de 1950, quando começou a ser empregue por intelectuais envolvidos no Pan-africanismo e no esforço de aumentar a consciência e criar solidariedade entre os Negros por todo o mundo (Shepperson, 1993)^{3,4} (E. T. Gordon & Anderson, 1999, p. 284)

Historicamente, o termo diáspora começou por ser empregue para se referir à população judaica que foi exilada de Israel e forçada a estabelecer-se fora da sua terra natal. Já o uso contemporâneo deste conceito estendeu-se para albergar muitos movimentos populacionais, tais como imigrantes, refugiados políticos, trabalhadores estrangeiros, comunidades estrangeiras e minorias étnicas e raciais (Huang et al., 2013, p. 287).

Para George Shepperson (1993), citado por Dwayne E. Williams (1999, p. 107), um dos primeiros a disseminar este conceito nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, a Diáspora Africana assenta em dois pilares axiais: o da escravidão e o da migração, bem como, no impacto destes processos históricos na vida dos povos africanos e dos seus descendentes, nos locais onde agora vivem. Joseph E. Harris (1982, p. 5) acrescenta que a dispersão global ao longo da história, quer voluntária, quer por força das vicissitudes, acarreta, como consequência, “a emergência de uma identidade cultural fora de casa, baseada na origem e condição social, e o retorno

³ Shepperson, G. (1993). African Diaspora: Concept and Context. In J. Harris (Ed.), *Global Dimensions of the African Diaspora* (2nd ed., pp. 41–50). Howard University Press.

⁴ The African Diaspora as popularly conceived is a denotative label for the dispersed people removed/exiled from a common territorial origin, sub-Saharan Africa. The term diaspora itself was probably not used to refer to peoples of African descent until the mid-1950s, when it began to be employed by intellectuals involved in pan-Africanism and the effort to raise consciousness and create solidarity among Blacks across the globe (Shepperson 1993) (tradução livre).

psicológico ou físico à terra natal [...]. Assim vista”, continua o autor, “a Diáspora Africana assume o caráter de um fenômeno dinâmico, contínuo e complexo que se estende através do tempo, geografia, classe e gênero”⁵ (*idem*). Paul Gilroy (2001) descreve a diáspora como uma formação de uma rede que possibilitou aos Negros criarem uma cultura sem nacionalidade, abrangendo todas elas simultaneamente. Esta rede esclarece o caráter híbrido do conceito de “Atlântico Negro”, sem fronteiras étnicas ou nacionais. O autor destrói, assim, as bases culturais “clássicas” entre lugar e nação, resultando na desacreditação do território como fator determinante de identidade.

A estética da diáspora

Em *Travel & See: Black diaspora art practices since the 1980s*, uma compilação de dezoito artigos redigidos entre 1992 e 2002, o historiador de arte Kobena Mercer (2016) apresenta um modelo diaspórico de crítica, enfatizando as estratégias deste movimento estético, ao mesmo tempo que esmiúça os contextos políticos e culturais em constante mutação, em que circulam as artes visuais negras. Ao fazê-lo, oferece-nos uma visão alargada de uma contra narrativa composta por artistas afro-britânicos e caribenhos negros. Sobre o “moderno pós-colonial”, revelando a progressão dos seus pensamentos, análises e questionamentos sobre o surgimento da “arte da diáspora”; uma arte que o próprio Mercer contribuiu para tornar visível e compreensível (Murphy, 2016, p. 2). O título da obra, “travel & see”, advém de uma inscrição certo dia avistada pelo autor num barco, em Praia de Kokrobite (Acra), no Gana. A expressão “viajar e ver” despertou-lhe desde logo os sentidos para que estabelecesse uma íntima analogia relativamente à ambição de querer abraçar o conhecimento através da exploração, da investigação e da experimentação.

⁵ [...] the emergence of a cultural identity abroad based on origin and social condition; and the psychological or physical return to the homeland, Africa. Thus viewed, the African diaspora assumes the character of a dynamic, continuous, and complex phenomenon stretching across time, geography, class, and gender (tradução livre).

A estética, se entendida também como a teoria sobre o que está envolvido no estudo da *aisthesis*, o reino da vida sensorial e simbólica, através do qual os seres humanos se sentem à vontade com a realidade, deve ser trazida à tona.⁶ (L. R. Gordon, 2018, p. 20)

Dir-se-ia que também as fases deste projeto, envolvendo os processos de viagem, contemplação e experiência *in loco*, rumo à descoberta das minhas origens, buscaram, como se verá, inspiração em alguns destes elementos temáticos.

São várias as identidades da diáspora africana que, como salienta Stuart Hall (1989, p. 713), equivalem àquelas “que estão a produzir-se constantemente e a reproduzir-se de novo, através da transformação e da diferença”⁷. Neste particular, a identidade marítima denota uma conexão entre elas, senão veja-se: Paul Gilroy, em *Atlântico Negro* (2001), revê, nas imagens de navios – enquanto sistemas vivos, microculturais e micropolíticos em movimento –, o instrumento mediador da construção de identidades culturais híbridas e transatlânticas. O sociólogo refere-se ao Atlântico e à vida marítima, com a caracterização de contaminação, mistura, movimento entre o local e o global, correspondendo o navio, em si, à unidade principal de análise; reveste-se, este, de uma importância histórica, por ter sido o órgão principal para a rede de comunicação pan-africana (Gilroy, 2001, p. 38).

Os navios imediatamente concentram a atenção na *Middle Passage* [passagem do meio]⁸ nos vários projetos de retorno redentor para uma terra natal africana, na circulação de ideias e ativistas, bem como no movimento de artefatos culturais e políticos chaves: panfletos, livros, registros fonográficos e coros. (Gilroy, 2001, p. 38)

⁶ Aesthetics, if understood as also the theory about what is involved in the study of *aesthesis*, the realm of sensory and symbolic life through which human beings in effect make themselves at home with reality, should be brought to the fore (tradução livre).

⁷ [Diaspora identities are those] which are constantly producing and reproducing themselves anew, through transformation and difference (tradução livre).

⁸ “A expressão *Middle Passage* tem uso consagrado na historiografia de língua inglesa e designa o trecho mais longo — e de maior sofrimento da travessia do Atlântico realizada pelos navios negreiros” (Gilroy, 2001, p. 38 nota do revisor).

“No momento em que o corpo negro é fetichizado pelo olhar colonial, a pele torna-se num signifiante da diferença biológica e imutável”⁹ (Pugh, 2017, para. 13). As culturas da diáspora, decalcadas de um molde histórico que envolve, desde logo, raça, colonialismo e escravatura, sobressaem pela resiliência perante a necessidade de adaptação a realidades inesperadas:

Entre as tensões das identifições ou estereótipos externos e os desafios de um ambiente hostil, grupos de ascendência africana, parte da Diáspora Africana, criaram novas identidades e sobreviveram longe de casa, criando experiências culturais e políticas bastante peculiares e constantemente mudando com o tempo e as circunstâncias.¹⁰ (E. Rocha, 2015, pp. 1–2)

Ao fim e ao cabo, parece-me não existir propriamente um foco de origem ou destino das diásporas, visto que, nós, Africanos e Afrodescendentes, resultamos de fusões; personificamos o produto nunca verdadeiramente acabado de conflitos entre características residuais, dominantes e emergentes da(s) cultura(s), na sua infindável transformação (E. Rocha, 2015, p.2). Contudo, a questão da identidade – “(re)conquistada”, “reconstruída” ou “redescoberta” – enquanto parte integrante da resistência negra, omnipresente sobretudo desde os anos setenta do século XX, exige uma aceitação dos corpos até então perdidos entre o *lá* e o *cá*, ou, como diria Stuart Hall (2006), entre o “lá fora” e o “aqui”.

[...] a identidade nacional não pode ser dissociada de um passado colonial, bem como o “lá fora” não deixa de fazer, agora de um modo diferente, parte do “cá dentro”, um “Outro” que a homogeneidade da nação e dos seus símbolos insiste em não querer pensar e reconhecer, a não ser assimilando ou tolerando vagamente – quando não erradicando [...] – o que, muitas vezes, se afigura finalmente intolerável. (Sanches, 2006, p. 8)

⁹ Where the black body is fetishised through the colonial gaze, the skin becomes a signifier of biological and unchangeable difference (tradução livre).

¹⁰ Amidst the tensions of the external identifications or stereotypes and the challenges of a hostile environment, groups of African descent, part of the African Diaspora, have created new identities and survived away from home creating cultural and political experiences that are quite peculiar and constantly changing over time and circumstances (tradução livre).

Esta identidade integra uma linguagem passível de resgatar “os elos quebrados da história colonial”, essenciais à “‘descolonização mental’ reclamada por escritores como Frantz Fanon e Amílcar Cabral e sem a qual a independência política não passaria de uma concha sem miolo” (Hall, 2009, p. 17). O discurso cultural terceiro-mundista mostra-se propício ao despontar de “estéticas alternativas”, especialmente prolíficas na literatura e nas artes cinemáticas, entre elas, a já mencionada “estética da diáspora”, introduzida por Kobena Mercer, entre outros. Segundo Robert Stam (2003, p. 32), “estas estéticas partilham a característica do *jujitsu* de transformar a fraqueza estratégica em força tática”. Explica o autor que, “ao se apropriarem de um discurso existente para os seus próprios fins, elas empregam a força do dominante contra a dominação”¹¹ (*idem*).

Os efeitos emocionais do deslocamento e deslocalização diaspóricos também levaram muitos de nós, no século XXI, a recapturar, na escrita, memórias e histórias da família, a fim de resgatar legados perdidos, restaurar as conexões suspensas pelo tempo, lugar e política. Isto é especialmente verdade em descendentes de grupos que foram submetidos ao extermínio ou expulsão. As memórias, um género literário revigorado e reinventado na década de 1990, tornou-se numa forma cada vez mais produtiva de explorar o significado da família, da identidade geracional e da etnia, além de pesquisar um passado marcado pela calamidade histórica – as perdas causadas pelas vicissitudes da violência, da guerra e do genocídio.¹² (Hirsch & Miller, 2011, p. 9)

Na sétima arte, estas manifestações “neologísticas” encontram, por exemplo, no Terceiro Cinema, em oposição à supremacia das produções de Hollywood, uma das suas mais

¹¹ [At the same time,] these aesthetics share the jujitsu trait of turning strategic weakness into tactical strength. By appropriating an existing discourse for their own ends, they deploy the force of the dominant against domination (tradução livre).

¹² The emotional effects of diasporic dislocation and relocation also have led many of us in the twenty-first century to recapture, in writing, family memories and stories, in order to rescue lost legacies, to restore connections suspended by time, place, and politics. This is especially true of descendants of groups that have been subjected to extermination or expulsion. Memoir, a literary genre reinvigorated and reinvented in the 1990s, has become an increasingly productive form for exploring the meaning of family, generational identity, and ethnicity, as well as one for researching a past marked by historical calamity – the losses caused by the vicissitudes of violence, war, and genocide (tradução livre).

notáveis expressões.

Terceiro Cinema

A indústria global do cinema pode, em teoria, desdobrar-se em Primeiro, Segundo e Terceiro Cinemas. Tal divisão tornou-se evidente durante século XX, como refere Gerald Macdonald (1994, p. 28), “em ondas de reação a favor e contra as indústrias cinematográficas das potências coloniais centradas em metrópoles, ou o que hoje é chamado de Primeiro Cinema, o cinema dos lucros corporativos.” Já o Segundo Cinema corresponde ao “cinema de arte” e traduz-se, de acordo com o autor, no cinema da cidade europeia do pós-Segunda Guerra Mundial, de que o género neorrealista constitui um emblemático exemplo. Por fim, o Terceiro Cinema equivale ao cinema radical ou subversivo desenvolvido nos países do Terceiro Mundo com o intuito de “radicalizar diretamente e chamar para a ação os membros da audiência”¹³ (*idem*).

O Terceiro Cinema é um conceito descritivo e prescritivo que, na prática, está vinculado ao surgimento histórico do "cinema do Terceiro Mundo" no oeste, sudeste e leste da Ásia, África, América Latina e bacia do Pacífico em meados do século XX. Ao passo que o cinema do Terceiro Mundo está vagamente ligado aos processos de descolonização e construção da nação e inclui o cinema industrial no seu escopo, o Terceiro Cinema é um termo ideologicamente carregado e esteticamente significativo que denota a adoção de uma postura independente e muitas vezes de oposição aos géneros comerciais e ao cinema de autor emanados do mundo capitalista ocidental mais desenvolvido (ou ocidentalizado, nos casos de Israel e da Austrália). Como tal, o Terceiro Cinema é, simultaneamente, menos geograficamente vinculado e moldado de maneira mais ativa pelos movimentos anti-imperialistas e de contracultura que surgiram durante a década de 1960. Ele aponta para o poder inerente do cinema, como meio moderno de comunicação, para efetuar a transformação sociopolítica dentro das nações e entre continentes. Mistura, frequentemente, uma preocupação socialista com a emancipação dos trabalhadores (e outros povos oprimidos) e com o acesso democrático aos media,

¹³ [...] to radicalize directly and call to action members of the audience. to radicalize directly and call to action members of the audience (tradução livre).

com um compromisso para com a autodeterminação cultural e a inovação artística.¹⁴ (*Third Cinema*, 2020, p. 2)

Por vezes, descrito como “cinema de guerrilha”, o Terceiro Cinema nasceu entre 1960 e 1970, nas atividades revolucionárias sul-americanas (Wayne, 2001, p. 56) e procura confrontar, através do audiovisual, o espectador com situações quotidianas críticas do seu meio. Este movimento cinematográfico serve-se de formas de expressão artística sustentáveis e socialmente relevantes em relação às condições capitalistas e politicamente instáveis ou repressivas. Promove, deste modo, a solidariedade entre povos que sofreram ou que ainda sofrem com as amarguras do neocolonialismo, obviamente estruturado na base de algum tipo de discriminação: entre outros, racismo, etnocentrismo, classismo e sexismo (Solanas & Getino, 1970). Rebusca, em suma, temáticas do foro nacional, muitas vezes negligenciadas pelo discurso oficial e pelo cinema industrial, e denuncia aos espectadores internacionais as práticas do colonialismo e as suas perpetuações na atualidade. Caracterizado por poder ser produzido com ou sem o apoio estatal, e dirigido por equipas de amadores e profissionais experientes, o Terceiro Cinema encontra especial relevância nas suas formas alternativas de produção, distribuição e exibição, nomeadamente na intenção de diferentes inspirações estéticas e na conceção dos termos cinematográficos considerados padrão (Solanas & Getino, 1970).

Stuart Hall (1990) destaca a época em que o cinema caribenho emerge, acompanhando outros *Terceiros Cinemas*. Um e os outros associam-se, mas diferem no tocante às formas de representação dos afro-caribenhos e asiáticos da diáspora. Todas estas práticas culturais e formatos de representação sublinham a temática da *Negritude* e o problema de identidade cultural.

¹⁴ Third Cinema is a descriptive and a prescriptive concept that in practice is linked to, yet extends beyond, the historical emergence of “Third World cinema” in West, Southeastern, and Eastern Asia; Africa; Latin America; and the Pacific Basin in the mid-twentieth century. Whereas Third World cinema is loosely tied to processes of decolonization and nation-building and includes industrial filmmaking in its scope, Third Cinema is an ideologically charged and aesthetically meaningful term that denotes the adoption of an independent, often oppositional stance towards commercial genre and auteurist cinemas emanating from the more developed, Western (or Westernized, in the cases of Israel and Australia) capitalist world. As such, Third Cinema is both less geographically bound and more actively shaped by anti-imperialist and counterculture movements that emerged during the 1960s. It points to the inherent power of cinema, as a modern medium of communication, to effect sociopolitical transformation within nations and across continents; and it frequently blends a socialist concern with workers’ (and other oppressed peoples’) emancipation and democratic access to the media with a commitment to cultural self-determination and artistic innovation (tradução livre).

Pan-africanismo e Negritude

O movimento da Negritude, de que Césaire e Senghor assumem a paternidade histórica, trouxe, a partir de um conceito inicialmente literário e antropológico, uma nova perspectiva de abordagem à dicotomia “colonizador-colonizado” que emergiria como matriz civilizacional e verdadeira ideologia política, ao defender que, a par de uma “humanidade branca”, existe uma “humanidade negra”, nenhuma subordinante ou subordinada à outra. (Amorim, 2010, p. 106)

Nascido, fora de África, “das correntes filosófico-literárias que fizeram a sua época, como o existencialismo e o surrealismo” (Neto, 2006, p. 334), e pela primeira vez expresso na língua portuguesa, em 1942, pela mão de Francisco José Tenreiro, na sua obra *Ilha de Nome Santo* (Margarido, 1964, p. 7), o conceito de Negritude veio colocar “com acerto o problema da conscientização cultural do homem negro no mundo, independentemente da área geográfica em que ele se dispersou” (Neto, 2006, p. 334). Porém, ao lado do Pan-africanismo, a Negritude, enquanto “verdadeira bíblia para os intelectuais do movimento *Renascimento Negro*” (Domingues, 2005, p. 27), começaria, a certa altura, a “falsear”, nas palavras de Agostinho Neto (2006, p. 334), “o problema negro”. “Influenciados pelo surgimento da literatura ‘negro-africana’”, grandes vultos da (contra)cultura como Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade e o próprio Agostinho Neto “estavam convencidos de que apenas um ‘retorno às fontes’ permitiria que o movimento estivesse em total simbiose com as aspirações mais profundas dos povos da África”¹⁵ (Lo, 2013, p. 62). Este “retorno às fontes” de que fala Amílcar Cabral (1978, p. 99, 1999, p. 131) confunde-se com o que Frantz Fanon (1963, p. 210), citado por Stuart Hall (1990, p. 223), intitulou de “passionate research”:

[...] pesquisa apaixonada [...] dirigida pela esperança secreta de descobrir além da miséria de hoje, além do desprezo, resignação e abjuração, uma Era muito bela e esplêndida cuja existência nos reabilita tanto em relação a nós mesmos

¹⁵ Influenced by the emergence of “negro-African” literature, they were convinced that only a “return to the roots” would enable the movement to be in total symbiosis with the deepest aspirations of the peoples of Africa (tradução livre).

quanto em relação aos outros.¹⁶

Em termos breves, cumpre referir que, entre os vários debates incitados pela controversa questão da Negritude passíveis de invocar, sobressai o risco de esta sucumbir a uma lógica subjacente que perigosamente encoraja uma espécie de “racismo antirracista” (Franklin, 1953, p. 288), quando “o racismo branco não pode ser combatido por um mero racismo negro” (Margarido, 1964, p. 20) que mais não faz do que contribuir para manter “íntactas todas as estereotípias e representações negativas dos negros” (Schucman, 2010, p. 46). Manuela Ribeiro Sanches (2011, pp. 11–12) vai mais além ao sublinhar, que

A questão da negritude [...], tema que inspiraria muitas tomadas de posição reivindicando o direito à diferença como forma de garantir a igualdade efetiva, evidenciaria a necessidade, que nos parece ainda justificada, de questionar os preconceitos raciais e culturais que, pesem embora todos os discursos em tomo de uma crioulação excessivamente pacífica, continuam a assolar as sociedades contemporâneas. [...] Por outro lado, o carácter transnacional da negritude e do pan-africanismo, outro importante elemento do projeto anticolonial, cria uma tensão produtiva com a afirmação dos nacionalismos anticoloniais que tanto mais valerá a pena visitar, numa época de globalizações desiguais, mas também de outros tráfegos que geram tanto diferenças só aparentemente irreduzíveis, como solidariedades inesperadas.

[...] “Pan-africanismo, ou “movimento pan-africano”, refere-se à crença na singularidade e unidade espiritual de todos os Negros, à demanda simultânea de autodeterminação em África para os Africanos, e à demanda por tratamento igual e digno para os Negros em toda a comunidade mundial.¹⁷ (J. U. Gordon, 2000, p. 176)

¹⁶ [...] passionate research [...] directed by the secret hope of discovering beyond the misery of today, beyond self-contempt, resignation and abjuration, some very beautiful and splendid era whose existence rehabilitates us both in regard to ourselves and in regard to others (tradução livre).

¹⁷ [In the context in which Pan-Africanists use it, the term] “Pan-Africanism,” or the “Pan-African movement,” refers to belief in the uniqueness and spiritual unity of all black people, the concurrent demand for self-determination in Africa for Africans, and the demand for equal and dignified treatment for blacks throughout the world community (tradução livre).

O Pan-africanismo nasce na diáspora, principalmente nos Estados Unidos e nas Caraíbas, bem como na Grã-Bretanha (Decraene, 1959, p. 9; Horne, 2018, p. 599; Legum, 1965, p. 14), e comporta, no seu âmago, uma reação à dispersão dos africanos da terra-mãe, África. Esta disseminação ocorre, sobretudo, ainda que não exclusivamente, através do comércio forçado transatlântico e árabe de escravos e, mais tarde, também por meio de algumas dispersões voluntárias e de menor monta dos povos africanos (Horne, 2018, p. 599). De acordo com Decraene (1959, p. 6), o período colonial “correspondeu em parte a uma fase de ‘alienação’, em parte a uma fase de conscientização nacional”¹⁸.

A ausência de ideologia, de projeto político próprio, explicáveis não por uma inferioridade africana étnica ou civilizacional [nem] por uma incapacidade de produzir História mas, antes, pela autoflagelação decorrente do facto de a experiência colonial se ter servido, mais do que destruído, das estruturas políticas e comerciais africanas e instrumentalizado em seu proveito as rivalidades locais e regionais, explicam a emergência do mito da idílica solidariedade africana [...] – o Pan-Africanismo – nascido fora do continente mas implantado no seu seio pela mão das primeiras gerações de líderes africanos. (Amorim, 2010, p. 107)

Na sua mais antiga manifestação, o Pan-africanismo envolve a memória e a nostalgia, por parte desses povos espalhados de se reconectarem a África (Horne, 2018, p. 599).

Este aspeto de lembrança-reconexão do Pan-africanismo baseou-se nas circunstâncias exigentes dos Negros no Novo Mundo e nas versões diaspóricas das culturas, na filosofia e nos valores tradicionais africanos, especialmente os dos Muntu, Ntu, Ubuntu, Kintu, Nommo, Kuntu e povos Hantu. Estes conceitos combinados incluíam a ideia de que todas as pessoas, coisas, ideias e estética têm as suas próprias forças em constante interação e de que existe essencialmente uma unidade de todas as coisas: um equilíbrio que, embora possa ser perdido temporariamente, será por fim restaurado. O Pan-africanismo

¹⁸ [Après une courte période coloniale, qui] a correspondu en partie à une phase d' « aliénation », en partie à une phase de prise de conscience nationale [...] (tradução livre).

representa o retorno da unidade do povo africano (mas unidade sem necessidade de uniformidade).¹⁹ (Horne, 2018, p. 599)

A origem do Pan-africanismo pode ser atribuída a Henry Sylvester Williams (Decraene, 1959, p. 11), quando, no dealbar de oitocentos, “convocou a primeira conferência pan-africana para protestar contra a expropriação de terras nas colônias, a discriminação racial e outros problemas que afetavam todos os povos de ascendência africana”²⁰ (M’bayo, 2004, p. 22). Estas ideias pioneiras seriam seguidas por William Edward Burghardt Du Bois. Entre os poucos estudiosos que, na passada centúria, se debruçaram sobre África, este é, por muitos, reconhecido como o mais proeminente, pelo que muitos africanos consideram que a Du Bois se deve esta ideologia (Decraene, 1959, p. 23). O sociólogo levou a cabo a concretização das ideias do seu antecessor, organizando, entre 1919 e 1945, os primeiros congressos pan-africanos e cedo estabeleceu um paralelismo que se tornaria célebre (M’bayo, 2004, p. 22; M. W. Williams, 1991, p. 356), a saber: “O movimento africano significa para nós”, escreveu W. E. B. Du Bois (1919, p. 166), “o que o movimento sionista deve significar para os judeus, a centralização do esforço da raça e o reconhecimento de uma frente racial”²¹. Segundo Huan-Hsing Chen (1996, p. 417), citado por Vítor Oliveira Sousa (2013, pp. 17–18), a experiência judaica foi, de resto, objeto de invocação metafórica, de recorrente recurso por muitos pensadores afroamericanos. Stuart Hall, contudo, “refere que, durante muito tempo, o não utilizou por configurar um uso político dominante”, associado à ideia de “limpeza étnica”, embora reconheça “a existência de relações estreitas entre a diáspora negra e a diáspora judaica” (*idem*).

¹⁹ This remembrance-reconnection aspect of Pan-Africanism was based on the exigent circumstances of Black people in the New World and diasporan versions of traditional African cultures, philosophy, and values, especially those of the Muntu, Ntu, Ubuntu, Kintu, Nommo, Kuntu, and Hantu peoples. These combined concepts included the idea that all people, things, ideas, and aesthetics have their own constantly interacting forces and that there is essentially a unity of all things— a balance that, though it can be lost temporarily, will ultimately be restored. Pan-Africanism represents the return of the unity of African people (but unity without the necessity of uniformity) (tradução livre).

²⁰ [Henry Sylvester Williams, a Trinidadian barrister living in England,] convened the first Pan-African conference to protest against the expropriation of lands in the colonies, racial discrimination, and other problems affecting all peoples of African descent (tradução livre).

²¹ The African movement means to us what the Zionist movement must mean to Jews, the centralization of race effort and the recognition of a racial front (tradução livre).

O termo Pan-africanismo constitui, por si só, um projeto como o do Pan-americanismo ou do Pangermanismo. No entanto, designa, de facto, correntes bastante diferentes, dependendo da época em que são consideradas.²² (Decraene, 1959, p. 9)

A teoria Pan-africanista medrou, principalmente entre os filhos da Diáspora, descendentes de africanos escravizados e dos nascidos em terras africanas a partir de meados do final do século XIX, “imbuídos de uma doutrina nascida fora da África, mas que retorna para procurar as suas fontes de inspiração e a sua ascendência”²³ (Decraene, 1959, p. 6), como é o caso de Du Bois e de Marcus Mosiah Garvey (Pan-africanismo messiânico), entre outros (Decraene, 1959, p. 18).

O ímpeto emocional dos seus conceitos decorreu das experiências de um povo amplamente disperso ,o de origem africana ,que, através do colonialismo, sentia ter perdido a sua terra natal, quer física (por meio de desapropriação ou escravidão), quer social, económica, política ou mentalmente. Com essa perda, veio a escravização, a perseguição, a inferioridade, a discriminação e a dependência. Envolveu uma perda de independência, liberdade e dignidade. Dignidade: aquela majestosa palavra mágica no vocabulário dos pan-africanistas; recuperar a dignidade é a fonte principal de todas as suas ações.²⁴ (J. U. Gordon, 2000, p. 176)

Posteriormente, esta ideologia é trazida para a esfera política por africanos e

²² Le terme de panafricanisme constitue, à lui seul, un programme comme celui de panaméricanisme ou de pangermanisme. Cependant, il désigne en fait des courants assez différents suivant l'époque à laquelle on les considère (tradução livre).

²³ [Les leaders] s'imprègnent d'une doctrine née hors d'Afrique mais qui revient y chercher ses sources d'inspiration et ses lettres de noblesse [...] (tradução livre).

²⁴ The emotional impetus for its concepts flowed from the experiences of a widely-dispersed people – those of African stock – who felt themselves either physically through dispossession or slavery, or socially, economically, politically and mentally through colonialism, to have lost their homeland; with this loss came enslavement, persecution, inferiority, discrimination and dependency. It involved a loss of independence, freedom and dignity. Dignity: that majestic magical word in the vocabulary of Pan-Africanists; to regain dignity is the mainspring of all their actions (tradução livre).

descendentes de africanos como C. L. R. James, George Padmore, Léopold Senghor e Aimé Césaire (Decraene, 1959, pp. 29, 37). Estes dois últimos, juntamente com Léon Damas, fundariam mais tarde, em finais dos anos vinte do passado século, a referida corrente literária e política da Negritude (Decraene, 1959, p. 37; Hall, 1990, p. 223). Como refere J. J. Gonçalves (1986, pp. 626–632), citado por Fernando Amorim (2010, p. 106):

Conceptualmente o Pan-africanismo intelectual ou Negritude assenta no princípio de que as civilizações africanas foram adulteradas pela colonização branca, pelo que só poderiam recompor-se pondo termo a esta e reencontrando-se consigo próprias mediante um retorno às origens e pela exaltação dos seus tradicionais valores culturais e étnicos.

Passível ou não de ser consumado, o Pan-africanismo não deixa de representar uma das forças mais poderosas em ação na segunda metade do século XX (Decraene, 1960, p. 93).

O Pan-africanismo sempre foi intrinsecamente anti-imperialista. Ao longo das diferentes fases do imperialismo moderno, os Pan-africanistas procuraram acabar com a tirania internacional das potências capitalistas no seu rompimento, despovoamento, divisão e dominação contínua da sociedade africana e do seu povo disperso e sofredor. As potências imperialistas parecem ter entendido esta realidade há algum tempo, o que explica sua oposição consistente ao movimento pan-africanista.²⁵ (M. W. Williams, 1991, p. 351)

²⁵ Pan-Africanism has always been intrinsically anti-imperialist. Throughout the different phases of modern imperialism, Pan-Africanists have sought to end the international tyranny of the capitalist powers in their disruption, depopulation, division, and continued domination of African society and its scattered and suffering people. The imperialist powers seem to have understood this reality for quite some time, which explains their consistent opposition to the Pan-Africanist movement (tradução livre).

O cinema e a construção de uma identidade anti-imperialista

[...] imperialismo e o colonialismo foram, desde o início, processos co-constitutivos de rotas tipicamente compreendidas na modernidade, a saber, o desenvolvimento do mercado mundial capitalista e do sistema de estados. No mínimo, a globalização não é uma fuga dessa relação histórica, mas a reordenação, e possivelmente a intensificação, dela.²⁶ (Shilliam, 2011, p. 4)

É esta identidade anti-imperialista, a “de um ‘renascimento cultural’ operado pela retoma pelos povos autóctones de conhecimento da sua identidade através da reassunção progressiva da sua historicidade e dos seus valores” (Amorim, 2010, p. 107), que, de acordo com Stuart Hall (1990, p. 223), “uma diáspora caribenha ou negra deve descobrir, escavar, trazer à luz e expressar através da representação cinematográfica”²⁷. Similarmente ao cinema britânico e caribenho negro, também o produzido na África francófona subsaariana tem procurado, como mostra Thackway (2003), desafiar os estereótipos ocidentais. Trata-se de produções em que memória e história constituem temas centrais, que exploram a forma como as manifestações culturais locais foram integradas neste meio cinematográfico no sentido de representarem identidades, realidades e preocupações africanas. Sobressai, nestas empresas de restituir a voz aos silenciados, aquilo que William James Booth (2006) designou de “relação umbilical entre memória e identidade”.

Indissociável da memória e do tempo, a identidade opera, de acordo com o autor, em “três tempos, passado, presente e futuro, e num dos seus momentos centrais é ética” (Booth, 2006, p. 16), ou seja: não se compadece em convocar acontecimentos pretéritos e nunca olvida o tempo atual. Por outro lado, ao colocar, simultaneamente, os olhos no que há-de vir, torna-nos “unos com o passado para fins de prestação de contas, lança

²⁶ [...] imperialism and colonialism have from the start been co-constitutive processes of the typical understood routes into modernity, namely the development of the capitalist world market and the system of states. At a minimum, globalization is not an escape from this historical relationship, but a reordering – and possibly intensification – of it (tradução livre).

²⁷ [It is this identity] which a Caribbean or black diaspora must discover, excavate, bring to light, and express through cinematic representation (tradução livre).

luz sobre quem somos no aqui e agora e liga-nos às nossas sociedades futuras”, ao expressar “um apego ao passado que é nosso e uma preocupação com o nosso futuro”²⁸ (*idem*). Neste particular, o “passado” reveste-se, pois, de um lugar cimeiro para a redefinição e a realocização da identidade coletiva e “personalidade cultural” (Andrade, 1973, p. 3) dos filhos e netos da diáspora. Como explica Manuela Ribeiro Sanches (2006, p. 8),

[...] A condição pós colonial vive exatamente de um novo modo de se entender o passado e o presente, olhando-os de um modo alternativo, numa revisitação, porventura, incómoda e, por isso mesmo, tanto mais necessária, de um imaginário assente em circunstâncias materiais concretas, mas que os regimes discursivos também ajudaram a constituir.

Temos tentado, numa série de metáforas, colocar em jogo um sentido diferente da nossa relação com o passado e, portanto, uma forma diferente de pensar sobre a identidade cultural, que pode constituir novos pontos de reconhecimento nos discursos do emergente cinema caribenho e dos cinemas negros britânicos. Temos tentado teorizar a identidade como constituída não fora, mas dentro da representação e, por conseguinte, do cinema, não como um espelho de segunda classe erguido para refletir aquilo que já existe, mas como aquela forma de representação que é capaz de nos constituir enquanto novos tipos de sujeitos e, assim, nos permite descobrir lugares de fala. As comunidades, defende Benedict Anderson em *Imagined Communities*²⁹ (Comunidades Imaginadas), devem ser distinguidas não pela sua falsidade/genuinidade, mas pelo estilo em que são imaginadas³⁰. Esta é a vocação dos modernos cinemas negros: ao nos permitirem ver e

²⁸ Identity works in three tenses, past, present and future, and in one of its central moments it is ethical. It makes us one with the past for purposes of accountability, sheds light on who we are in the here and now, and bind us towards our future societies. [...] It expresses an attachment to the past that is ours and a concern for our future (tradução livre).

²⁹ Anderson, B. (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (2nd ed.). London: Verso / New Left Books.

³⁰ A alegação de que uma nação é “imaginada” não significa que seja falsa, irreal ou que se distinga das comunidades “verdadeiras” ou não imaginadas. Anderson propõe, antes, que uma nação se constrói a partir de processos populares através dos quais os residentes compartilham a nacionalidade. Para ele, uma comunidade “é imaginada porque os membros mesmo da mais pequena nação nunca conhecerão a maioria dos seus companheiros, se encontrarão com eles ou ouvirão falar deles, contudo, na mente de cada um, vive a imagem da sua comunhão” (Anderson, 1991, p. 6).

reconhecer as diferentes partes e histórias de nós mesmos, construir esses pontos de identificação, aquelas posicionalidades a que chamamos, em retrospecto, de nossas “identidades culturais”.³¹ (Hall, 1990, p. 237)

Seguindo a vanguarda caribenha, britânica e francófona, carece, a meu ver, a Diáspora Africana em Portugal de maior exposição cinematográfica, fornecendo, como se verá, a Antropologia Visual o ensejo favorável a conferir-lhe uma maior visibilidade.

“O imaginário nacional [português] foi construído tendo por base narrativas de um passado ‘glorioso’, em que a descoberta, a expansão e a colonização desempenharam um papel central” (Macedo, 2016, p. 271). Portugal é, de acordo com Eduardo Lourenço (1994, p. 11), um *Império Imaginário* com existência imaginária, cuja historiografia se pauta, não raro, pelo “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos” (Lourenço, 1988, p. 15). Miguel Real (2013, pp. 243–244) acrescenta que é precisamente tal “irrealismo” que vem não só arrastando “Portugal para o maior dos miserabilismos económicos, científicos e culturais”, como alimentando uma certa convicção de que é “por condição e destino um povo dotado de uma missão civilizacional permanente, por vezes adormecido, mas sempre virtualmente preparado para lançar as ‘novas naus’ de uma nova civilização [...]” (*idem*).

O regime ditatorial conseguiu inserir a narrativa do colonialismo moderno em África numa narrativa mais ampla sobre os Descobrimentos e o papel de Portugal na expansão europeia a partir do século XV. Tudo se tornou parte do mesmo: o épico de Camões *Os Lusíadas*, a descoberta de Vasco da Gama do caminho marítimo para a Índia, a colonização do Brasil como o maior sucesso civilizador de Portugal e a ocupação do século XX de Angola, Moçambique e assim por diante. Todos faziam parte de uma narrativa nacional em que descoberta,

³¹ We have been trying, in a series of metaphors, to put in play a different sense of our relationship to the past, and thus a different way of thinking about cultural identity, which might constitute new points of recognition in the discourses of the emerging Caribbean cinema and black British cinemas. We have been trying to theorise identity as constituted, not outside but within representation; and hence of cinema, not as a second-order mirror held up to reflect what already exists, but as that form of representation which is able to constitute us as new kinds of subjects, and thereby enable us to discover places from which to speak. Communities, Benedict Anderson argues in *Imagined Communities* are to be distinguished, not by their falsity/genuineness, but by the style in which they are imagined. This is the vocation of modern black cinemas: by allowing us to see and recognise the different parts and histories of ourselves, to construct those points of identification, those positionalities we call in retrospect our “cultural identities” (tradução livre).

expansão e colonização desempenhavam um papel absolutamente central. Isto, claro, tornou-se hegemónico e também parte das representações das pessoas, não apenas propaganda imposta.³² (Almeida, 2008, p. 5)

As narrativas hegemónicas desse passado concorreram fortemente para a construção de representações igualmente hegemónicas (Almeida, 2008, p. 5; B. S. Santos, 2013, p. 10). Trata-se de narrativas que se prendem “com os poderes e com as histórias oficiais que foram legitimados no ocaso da Guerra” (B. S. Santos, 2013, p. 10), porém, ainda hoje persistentes, comprometendo seriamente as relações interculturais (Macedo, 2016, p. 271).

A história fornece-nos narrativas que nos dizem quem somos, de onde viemos e para onde devemos ir. Define uma trajetória que ajuda a construir a essência da identidade de um grupo, como esta se relaciona com outros grupos e determina quais são as suas opções para enfrentar os desafios presentes. A representação de um grupo da sua história condicionará o seu senso do que esta era, é, pode e deve ser, e é, portanto, central para a construção da sua identidade, normas e valores. As representações da história ajudam a definir a identidade social dos povos, especialmente em como eles se relacionam com outros povos e com as questões atuais da política internacional e da diversidade interna.³³ (Liu & Hilton, 2005, p. 537)

“Nenhum povo”, refere Eduardo Lourenço (1988, p. 45), “mais a mais um povo de tantos séculos de vida comum e prodigioso destino pode viver sem uma imagem ideal de si

³² The dictatorial regime was able to insert the narrative of modern Colonialism in Africa into a wider narrative about the Discoveries and Portugal's role in European expansion as of the 15th century. All became part of the same: Camões' epic *The Lusiads*, Vasco da Gama's discovery of the sea route to India, the colonization of Brazil as the major civilizing success of Portugal, and the 20th century occupation of Angola, Mozambique and so on. They were all part of a national narrative in which discovery, expansion, and colonization played an absolutely central role. This of course became hegemonic and part of people's representations too, not just imposed propaganda (tradução livre).

³³ History provides us with narratives that tell us who we are, where we came from and where we should be going. It defines a trajectory which helps construct the essence of a group's identity, how it relates to other groups, and ascertains what its options are for facing present challenges. A group's representation of its history will condition its sense of what it was, is, can and should be, and is thus central to the construction of its identity, norms, and values. Representations of history help to define the social identity of peoples, especially in how they relate to other peoples and to current issues of international politics and internal diversity (tradução livre).

mesmo”. Contudo, Portugal tem vivido, segundo o autor, “sobretudo em função de uma imagem irrealista, o que não é a mesma coisa” (*idem*). A ênfase excessiva que é, deste modo, depositada nas narrativas hegemónicas versando a história da nação e o passado colonial, que, acrescente-se, são mais *irreais* do que propriamente *ideais* –, acaba por comprometer gravemente o acesso “a versões alternativas da história, dificultando assim o desenvolvimento de uma perspetiva crítica” (Macedo, 2016, p. 272).

“Muitos dos silenciamentos que hoje persistem”, explica Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 10), relacionam-se “com uma construção fundadora da modernidade ocidental: as linhas abissais que estabelecem uma radical separação entre o mundo metropolitano e mundo colonial. O pensamento moderno”, continua o autor, “é, de facto, um pensamento abissal profundamente marcado pela criação de dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’”. E remata: “Esta divisão, ainda que invisível, é tão consistente que ‘o outro lado da linha’ é convincentemente ocultado enquanto realidade” (*idem*). Por essa razão, “a reconstrução do passado revela-se central para a própria (re)construção da identidade social, permitindo que os eventos ‘esquecidos’ encontrem um espaço na memória coletiva da sociedade maioritária” (Macedo, 2016, p. 273). “Formalmente, vivemos nos tempos pós-coloniais”, salientam Rosa Cabecinhas e João Feijó (2010, p. 42), “mas o colonialismo persiste na mente das pessoas, moldando trajetórias pessoais e relações intergrupais”³⁴. Assim, as diferentes versões da história “clandestinamente” emanadas do mencionado “outro lado da linha” (B. S. Santos, 2013, p. 10) exercem uma considerável repercussão que convém não ignorar, até porque inevitavelmente espelham o “modo como os indivíduos interpretam o passado, o seu posicionamento presente e as estratégias para o futuro, definindo relações entre e dentro das nações num processo dinâmico” (Macedo, 2016, p. 271).

Nesta ordem de ideias, a reflexão crítica na imagética do passado colonial propiciada pelas artes e pelos media, sobretudo pelo cinema português, reveste-se, de acordo com Isabel Macedo (2016, p. 271), de crucial importância. Se reconhecermos validade à premissa de John Collier Jr. e Malcolm Collier (1986, p. 144) de que “só o filme ou vídeo pode registar o realismo de tempo e movimento ou a realidade psicológica de variedades

³⁴ Formally we are living in postcolonial times, but colonialism persists in people's minds, shaping personal trajectories and intergroup relations (tradução livre).

de relações interpessoais”³⁵, este faz-se de cimeira utilidade para “a desconstrução de narrativas hegemónicas sobre a história nacional”, tais como “documentários que retratam o quotidiano de imigrantes dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e dos seus descendentes”, bem como “documentários autobiográficos sobre experiências de deslocação e ambivalência identitária” (Macedo, 2016, pp. 271–272).

Os documentários são narrativas fílmicas, cujas imagens apoiam a narrativa em virtude (principalmente) de serem representações fotográficas. Em poucas palavras, num documentário, o significado passa da imagem para a narrativa, enquanto no não-documentário ocorre o contrário.³⁶ (Currie, 1999, p. 296)

Refere Macedo (2016, p. 272), a título de exemplo, os filmes *Li Ké Terra* (2010), de Nuno Baptista, João Miller Guerra e Filipa Reis, *Ilha da Cova da Moura* (2010), de Rui Simões, e *Dundo, Memória Colonial* (2009), de Diana Andringa (*idem*). Ainda dentro do género do documentário, vale a pena mencionar as curtas-metragens *Fora da Vida* (2015), de João Miller Guerra e Filipa Reis, e *Altas Cidades de Ossadas* (2017), de João Salaviza. O filme-testemunho e documentário tornou-se, segundo Michael Pollak (1988, p. 11), “um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional”.

Na antropologia, filme ou vídeo não é apenas a forma completa de gravar a coreografia, mas também a mais direta de analisar a comunicação, a dança ou a cerimónia, onde tantos elementos estão em movimento juntos. Nesta situação, a memória humana e os apontamentos em cadernos tornam-se totalmente inadequados e altamente impressionistas. O valor especial do filme e do vídeo reside na capacidade de gravar nuances de processo, emoção e outras subtilidades de comportamento e comunicação que as imagens fixas conseguem apenas sugerir. Com a fotografia estática, é possível quantificar o conteúdo humano,

³⁵ Only film or video can record the realism of time and motion or the psychological reality of varieties of interpersonal relations (tradução livre).

³⁶ Documentaries are filmic narratives, the images of which support the narrative in virtue (mostly) of their being photographic representations. Putting it somewhat loosely, in a documentary meaning passes from image to narrative, while in nondocumentary meaning goes the other way (tradução livre).

descrevê-lo em detalhes, medir distâncias, definir relações espaciais. Mas com o filme ou vídeo, é possível lidar com precisão não apenas com “o quê”, mas também com o “como” o comportamento acontece, não só para ver, mas também para entender o brilho e o caráter de um evento, um lugar, um povo.³⁷ (Collier Jr. & Collier, 1986, p. 144)

Macedo (2016, p. 272) explica que, “ao explorarem outras versões sobre o passado colonial e as relações interculturais”, estes géneros cinematográficos, documentário, (auto)biografia, entre outros, integrados, a um nível mais amplo, no cinema etnográfico, “permitem-nos questionar e discutir se essas imagens promovem a descolonização do imaginário ou se, pelo contrário, contribuem para perpetuar estereótipos sobre o passado colonial”.

Importa sublinhar que, no âmbito do filme etnográfico, uma das mais proeminentes diferenças entre documentário e (auto)biografia ou documentário (auto)biográfico, de acordo com Jim Lane (2002), citado por Lilly Boruszkowski (2006, pp. 109–110), na circunstância de o primeiro tentar documentar o “mundo exterior”, ao passo que a segunda procura captar e cristalizar o mundo “interior”. Para ele, tal cineasta incorpora um “agente da história”, porque as suas histórias públicas e privadas se fundem numa única história não oficial (*idem*), desdobrando-se o documentário (auto)biográfico em “construções comprovativas de som e imagem”³⁸ (Lane, 1993, p. 21). Por outro lado, os sujeitos do documentário autobiográfico, diferentemente dos da literatura autobiográfica, tendem a não ser conhecidos do público, visto que as suas histórias não foram ainda documentadas, sendo que essa falta de uma *persona* pública tende igualmente a influenciar a sua forma. Por exemplo: estes filmes socorrem-se habitualmente de

³⁷ In anthropology film or video is not only the complete way of recording choreography, but also the most direct way of analyzing communication, dance, or ceremony, where so many elements are in motion together. In this situation human memory and notebook recordings become wholly inadequate and highly impressionistic. The special value of film and video lies in their ability to record nuances of process, emotion, and other subtleties of behavior and communication that still images can only suggest. With the still photograph one can quantify human content, describe it in detail, measure distances, define spatial relationships. But with film or video it is possible to deal precisely with not just “what” but also “how” behavior happens, not only to see but also to understand the sparkle and character of an event, a place, a people (tradução livre).

³⁸ [...] autobiographical documentary consists of evidentiary sound/image constructions (tradução livre).

elementos como a narração *voice-over*, entrevistas formais, imagens de filmes caseiros e fotografias, além de modos interativos de filmagem para estabelecer uma representação menos orientada para a trama e mais sincronicamente organizada (Lane, 2002, p. 94). Geralmente, as histórias não são contadas como “grandes narrativas”, mas, antes, como momentos isolados, à semelhança do que ocorre com um diário (Lane, 2002, p. 23).

Não será, portanto, por acaso que os documentários etnográficos se têm tornado, em geral, “nos estudos visuais mais financiados em ciências sociais” (Collier Jr. & Collier, 1986, p. 151). “Idealmente, esta viragem para a comunicação visual através de um meio distribuído publicamente pode ser vista”, advogam Collier Jr. e Collier (1986, p. 151), “como um desenvolvimento importante que pode compartilhar melhor as ideias humanas da antropologia com o público em geral”³⁹. Almejando “mostrar o seu sentido profundo, do interior de uma sociedade, em vez de apresentar as coisas de um modo didático, do exterior” (Costa, 1998, p. 3), creio que um maior investimento numa Antropologia Visual da Diáspora Africana em Portugal que procure a fusão de histórias públicas e privadas (Lane, 2002), através da partilha de projetos em variados formatos, promoverá mais focos de luz sobre este tema.

O cinema, a ficção literária e a música popular, entre outras expressões culturais, estão a fornecer uma plataforma fundamental para a representação simbólica e o empoderamento sócio político das comunidades africanas e afro-portuguesas marginalizadas, bem como um prisma pelo qual se pode postular uma multiplicidade de mudanças. e, às vezes, formações de identidade sobrepostas que variam de categorias binárias estáticas, como estrangeiro/ nacional, preto/ branco, africano/ europeu, bem como identidades localizadas, situacionais e/ou hifenizadas.⁴⁰ (Arenas, 2012, p. 167)

³⁹ Ethnographic documentary films have become the most heavily funded visual studies in social science. Ideally, this swing to visual communication through a publicly distributed medium can be seen as an important development that may better share the human insights of anthropology with the general public (tradução livre).

⁴⁰ Cinema, literary fiction, and popular music, among other cultural expressions, are providing a key platform for the symbolic representation and socio-political empowerment of marginalized African and Afro-Portuguese communities, as well as a prism through which to posit a multiplicity of shifting, and at times, overlapping identity formations ranging from static binary categories such as foreign/national, black/white, African/European as well as localized, situational, and/or hyphenated identities (tradução livre).

As perspetivas já citadas realçam a posição deste projeto. Tal como os artistas posteriores usufruíram do passado das comunidades africanas e sul-americanas na diáspora, do mesmo modo, serão, por mim, criadas uma relação e uma contextualização de fragmentos pertencentes à minha identidade cultural. Este corresponde igualmente a um trabalho com o propósito de atender à urgente materialização das memórias tendo em conta o desaparecimento dos arquivos e da memória coletiva que, em Angola, se revê hoje

[...] assombrada pelos fantasmas do colonialismo português, do fascismo português, da guerra anticolonial, da guerra civil, do socialismo e, mais recentemente, do surgimento de uma nova economia capitalista que tornou o país uma das principais potências económicas do continente.⁴¹ (Siegert, 2016, p. 107)

Os supramencionados filmes etnográficos, exemplares de qualidade profissional do Cinema Negro em Portugal, e o meu projeto, um ensaio amador sem grandes pretensões do ponto de vista técnico, comungam de um denominador comum, a representação de vozes silenciadas e esquecidas, vidas de indivíduos negros, no passado e no presente, partindo da crença de que esse passado, veiculado pela memória, individual e coletiva, ainda repercute no presente. “Se a história é simultaneamente o(s) passado(s) e as narrativas que representam o passado enquanto memória histórica em relação ao presente/ presença, a memória coletiva”, avança Susan A. Crane (1997, p. 1373) “é uma conceptualização que expressa o sentido da presença contínua do passado”⁴². Como já foi oportuno abordar, as perspetivas “alternativas” dos cidadãos negros raramente são apresentadas como testemunho com potencial histórico, nomeadamente no contexto da invocação da memória familiar, que é efémera, enquanto fonte valiosa, pois, é de facto ténue a linha que separa história de memória e vice-versa. Concordando com o ponto de vista do historiador Eric Hobsbawm (1987, p. 3), creio existir

⁴¹ [...] collective memory in Angola is haunted by the phantoms of Portuguese colonialism, Portuguese fascism, the anti-colonial war, a civil war, socialism, and, more recently, the emergence of a new capitalist economy that has made the country one of the leading economic powers of the continent (tradução livre).

⁴² If history is both the past(s) and the narratives that represent past as historical memory in relation to present/presence, collective memory is a conceptualization that expresses a sense of the continual presence of the past (tradução livre)

[...] uma zona média entre história e memória; entre o passado enquanto registo generalizado aberto a uma inspeção relativamente desapaixonada e o passado como uma parte lembrada ou antecedente da própria vida. Para os seres humanos individuais, essa zona estende-se do ponto em que as tradições ou memórias familiares vivas começam digamos, desde a primeira foto de família que o membro mais velho da família pode identificar ou explicar até ao final da infância, quando destinos públicos e privados são reconhecidos como inseparáveis e que se definem mutuamente.⁴³

Estimular a anamnese e procurar “captar” a memória individual e familiar acerca da presença africana na Lisboa do Estado Novo, revela-se, pois, fulcral para este projeto, a habilidade de invocar “momentos mnemónicos” da diáspora, conectando-os a factos históricos portugueses.

A experiência ensina-nos que a perda de memória é tão inevitável quanto a ansiedade pelo futuro. Na esperança de evitar ambos, o criador de imagens em movimento fabrica lembranças ou visões do que está por vir, acalentando a crença de que elas existirão para sempre num presente eterno da vontade do espectador.⁴⁴ (Usai, 2001, p. 35)

A tentativa de cristalização desta presença africana e a construção social de uma comunidade variada de Negros na diáspora revestem-se de singular interesse, na medida que se constitui enquanto registo alternativo às narrativas hegemónicas da história das lutas pela autodeterminação por parte das antigas colónias portuguesas. Se a história se preocupa com os eventos do passado e o seu significado para o presente, já a memória envolve, antes, o *impacto* desses eventos e do seu significado no presente (Stier, 2003, p. 2). Com o projeto que aqui exponho, procuro revelar este processo a

⁴³ [For all of us] there is a twilight zone between history and memory; between the past as a generalized record which is open to relatively dispassionate inspection and the past as a remembered part of, or background to, one's own life. For individual human beings this zone stretches from the point where living family traditions or memories begin – say, from the earliest family photo which the oldest living family member can identify or explicate – to the end of infancy, when public and private destinies are recognized as inseparable and as mutually defining one another.

⁴⁴ Experience teaches us that loss of memory is as inevitable as anxiety for the future. In the hopes of avoiding both, the maker of moving images fabricates memories or visions of what is to come in the cherished belief that they will exist forever in an eternal present of the spectator's will (tradução livre).

partir de dentro, na primeira pessoa, invocando a memória de alguns dos meus familiares, não considerasse eu o foco do trabalho etnográfico, ao encontro do que propõe Donna M. Mertens (2014, p. 165), citada por Clara Pereira Coutinho (2016, p. 348), “compreender uma cultura desde uma perspectiva *emic* (desde dentro) e *etic* (desde fora)”. O estudo apresenta-se, assim, de forma faseada e baseia-se na construção da minha própria identidade, enquanto descendente da Diáspora Angolana, bem como no percurso dos Africanos, em geral, na Europa, procurando, por outro lado, ocasionar reflexões que auxiliem na compreensão das ligações entre esta e outras diásporas contemporâneas.

Os filmes na primeira pessoa podem ser poéticos, políticos, proféticos ou absurdos. Podem ser autobiográficos na íntegra, ou apenas implicitamente e em parte. Podem assumir a forma de autorretrato, ou mesmo de um retrato de outro. Muitas vezes, não são um cinema do “eu”, mas sobre alguém próximo, querido, amado ou intrigante, que, no entanto, informa o senso do cineasta de si mesmo. Podem não ser sobre uma pessoa, eu ou outro, mas sobre um bairro, uma comunidade, um fenómeno ou evento. A designação “filme na primeira pessoa” é principalmente sobre um modo de dizer: esses filmes “falam” do ponto de vista articulado do cineasta que reconhece prontamente sua posição subjetiva.⁴⁵ (Lebow, 2012, p. 1)

Trabalho de cariz biográfico, este projeto entrelaça-se com a realidade da presença africana em Lisboa, evocando as lutas pela autodeterminação das então colónias portuguesas. Os circuitos na diáspora foram centrais para a divulgação de textos e ideias. Ao explorá-los, fui passo a passo (des)construindo o meu sentido de pertença e, com ele, a minha própria identidade. Trata-se de um progresso heurístico de autodescoberta inerente que me disponho a partilhar, aqui, na esperança de que este despretensioso *átomo* possa, de algum modo, integrar a *molécula* da história “não

⁴⁵ First person films can be poetic, political, prophetic or absurd. They can be autobiographical in full, or only implicitly and in part. They may take the form of self-portrait, or indeed, a portrait of another. They are, very often, not a cinema of ‘me’, but about someone close, dear, beloved or intriguing, who nonetheless informs the filmmaker’s sense of him or herself. They may not be about a person, self or other, at all, but about a neighborhood, a community, a phenomenon or event. The designation ‘first person film’ is foremost about a mode of address: these films “speak” from the articulated point of view of the filmmaker who readily acknowledges her subjective position (tradução livre).

oficial”, enriquecendo-a. Procurei, para tal, acompanhar e acrescentar mais conhecimento ao estudo de percursos africanos na Europa e no mundo. É de realçar o facto de, neste trabalho de projeto, a abordagem ser feita a partir de dois lugares e dois tempos: África (Angola) e Europa (Portugal); o passado anticolonial e o presente pós-colonial, abordado por mim, uma afrodescendente, corporizando uma nova geração na academia e na sociedade portuguesas que, à semelhança do que tem vindo a suceder noutros países europeus, poderá prestar um interessante contributo para a historiografia desses passados, pois, a preservação da memória “não deve ser entendida”, como defende Jacques Le Goff (1996), citado por Roberta Guimarães Franco, “como privilégio dos historiadores”, antes pelo contrário:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente das suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenómeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. [...] A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (Nora, 1993, p. 9)

Ao mesmo tempo, tal empresa, a da tentativa de “preservar a memória”, concorre para fomentar, relativamente àquilo que é tido como hegemónico, um modo desejavelmente mais inclusivo e, como diria Eduardo Lourenço, mais *realista* de se pensar a história. Paul Gilroy (2001) é um dos autores que descrevem a situação dos Negros contemporâneos do Ocidente e a transformação que este grupo tem sofrido no despontar do mundo moderno e das redefinições do mesmo. O autor deixa transparecer o seu fascínio pelas gerações que, consecutivamente, têm produzido intelectuais negros que, por sua vez, deixam um legado de produções literárias e artísticas em torno da liberdade e dos direitos destes povos e dos seus descendentes. Mais à frente, após pertinente contextualização temporal, apresentar-se-ão alguns dos mais sonantes coletivos que

reuniam estes pensadores, marcantes para a contra narrativa da História do Estado Novo e das lutas pela independência, que brotou em território português, mormente em Lisboa, com especial ênfase no Clube Marítimo Africano, em torno do legado do qual se orienta o meu projeto.

Necessidade de exploração

Com efeito, Portugal é exclusivo no limitado apoio a análises do imaginário coletivo contemporâneo, das relações intercomunitárias ou das políticas de imigração, que raramente interrogam as origens coloniais (Jerónimo & Domingos, 2007). As continuidades existentes entre o modelo colonial de assimilação e os modelos de integração contemporânea têm de ser questionadas tal como a recusa do passado histórico dos processos de etnicização das relações sociais. A reflexão que se segue começa por sublinhar o problema do estatuto do imigrante como eterno estrangeiro.

Distintamente do de outras potências coloniais, o colonialismo português sempre apresentou um subdesenvolvimento económico, o que relegava o país para uma posição periférica na “economia-mundo”. A presença de Portugal em África

[...] não se explicava pela sua necessidade de expansão (como no caso das outras potências coloniais): era, pelo contrário, o resultado da sua economia subdesenvolvida, que necessitava dos lucros coloniais para manter a sua posição. (Ferreira, 1977, p. 31)

O trabalho forçado constituiu a tábua de salvação do capital colonial. O trabalho indígena desempenhava um papel predominante na economia do país, por contribuir com quase toda a mão-de-obra para as diferentes atividades, quer agrícolas quer industriais, e por manter um lucro anual. Com a produção de algodão, em Moçambique e Angola, e a produção de cacau, em São Tomé, foram progressivamente criadas leis, impostos e todo o tipo de mecanismos de forma a ter a total força de trabalho africana. A criação de um preço fixo para estes bens e a salvaguarda de colocação garantida na metrópole promoveu os incentivos necessários para o comprometimento do aumento da produção.

A caracterização racial e a classificação das populações residentes reforçaram e legitimaram as hierarquias que proporcionaram a manutenção do regime colonial e das suas desigualdades:

A produção de formas racializadas de diferenciação, classificação e gestão de populações coloniais e a formulação e aplicação de métodos racializados de organização e administração política, social, cultural e económica de territórios coloniais eram parte integrante do *modus operandi* imperial em geral e dos seus mecanismos e instituições de incorporação e exclusão.⁴⁶ (Jerónimo, 2012, p. 177)

Anne Pitcher (1993) explica que as tentativas das companhias concessionárias de multiplicar a fabricação do algodão em detrimento das culturas alimentares provocou, em várias ocasiões, o encorajamento da resistência dos trabalhadores africanos e a escassez da mão-de-obra. Os abusos físicos e a pressão conduzidos pelos administradores coloniais, não eram acatados passivamente pelos produtores africanos, que instrumentalizavam inúmeras formas de evitar o trabalho de produção algodoeira: ora laboravam noutras plantações (como as de açúcar ou de café), ora rumavam às cidades ou emigravam, permanente ou temporariamente para trabalhar nas minas da África do Sul ou da Rodésia, ora queimavam sementes, ora, ainda, recusavam-se simplesmente a plantar algodão.

Era permitido às companhias concessionárias o recrutamento de capatazes ou superintendentes, que colaboravam com os cipaiois, para a supervisão do fabrico do algodão. Como, na maioria das vezes, os capatazes recebiam bónus consoante o resultado da produção, tendiam a abusar dos trabalhadores africanos. A dilatação da fabricação apenas foi conseguida através de coerção, de punições e de um extenso envolvimento administrativo, subvertendo estes trabalhadores africanos às necessidades de produção, que foi acompanhada da resistência destes e da consequente diminuição da qualidade do produto plantado.

⁴⁶ The production of racialised forms of differentiation, classification and management of colonial populations and the formulation and application of racialised methods of political, social, cultural and economic organisation and administration of colonial territories were integral to the overall imperial *modus operandi* and its mechanisms and institutions of incorporation and exclusion (tradução livre).

Estas formas de resistência sempre foram vistas, pela administração colonial, empresas e literatura colonial, como uma tendência biológica dos Africanos para a ociosidade e irresponsabilidade (Matos, 2012, p. 123), chegando a identificá-los como causadores do subdesenvolvimento económico e industrial dos seus países. O preconceito português perante o indígena (a quem eram atribuídas características consideradas inerentes à “raça”, como a mandriice, a lassidão e a falta de assiduidade) constituía, antes de mais, um subterfúgio para Portugal não aceitar o próprio fracasso. Além disso, deixava transparecer a avassaladora ignorância do colono diante do “outro”, do “desconhecido”, devido sobretudo aos “parcos conhecimentos acerca da origem e do modo de vida das populações dominadas” (Matos, 2012, p. 123). Patrícia Ferraz de Matos (2012) debruçou-se sobre o estudo das formas como foram representadas as populações sob o domínio português no contexto do império colonial, através da análise da relação entre essas representações e os significados atribuídos à noção de raça. De acordo com a interpretação da autora, o racismo alicerça-se, em geral, numa lógica clássica de desigualdade de tratamento diante do Outro, ou seja, do indivíduo que se mostra diferente ao nível físico, psíquico, comportamental ou cultural, por exemplo, diante daquilo que é considerado a “norma”. Essa diferença corresponde à razão primordial para que esse indivíduo seja depois percebido e tratado como inferior (Matos, 2012, p. 18). O racismo fundamenta-se, precisamente, nessa crença da existência de uma explicação “natural” biológica, genética, fenotípica, etc. – para qualificar como superiores ou inferiores os seres humanos com determinadas características, tidas como positivas ou negativas (Giddens, 1989, p. 246; Wieviorka, 1996, p. 345; Wieviorka & Barats, 1994, p. 126). Em Portugal, remontam à década de vinte do passado século alguns dos registos evidenciando este discurso, o da propensão dos Negros para o ócio, como é o caso de um artigo da autoria do padre Faustino Moreira dos Santos, publicado, em 1925, no periódico mensal bracarense *Missões de Angola e Congo*. Neste, citado por Patrícia Matos (2012, p. 123), referindo os Africanos enquanto não “beneficiados pela luz da civilização”, pode ler-se:

O indígena [...] é preguiçoso e indolente, detesta o trabalho assíduo e custa-lhe a própria vida o sair dos povos a trabalhar. Enquanto a mulher, [é uma] verdadeira escrava, moureja nos campos [...], o homem bebe, come e nada faz. (P. F. dos Santos, 1925, pp. 214–215)

Outro exemplo elucidativo pode ser encontrado no texto intitulado “A preguiça indígena”, em que, mais de duas décadas depois, Brito Camacho (1946, p. 191), citado por Patrícia Matos (2012, p. 123), reforça a “há muito assente” concepção de que, se presente nos Brancos, a preguiça é tida como um defeito pessoal ou qualidade de caráter, nos Negros esta característica consiste num “predicado de raça”.

Já Frantz Fanon (1963, 2015) propõe uma explicação diferente. Para ele, a preguiça perfaz não uma característica de “raça”, de forma falaciosa tida como naturalmente ociosa e limitada, mas antes, e pelo contrário, uma inteligente estratégia de resistência por parte dos trabalhadores africanos contra o sistema colonial e a sua constante objetificação:

A preguiça do colonizado é a sabotagem consciente da máquina colonial; é, no plano biológico, um sistema de autoproteção espantoso e é, em todo o caso um atraso certo infligido ao domínio do ocupante sobre todo o país. [...] Em regime colonial, a verdade do bicot, a verdade do negro, consiste em não mexer uma palha, em não ajudar o opressor a melhor cravar a sua presa. O dever do colonizado que ainda não amadureceu sua consciência política e que decidiu rejeitar a opressão é levar a que literalmente lhe arranquem o mínimo gesto. Eis uma manifestação muito concreta de não-cooperação, em todo o caso, de uma cooperação mínima. (Fanon, 2015, p. 305)

Tendo em vista os passos, a título de exemplo, supracitados, cabe realçar que esta estratégia, dir-se-ia, passiva-agressiva parece ter flagrantemente escapado à atenta lente dos vários autores, como Moreira dos Santos (1925) e Brito Camacho (1946), acima mencionados que, imprudentemente, se esforçaram por condensar, nos seus textos, a noção generalizada, embora desprovida de qualquer explicação racional, de que a “raça” africana seria, por natureza, propensa ao ócio e, por conseguinte, avessa ao trabalho.

Pequena burguesia

No Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique de 1954, era explicado o processo para a ascensão de indígena a cidadão português, ou seja, como tornar-se assimilado. Este estatuto, que abrangia a Guiné, Angola e Moçambique, quase se reservava apenas às camadas da pequena burguesia e intermédias. Segundo Mário C. Moutinho (2000, p. 99), o documento requeria:

- a) Ter mais de 18 anos;
 - b) Falar corretamente a língua portuguesa;
 - c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
 - d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
 - e) Não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor.
- Os requisitos das alíneas b), c) e d) eram somente autorizados pelos administradores de Concelho, ficando, assim, à mercê da boa-vontade das autoridades coloniais. O universo de assimilados mostrava-se muito reduzido, visto que eram poucos os indígenas com acesso às instituições e ao ensino. Portanto, a maioria da população africana vivia subjugada às autoridades que decidiam a liberdade ou prisão. À inexistência da liberdade de residência e deslocação somava-se ainda o imposto indígena, a contribuição braçal e a caderneta de identificação.

Estes requisitos para obter a cidadania portuguesa conectam o tema ao pensamento de Du Bois (2006) e ao processo de emancipação negada pela época escravagista, sobretudo no que toca às condições e limitações para obter a privilegiada identificação de assimilado.

Mário Pinto de Andrade (1973, p. 2), um dos poucos que gozou do privilégio de ir estudar para Lisboa, conta:

Éramos poucos estudantes em Lisboa, contavam-se ainda pelos dedos os estudantes das Universidades. Poucos africanos podiam prosseguir os estudos universitários, porque para se entrar na Universidade era preciso terminar o curso secundário com altas classificações, e nos liceus das capitais de Angola, de Moçambique, da Guiné e de Cabo Verde reinava, duma maneira clara, a discriminação racial. Essa discriminação racial, praticada pelos professores “tugas”, refletia a discriminação económica e social inerente (própria) ao colonialismo. Quer dizer: as nossas famílias, as famílias da nossa sociedade colonizada, não tinham possibilidades materiais de enviar todos os seus filhos às escolas, e pouco numerosos eram aqueles que podiam terminar o sétimo ano dos liceus. Assim se explica o número reduzido de estudantes de Angola, de S. Tomé, de Cabo Verde e da Guiné prosseguindo nessa altura os seus estudos nas Universidades “tugas”. Sei que só havia um estudante de Moçambique (em Coimbra), João Dias, contista de grande sensibilidade, que morreu pouco tempo depois. Os únicos estudantes da Guiné eram os camaradas Amílcar Cabral e Vasco Cabral.

Igualmente na primeira pessoa, vale apenas citar Fernando da Costa Campos, em Zau (2005, p. 143), que também esteve em Lisboa, salientando o reduzido número de Negros no meio académico:

Apesar de ter estado ligado à Casa dos Estudantes do Império, acabei por encontrar as mesmas pessoas que me segregavam em Luanda. No tempo da II Guerra Mundial, só havia dois liceus em Angola: um em Luanda e outro no Lubango. A par disso foram-se criando uns colégios particulares, maioritariamente frequentados por rapazes brancos, filhos dos colonos e de quadros superiores da administração colonial. Os estudantes mestiços e negros eram muito poucos.

Ainda assim, foi precisamente no seio desse “escasso número de Africanos que vinham estudar para a metrópole”, refere António Costa Pinto (2001, p. 36), “que se vieram a revelar alguns dos futuros dirigentes dos movimentos de libertação, casos dos cabo-verdianos Amílcar Cabral e Vasco Cabral, dos angolanos Agostinho Neto e Lúcio Lara, ou do moçambicano Marcelino dos Santos, entre outros”.

Com o passar dos anos, este processo de facilitação do envio de jovens das colónias para a metrópole foi aumentando. Pretendia o Estado português apresentar um império multirracial e com abertura, criando mais tarde a Casa dos Estudantes do Império (CEI)⁴⁷. Consequentemente, o número de estudantes afrodescendentes e negros em Portugal intensificou-se. Novamente, Mário Pinto de Andrade (1973, p. 5) refere, a propósito:

Em 1950 já éramos muitos, e éramos tantos que foi possível, nessa altura, fazer duas equipas de futebol. Mas o árbitro era um camarada português. Um desafio de futebol de 22 patriotas. O próprio camarada [Amílcar] Cabral jogou, e eu, que não sabia jogar, também joguei. Mas essa confraternização, essa maneira de estar juntos, jogarmos futebol, era apenas uma das maneiras de camuflar o nosso objetivo, que era de realizar reuniões de carácter cultural, que haviam depois de se transformar em reuniões políticas e mesmo em organizações políticas.

Nos países sob poder colonial, em que a maioria da população é autóctone, tal projeto orienta-se sempre no sentido de criar “uma burguesia ou pseudo-burguesia local, enfeudada à classe dirigente do país dominador” (Cabral, 1978, p. 90, 1966). Normalmente, não são efetuadas transformações nas camadas inferiores, de forma a preservar as características coloniais a longo prazo. Amílcar Cabral (1978, p. 90, 1966) faz menção à criação desta falsa “burguesia nativa”, desenvolvida através da burguesia burocrática e dos intermediários dos ciclos económicos de mercadoria. Os ciclos de pico de produção nas colónias, começando por São Tomé e Príncipe, representam aos poucos o enriquecimento de famílias e, com isto, promovem a migração de jovens mestiços, financiados por estas, para estudar na metrópole.

Amílcar Cabral (1978) aponta que a situação colonial ofereceu à pequena burguesia a oportunidade histórica de dirigir a luta contra a opressão imperialista. “Também o reencontro com a terra natal e a possibilidade de comparar a miséria das colónias com a pujança dos brancos na Europa”, salienta Solival Menezes (1999, p. 167), “fizeram

⁴⁷ “A Casa dos Estudantes do Império, organismo associado à Mocidade Portuguesa, criado em 1944 para albergar e unir os estudantes universitários vindos das colónias, acabou por ter um papel importante, ao servir de plataforma associativa e cultural muito próxima do movimento estudantil anticolonialista. Com delegações em Coimbra (1945) e no Porto (1959), por ela passaram vários estudantes africanos e europeus das colónias que aderiram à luta política e cultural anticolonialista e, mais tarde, aos movimentos de libertação”(A. C. Pinto, 2001, p. 36).

despertar cada vez mais o anseio pela libertação”. Devido ao nível de vida superior ao das massas de que gozava e aos contactos mais frequentes com os agentes do colonialismo, além do acesso privilegiado a um maior grau de instrução e de cultura política, esta camada social cedo se consciencializou da necessidade de se desembaraçar da dominação colonial. A pequena burguesia assumia, assim, uma responsabilidade histórica que, no contexto colonial, se poderia considerar revolucionária (Borges, 2008, p. 126).

Tea Jahić (2014, p. 16) chama, contudo, a atenção para a existência de “muitas facetas da diversidade e percursos dos adeptos da emancipação nacional porque o combate à ditadura teve múltiplas frentes, entre outras a estudantil, a sindical, a política e a militar”. Em virtude dos progressos, a luta é, contudo, obrigatoriamente compartilhada com os setores mais esclarecidos das classes trabalhadoras, um esclarecimento que deveria ser nutrido a partir de um processo educativo apelidado por Amílcar Cabral de “reafricanização ou reconversão dos espíritos”, cujo objetivo cimeiro passava por “reforçar neste grupo uma consciência revolucionária; repudiar a mentalidade de classe assimilada do país colonizador, desalienando-se, e possibilitar uma identificação com os grupos trabalhadores” (Borges, 2008, p. 127). Independentemente do papel desempenhado por indivíduos originários da pequena burguesia no desenvolvimento de uma revolução, essa classe nunca esteve, porém, na posse do poder político. Este consolidava-se, antes, em duas entidades: no capital imperialista e nas classes trabalhadoras nativas, sendo que a pequena burguesia deveria irremediavelmente identificar-se sempre com as classes trabalhadoras, *suicidando-se* como classe no processo revolucionário (Cabral, 1978, p. 204), “a fim de evitar que esta sucumbisse ao desejo natural de usurpar o poder e trair a revolução” (Borges, 2008, p. 159).

A busca da angolanidade e o despertar do anticolonialismo

O surgimento dos primeiros materiais jornalísticos e literários em Angola remonta a finais do século XIX. Nessa mesma centúria, tornavam-se as potências europeias, como Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e França, nas grandes colonizadoras do extenso e rico território africano. A este processo de colonização se associa o despontar da imprensa escrita na “África Negra”, uma imprensa que fora criada com o objetivo de servir os

interesses dos europeus residentes nas colónias (S. M. M. Torres, 2012, p. 8). Assim continuou até à segunda metade de oitocentos, época em que o jornalismo viria a conhecer uma maior diversificação, assinalando-se a expansão do meio radiofónico, mais acessível às massas, na sua esmagadora maioria, iletradas (Fontes, 2009, p. 22). Em todo o caso, numa primeira fase, não deixava de se apresentar enquanto um mero produto europeu (Guasch Borrat, 1994, pp. 619–620). Precisamente em 1870, assomava finalmente a “imprensa livre”, que começou por publicar a título episódico. Encontrava-se entregue a amadores, oriundos de classes sociais e profissões diversas: “empregados comerciais, agricultores, negociantes e lojistas, magistrados judiciais, médicos, professores, missionários e clérigos, veterinários, oficiais de marinha mercante e de guerra, militares e até indivíduos que permaneciam em Angola na situação de degredados” (Lopo, 1964, p. 29). Este período revelar-se-ia prolífico no tocante à salvaguarda dos interesses nacionais da população autóctone, bem como à disseminação de “valores mentais” renovados. Foram momentos marcantes na “pré-história” africana da liberdade de expressão dos tempos modernos, pois, como explica Laranjeira (1992, p. 11), “ensaíaram experiências literárias e terçaram armas pela democracia republicana intelectuais africanos e portugueses”. Porém, a fervência das ideias, que já extravasavam das camadas intelectuais e que reviam no jornalismo e na literatura os seus veículos privilegiados, depressa se veria não só arrefecida, como açaimada pelos cerrados filtros e censura decorrentes da implantação do Estado Novo português. Na segunda década do século XX, ia-se convictamente erguendo um sinistro muro ao redor das colónias africanas, enclaustrando-as na escuridão e no silêncio. Lá permaneceram durante quase meio século (Jacob, 2010, p. 106). Tratava-se de um rijo muro salazarista cuja solidez terá sido precisamente robustecida pelo “desaparecimento de uma imprensa contundente e intervencionista”, bem como pela ausência “de uma atividade literária voltada para os problemas locais” (Trigo, 1977, p. 83). Não havendo mal que sempre dure, surgido em finais de quarenta sob o lema pejado de significado: “Vamos Descobrir Angola!”, o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, também conhecido como *Geração Mensagem* (Tavares, 1999, p. 126), encetava oportunamente uma segunda fase da cultura angolana ao acabar por lançar mão às frouxas rédeas da força contestatória da imprensa e da literatura. Mário Pinto de Andrade faz questão de esclarecer a origem desta divisa, fruto como se verá de um perspicaz *jeu de mots*, ao mesmo tempo que recorda os camaradas que, antes dele e dos da sua geração de

estudantes em Lisboa e Coimbra, já subiam a pulso a extensa e áspera corda rumo à restituição, aos Angolanos, do seu direito de afirmar a sua história, a sua identidade enquanto povo, a sua “personalidade cultural”:

Porque é que esse movimento se chamava “Vamos descobrir Angola”? Como sabem, nas escolas daquela época dizia-se que os portugueses tinham descoberto Angola, que os primeiros descobridores tinham chegado aos nossos países e que não tinham encontrado nada, que tinham encontrado selvagens a quem tinham levado a “civilização”. Ora isso aparecia nos nossos livros de estudo, quer nas escolas, como nos liceus e até mesmo nas Universidades. Tudo isso constitui um verdadeiro insulto à nossa própria personalidade cultural, à nossa própria história. Nesses livros, nada se aprendia relativo à nossa própria vida.⁴⁸ No caso de Angola, um grupo de jovens que tinha terminado por essa altura o Liceu, que tinha 20 anos por volta do fim da Guerra, resolveu lançar em 1948 o grito de independência: “Vamos descobrir Angola”, isto é, incentivar o estudo e expressão literária da nossa própria realidade. (Andrade, 1973, p. 3)

Realça-se, neste particular, “a relação entre jornalismo, literatura e militância independentista, frente a Portugal”, áreas em simbiose, que caminham lado a lado nos países africanos de língua portuguesa, sobretudo em Angola (Hohlfeldt & Corso de Carvalho, 2012, p. 91). Preparado para “mapear a fisionomia multifacetada do cenário cultural angolano” (Chaves, 1999, p. 21), este movimento chegava assim, não sem estrondo, a ecoar, de forma decisiva, nas gerações futuras, com o propósito de inflar, de reforçado fôlego, as vozes dormentes, encantoadas, “para cantar as belezas, tristezas, dores e ânsias daquela terra e daquela gente” (Jacob, 2010, p. 107).

Se, antes da segunda metade de novecentos, a grande maioria dos escritos volta o seu foco para o opressor, com vista a acusá-lo ou, por outro lado, a seduzi-lo ardilosamente, relegando para segundo plano os filhos da terra, os escritores desta Geração Mensagem

⁴⁸ Amílcar Cabral (1978, p. 64) é outro dos que fizeram questão de desmascarar a dura realidade das escolas do seu tempo: “Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como um inferior. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a terem vergonha de serem africanos. A geografia, a história e a cultura de África não são mencionadas, ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história portuguesa”.

enveredam pela senda oposta. Transmitem, antes, o povo, chamando-o a bater-se por uma existência nacional na total aceção da expressão. É exatamente a partir deste momento que o processo que, com efeito, luta pela consolidação de uma literatura a que se possa chamar “nacional” se inicia (Fontes, 2009, p. 23). Está-se agora diante de uma empresa cuja atenção recai sobre a afirmação de uma angolanidade até então negada, de uma personalidade cultural, nas já citadas palavras Mário Pinto de Andrade (1973, p. 3), negligenciada. Tal empreendimento fica a cargo sobretudo do jornalismo e da literatura, mas também se vai repercutindo na música (cenário no qual se destacam os Ngola Ritmos) e nas outras artes (Tavares, 1999, p. 129).

Na ausência de uma norma de escrita de línguas autóctones e crioulo, a então “língua do poder”, língua do colono, cedia, assim, na literatura, na imprensa e nas outras formas de arte e de comunicação, o seu lugar ao “poder da língua” (Fernandes, 2002, p. 41).

A edificação das literaturas africanas de língua portuguesa acompanha a construção de um novo poder político, primeiro clandestino e, depois, triunfante. Os homens que escrevem são os mesmos que pensam e que politicam. E fazem-no em português, domesticando a língua em função das suas virtualidades e finalidades, criando literaturas nacionais numa língua internacional. (Laranjeira, 1992, p. 41)

Diante da necessidade de recorrer à língua portuguesa, uma questão cultural longe de se afigurar pacífica, Amílcar Cabral, em *Análise de alguns tipos de resistência* (1979), aborda o dilema a que chamou o “oportunismo na cultura: o problema do ensino das línguas”, desvalorizando o estigma associado à língua enquanto parte da cultura do colonizador, dado que o emprego funcional, “domesticado” do português (Laranjeira, 1992, p. 41) almejava um valor mais elevado que era servir o povo angolano (Cabral, 1979, p. 102).⁴⁹

⁴⁹ “Devemos combater tudo quanto seja oportunismo, mesmo na cultura. Por exemplo, há camaradas que pensam que, para ensinar na nossa terra, é fundamental ensinar em crioulo já. Então outros pensam que é melhor ensinar em fula, em mandinga, em balanta. Isso é muito agradável de ouvir, os balantas se ouvirem isso, ficam muito contentes, mas agora não é possível. Como é que vamos escrever balanta, agora? Quem é que sabe a fonética do balanta? Ainda não se sabe; é preciso estudar primeiro, mesmo o crioulo. Eu escrevo, por exemplo, *n’ca na bai*. Um outro pode escrever, por exemplo, *n’ka na bai*. Dá na mesma. Não se pode ensinar assim. Para ensinar uma

O português era um instrumento de domínio colonial quando seu uso foi imposto pelos colonizadores. No entanto, se alguém dominasse o idioma e decidisse livremente usá-lo (e especificamente usá-lo para promover a causa da luta da libertação nacional), então ele já não é um instrumento de domínio colonial [...]. (el Nabolsy, 2019, p. 12)

Margarida Fernandes (2002, p. 41) acrescenta que a língua enquanto “veículo de transmissão da mensagem” se viu, deste modo, subvertida e reinventada com vista a “expressar a resistência para além dos limites do espaço geográfico imediato que a transmissão oral permitia”. Tal como Kobena Mercer (1994, p. 62) menciona a emergência da apropriação da língua, para um atendimento global, como resistência, adaptando a mesma a outras formas de expressão e de representação na diáspora.

língua escrita, é preciso ter uma maneira certa de a escrever, para que todos a escrevam da mesma maneira, senão é uma confusão do diabo.

Mas muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para a frente com o crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português. Por isso é que tudo vale a pena falar-se aqui, tanto o português como o crioulo. Não somos mais filhos da nossa terra se falarmos crioulo, isso não é verdade. Mais filho da nossa terra é aquele que cumpre as leis do Partido, as ordens do Partido, para servir bem o nosso povo.

Ninguém deve ter complexo porque não sabe balanta, mandinga, pepel ou fula ou mancanha. Se souber melhor, mas se não sabe, tem que fazer com que os outros o entendam, mesmo que for com gestos (Cabral, 1979, pp. 101–102)”.

Capítulo 2

Contextualização Histórica do Clube Marítimo Africano

Empresas de Navegação

A massificação das máquinas a vapor e o surgimento das companhias de navegação portuguesas remontam ao início do século XIX. No rescaldo da Primeira Guerra Mundial, a frota de comércio portuguesa encontrava-se, contudo “extremamente depauperada e envelhecida e em 1920 era constituída, apenas, por onze unidades obsoletas cuja arqueação bruta global não ia além das 44 041 toneladas Moorsom” (J. F. Santos, 2002, para. 1).

Em agosto de 1945, estabelecia-se, então, o projeto de renovação da Marinha Mercante, que consistia no aumento das transações nacionais até 60%, valor até então nunca alcançado em Portugal. Entre esse ano e 1985, a Marinha Mercante Portuguesa passou do nada à apoteose, tornando-se, em 1950, na 17.^a maior frota do mundo, com 0,64% da capacidade da carga mundial (Brázia, 2010, p. 4).

Para diminuir a distância física intercontinental, o Estado Novo recorreu à atividade marítima, criando redes de transporte mais rápidas e operantes, de modo a manter a distribuição de bens e pessoas, ao mesmo tempo que fortalecia e assegurava a unidade política (Neves & Duarte, 2013, p. 19). Uma grande parcela destes navios operava pela orla africana. Assim como outras empresas estrangeiras de navegação marítima, os navios paravam e abasteciam-se nos portos marítimos portugueses. As ligações marítimas que estabeleciam serviam para levar e trazer material de carga, passageiros e militares (Zau, 2005).

No início do século XX, existia a Empresa Insulana de Navegação (EIN) e a Empresa Nacional de Navegação (ENN), que constituíam uma humilde frota. A EIN nasceu em 1871, em Ponta Delgada, e detinha as ligações entre as ilhas dos arquipélagos dos Açores, da Madeira e o Continente. Estes paquetes e cargueiros transatlânticos tinham uma organização interna hierárquica que ia desde o comandante aos oficiais e aos marinheiros, passando também pelo pessoal menor da secção de máquinas; incluindo a

equipa de cozinha, os empregados de mesa, a equipa de limpeza e arrumação dos camarotes e os empregados da lavandaria. Parte significativa dos trabalhadores da secção de câmaras era africana. Poucos Africanos trabalhavam como marinheiros (Zau, 2005).

Portugal possuía duas companhias marítimas que tinham o monopólio das viagens. Uma grande parte dos embarcadouros, empregados em certos serviços (lavandaria, camarotes, cozinha...) eram africanos e a sua maioria angolanos. Durante este período neles se concentrava a escolha para as ligações com os patriotas angolanos, tendo-se chegado a criar o Clube Marítimo Africano. (Zau, 2005, p. 81).

Coletivos Africanos de Lisboa

Para contextualizar historicamente o Clube Marítimo Africano (CMA), crê-se necessário começar por outros coletivos africanos de Lisboa que o antecederam e que, até certo ponto, desempenharam um papel na sua origem, designadamente a Casa da África Portuguesa, a CEI e o Centro de Estudos Africanos (CEA). Importa considerar que, embora sediados sobretudo em Lisboa, estes são espaços em permanente ligação com as então colónias portuguesas em África (Zau, 2005).

Na origem das agremiações em Portugal, estava a propensão dos Africanos para, chegados à metrópole, procurar companheiros do seu continente que partilhassem das mesmas ideias (grupos, estes, já habituais na terra-mãe), tal como relata Mário Pinto de Andrade (1973, p. 2):

A nossa primeira tentação natural, digamos o nosso primeiro instinto, foi o de nos encontrar, entre estudantes africanos. Era natural que nos reuníssemos para medir a nossa força e, sobretudo, para pensar em conjunto os problemas próprios dos africanos, não só estudantes, mas sobretudo do nosso povo. Nós começámos a criar a consciência de representarmos as aspirações dos nossos povos oprimidos e de sermos, por assim dizer, a esperança da nossa sociedade.

Mas havia já alguns movimentos que estavam em curso nalguns dos nossos países. Em Angola, por exemplo, havia um movimento cultural com esta palavra de ordem: “Vamos descobrir Angola”. Esse movimento ocupava um lugar importante nos nossos encontros, nas nossas conversas em Portugal, porque era também um dos caminhos que nos havia de levar à luta política, à organização dos partidos políticos.

O CEA, que começou na rua Actor Vale, tinha várias secções de tertúlia e era também palco de reuniões informais e palestras. O objetivo destas reuniões consistia na procura, através da reflexão e do debate, da consciência africana e resultava num trabalho conjunto no sentido de revigorar a história e arte do Homem Negro, desconstruindo a sua posição como ser colonizado. Um dos propósitos do grupo era constituir-se como sociedade de promoção, edição e venda de livros. O grupo correspondia a um segmento muito privilegiado do ponto de vista social. Incluía bastantes jovens intelectuais, de famílias pequeno-burguesas, muitas vezes mestiças e com o estatuto de assimiladas. Ali, realizaram-se palestras que encetaram exíguos focos de estudo na metrópole e igualmente nas capitais ultramarinas, entre elas, a de “Introdução ao Estudo da Literatura Negra” na Associação Académica da Faculdade de Medicina de Lisboa, orientada pelo São-Tomense Francisco José Tenreiro⁵⁰, em 1948. No mesmo ano, Agostinho Neto declamou poemas na Casa de África Portuguesa, em Lisboa, na presença de Vasco Cabral, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral (Zau, 2005). Mário Pinto de Andrade (1973, pp. 6–7) recorda esses tempos:

É preciso tomar em consideração este facto, de que o camarada [Amílcar] Cabral falava muito: os homens dessa geração, eu diria da geração de Cabral, foi uma geração que leu os mesmos livros, quer dizer formaram-se em torno dos mesmos problemas, das mesmas preocupações. Nós todos, já em 1948-49 seguíamos, evidentemente, o triunfo da revolução chinesa, os sucessos da URSS, o se que passava na América do Norte (todos nós lemos um livro sobre os negros da

⁵⁰ Natural de São Tomé e distinto pelos seus poemas sobre a exploração colonial e o trabalho forçado dos indígenas na Ilha de São Tomé, Francisco José Tenreiro era filho de um administrador português e de uma Angolana, tendo passado grande parte da sua vida em Portugal, onde obteve um doutoramento em Geografia na Universidade de Lisboa em 1961. É considerado um dos fundadores centrais do CEA.

América). Estávamos atentos ao que se passava no Brasil e líamos os romances de Jorge Amado, decorávamos e recitávamos os mesmos poemas [...]. Tais poemas ritmavam a nossa consciência comum de patriotas africanos. Líamos e encorajávamos a produção poética do camarada Agostinho Neto, que exprimia na poesia aquilo que nós pensávamos todos.

Os finais dos anos cinquenta foram marcados por um ativismo cultural, como aponta Inocência Mata (2015), na sua obra *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*. Surgiram grupos com ideologias antagónicas ao poder colonial, que cresceram ao ponto da formação e aparecimento de vanguardas nacionalistas nas colónias portuguesas⁵¹. Especificamente em Luanda, atuava o Movimento dos Novos Intelectuais Angolanos, que, em parte, influenciou a origem do CEA. Este surgiu clandestinamente, no âmbito da CEI, “que funcionou semanalmente, aos domingos provavelmente entre Agosto de 1951 e o segundo semestre de 1953” (Zau, 2005, p. 80). O centro era frequentado por alguns jovens, cujos nomes são atualmente conhecidos pelo seu envolvimento posterior nas lutas de libertação: Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro, Agostinho Neto, Noémia de Sousa, Alda do Espírito Santo, Arlindo Espírito Santo (dono da casa), Humberto Machado e Lúcio Lara. De acordo com Mário Pinto de Andrade, citado em Zau (2005), que se exilou em Paris, em junho de 1954, a última sessão do CEA teria decorrido a 11 de abril de 1954. Contudo, esta data pode não ser exata, já que existe uma convocatória para uma reunião do CEA endereçada a Arlindo Espírito Santo, com data de 10 de outubro de 1954 (Zau, 2005, p. 80).

⁵¹ O PAI (depois Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)), a União das Populações de Angola (UPA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) conduziram as guerras de libertação a partir de 1961. A maior parte (à exceção da UPA) integrou em 1958 o projeto coletivo do Movimento Anticolonialista (MAC), que congregava nacionalistas de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, antecâmara do que viria a ser a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), fundada em Abril de 1961, em Rabat, Marrocos, impulsionada por Amílcar Cabral e Aquino de Bragança.

Jornalista e Cientista Social Goês, radicado em Moçambique, Aquino de Bragança viveu em Portugal, mas migrou para França. Durante estas viagens, conviveu com estudantes, intelectuais, políticos, entre outros indivíduos que, conjuntamente, amadureciam os ideais para a independência dos povos colonizados. Manteve o seu cargo de conselheiro do Presidente Samora Machel e Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Faleceu em 1986, no acidente Mbzumi, que também vitimizou o presidente Samora Machel.

As atividades do CEA só não atingiram maiores proporções devido a represálias por parte da PIDE, o que levou ao distanciamento de uma grande parte dos estudantes africanos. A geração dos anos 50 seguiu uma política de afirmação da sua identidade africana, agitando os objetivos do sistema colonial português. O nascimento do CMA surgiu com o apoio eficaz desta geração de intelectuais, incluindo especialmente Humberto Machado, que coabitava com alguns dos chamados “embarcadiços”, passando a ser um dos maiores impulsionadores para a legalização desta associação (Zau, 2005, p. 81). “Pelo seu carácter interventivo e pelo facto de congregarem sob o mesmo teto estudantes, intelectuais e homens de trabalho”, associações como esta, explica Dalila Mateus (1999), citada por João Tiago Sousa (2008, p. 155), “constituíram locais de reflexão e de partilha de experiências que, posteriormente, irão assumir postos de direção nos movimentos de libertação das colónias portuguesas”.

Alguns testemunhos (Filipe Zau)

Diante da parca informação que, sobre os temas em apreço, chegou até nós, para a prossecução do objetivo a que me proponho, realço a imprescindibilidade de citar, no meu texto, outros trabalhos, mas, sobretudo a obra *Marítimos Africanos e um Clube com História* (2005), de Filipe Zau, que reúne testemunhos raros de três gerações de profissionais de origem africana da Marinha Mercante Portuguesa. Esta obra merece, pelo seu notável valor histórico e antropológico, especial menção, pelo auxílio sobremaneira a contextualizar o meu presente contributo⁵².

O testemunho de Fernando Campos, em Zau (2005), revela que, por volta de 1948, uma das casas onde se podia falar à vontade em Lisboa era, precisamente, uma pensão que existia em Santo Amaro, dirigida por uma senhora africana, já idosa, chamada Lucinda Maria. Frequentada por alguns operários da zona, principalmente trabalhadores da Carris, residiam nessa pensão estudantes das então designadas colónias. Todos os verões, a D. Lucinda fazia questão de organizar algo como uma colónia de férias para

⁵² Cumpro, neste particular, referir que, na prossecução deste projeto, a minha ida a Luanda previa uma entrevista com o Professor Filipe Zau, o que, entretanto, não foi possível. Julgo que se deve ao facto de a minha viagem coincidir com uma época de férias académicas o não ter conseguido entrar em contacto com ele. Apesar das adversidades, gozei, no entanto, da possibilidade e da liberdade de gravar outros informantes, como adiante se mostrará.

os estudantes, alugando-lhes uma casa em Palhais, no concelho do Barreiro. Ali, os estudantes faziam questão de aprofundar vários assuntos de índole política, criando uma espécie de república. Importa citar:

[...] deste grupo de estudantes é que saiu precisamente a ideia de se estabelecer um encontro com os marítimos, de modo a serem induzidos a entrarem na luta. [...] Por volta de 1952, o Clube Marítimo Africano estava formado e, então, nessa altura já se faziam bailes, jogos... e, não havia receio que nos viessem importunar, porque estávamos em formação e, por conseguinte, tínhamos a tarefa de arranjar associados, para que depois nós pudéssemos legalizar, o que veio a acontecer, em 1954. [...] Pessoalmente, fui uma das pessoas mais interessadas nessa legalização, porque levei para uma das reuniões os estatutos do Ateneu de Coimbra, que era uma agremiação de operários revolucionários. [...] Porém, apesar de haver quem considere o ano de 1954 como o da formação do CMA, há necessidade de se frisar que o Clube já tinha atividade antes dessa data e funcionava do mesmo modo, após ter sido legalizado. Fazíamos almoços em casa do Humberto Machado ou a bordo dos navios onde os marítimos eram tripulantes, ou ainda em casa de outros. [...] Entretanto, o tempo vai passando e o contexto mundial torna-se favorável ao programa para as independências. Abre-se então o leque, em que as nossas mensagens já não são só dirigidas para Angola, mas também para outros locais como: Cuba, Brasil e até para o Japão. [...] (Zau, 2005, p. 144)

Edmundo Vicente de Melo Rocha, também em Zau (2005), estudante africano na Universidade de Lisboa, experimentou, por seu lado, os acontecimentos sobretudo na CEI, ainda que também tivesse militado, embora durante menos anos, no CMA onde participava em eventos e na vida associativa. De acordo com a sua experiência, este clube constituía uma agremiação singular, na medida em que congregava trabalhadores dos barcos, de origem angolana, guineense e cabo-verdiana, que habitavam, junto com a família, na capital, particularmente no bairro da Graça. De acordo com o seu testemunho, foi precisamente no âmago da comunidade dos que laboravam na frota marítima portuguesa que, naquele tempo, germinou “um espírito africano”. A esta viriam a juntar-se estudantes oriundos da CEI, entre eles

[...] Humberto Machado e a sua primeira esposa, a D. Júlia Camarinhas, que tinham residência, ali para a Graça, sendo, talvez, os primeiros a aproximarem-se dos marítimos, já que alugavam quartos a alguns deles [...].

Formava-se, assim, um ambiente tertuliano e de intercâmbio cultural em tudo propício à construção de conhecimento. Tomavam lugar as reuniões na mencionada rua Actor Vale, no n.º 37, que correspondia à casa de uma senhora chamada “tia” Andreza. Ali, borbulhavam ideias “progressistas e nacionalistas”. Principiando pelo debate de toda a sorte de assuntos, desde a geografia à história, passando pela literatura, dois ou três anos volvidos, o grupo mostrava já almejar passar da teoria à operacionalização do saber, procurando formas de o aplicar na prática social (Zau, 2005, p. 148).

Através deste e outros testemunhos, conseguiu Filipe Zau organizar uma coleta não somente de antigos participantes na organização do CMA, mas também de variados coletivos de Lisboa, Coimbra, entre outros locais onde a vontade de mudança fermentava.

Na época, a falta de condições materiais impossibilitava os estudantes de irem de férias para os seus países de origem. Um dos melhores meios de contacto entre estes núcleos de estudantes nacionalistas africanos, nos países de origem, ocorria, portanto, via os trabalhadores africanos da marinha mercante, o único meio sólido e de confiança para enviar cartas e documentos a Luanda, a Benguela, a Bissau, à Praia, entre outros destinos. Do mesmo modo, era seguro trazer de lá documentos que pudessem manter o intercâmbio e a organização a nível político. Do Brasil, vinham principalmente a literatura progressista e os jornais de esquerda (Zau, 2005).

Segundo o depoimento do ex-marítimo e, na altura, já falecido Gomes Ponge, citado por Zau (2005, p. 98), antigamente, a comunidade africana parecia muito mais unida, daí a facilidade em estabelecer laços com os estudantes africanos da CEI, tendo ele próprio chegado igualmente a participar em algumas reuniões na rua Leite de Vasconcelos, na Graça, e em Alfama, em casa de um senhor de nome Custódio, onde não raramente se encontrava Agostinho Neto e a sua esposa, Maria Eugénia Neto, que habitavam ali perto.

Clube Marítimo Africano

O CMA foi fundado em 1943⁵³ por trabalhadores africanos da Marinha Mercante portuguesa e por estudantes africanos, que na época residiam em Portugal e que, em alguns casos, militavam em associações ou movimentos políticos clandestinos marxistas e, convém mencionar, maioritariamente frequentados só por homens. A agremiação foi fundada como uma associação recreativa, desportiva e cultural de marítimos africanos. Parte dos membros trabalhadores da marinha mercante estava repartida pelas várias companhias: Companhia Nacional de Navegação (CNN), Companhia Colonial de Navegação (CCN) e Sociedade Geral (SG).

Apesar de a associação ter sido caracterizada como recreativa e cultural, o “CMA foi o inédito ‘soviete’ africano incrustado em terras lusas”, segundo a afirmação de Edmundo Rocha, em Zau (2005), estudante em Lisboa, já citado, que o considerava o local ideal para o desenvolvimento de atividades políticas clandestinas. Os estudantes politizados investiram paulatinamente na construção da consciência política junto dos marítimos, que trabalhavam em frotas, as quais estabeleciam regularmente ligações entre a metrópole, as colónias e outros países do globo. Com efeito, revelava-se fulcral o intercâmbio de material, propaganda, informação e correspondência, o que, por vezes, teria de passar por um complexo processo, como relata Garcia Francisco, outro dos embarcadiços cujo testemunho se encontra compilado na obra de Zau (2005, p. 151):

Olhe, você já que está no navio tal, importa-se de levar isto ou aquilo. O que me entregavam era bem embrulhado e era levado para bordo. Mas, quando a PIDE começou a entrar nos navios e a fazer revistas, para além de certos colegas, que também eram informadores daquela polícia política, tínhamos que ter muito mais cuidado. Por exemplo, para levar uma certa correspondência, cortava com uma faca ou com uma lâmina um sofá e colocava-se lá dentro a correspondência clandestina que nos entregavam. Uma outra forma de levar correspondência era pô-la dentro de um saco de plástico, muito bem fechado, pô-lo depois dentro de uma fronha e pôr esta, por sua vez, a lavar na máquina no meio de mais roupa.

⁵³ Em agosto de 1943, o CMA obteve a aprovação dos seus estatutos nos termos do Decreto n.º 32.946, seguindo o despacho a 13 de dezembro de 1954 do subsecretário da Educação Nacional.

Mesmo com o sabão e a água quente e fria, as coisas mantinham-se intactas. Quando chegávamos aos portos, normalmente o destinatário vinha ter connosco a bordo para receber aquilo que, afinal, nunca tinha saído da lavandaria. A partir de Lisboa, os estudantes tinham formas de avisar quem e que levava isto ou aquilo. A bordo (do Índia), recebi correspondência clandestina para entregar a um indivíduo jornalista, que estava em S. Tomé. Naquele tempo, os navios ficavam ainda ao largo, logo, ele não tinha como vir a bordo. Então, neste caso, fui eu a terra. Perguntei onde poderia encontrá-lo e lá entreguei aquilo de que ele próprio já estava à espera. Passou-me outra correspondência, que viajou comigo para todo o Extremo Oriente e, de regresso a Lisboa, entreguei esses documentos a quem tinha de entregar.

Muito embora os Estatutos do Clube Marítimo Africano o vedassem a “quaisquer atividades ou participação em manifestações de carácter político ou religioso” (Zau, 2005, p. 83), a atividade política proliferava e era encoberta por bailes, enquanto determinados membros do CMA, conjuntamente com os jovens da CEI (onde muitos se ligavam ao Movimento Anticolonialista (MAC) e ao CEA), trabalhavam na circulação de informações e opiniões nacionalistas de Lisboa para além fronteiras. Estes grupos diversificados influenciaram bastante na consciencialização e a organização política e social para as lutas e partidos em prol da independência das colónias.

Temos o caso de Angola, resultando mais tarde no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Apesar das diferentes ideologias políticas, convém citar igualmente outras influências do movimento nacionalista: o Partido Comunista Angolano (PCA), o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento pela Independência de Angola (MIA) e o Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA). Estes variados grupos batalhavam todos contra o mesmo inimigo, o fascismo.

Marítimos

Desde a fundação do Clube Marítimo Africano que a PIDE vinha investigando todos os passos dos sócios. Em 1952, Agostinho Neto foi preso pela PIDE. A polícia investigava também o marítimo Zito Van-Dúnem, tripulante no Paquete “Santa Maria”, em 1955. A 11 de janeiro de 1955, a PIDE ordenou uma busca nos seus aposentos em terra, em Lisboa. Ali, se apreenderam dois poemas e um postal com uma ilustração da cabeça de um Negro. Um mês depois, Zito Van-Dúnem, regressa da sua jornada e é preso e enviado para Caxias, com a suspeita de ser militante no Partido Comunista Português. Ressalte-se que durante os interrogatórios feitos a Zito, a PIDE conseguiu obter informação das reuniões em casa de Humberto Machado, reuniões, essas, em que circulava o “MANIFESTO”⁵⁴, surgido em 1956. Assim, de início, a PIDE concluiu equivocadamente, no Relatório de 9 de Fevereiro de 1955, que o CMA se tratava de um simples clube recreativo, com a finalidade de congregar “todas as pessoas oriundas das nossas províncias africanas, que se encontram a viver nesta cidade de Lisboa, bem como suas famílias, tendo em vista arranjar casa própria a fim de darem bailes” (Zau, 2005, p. 85). Mais tarde, se percebia, contudo, que as reuniões e atividades ali decorridas iam além do mero lazer e recreio, procurando atentar efetivamente “contra a situação”:

Senhor Presidente da União Nacional, tem esta o fim de lhe participar que na Rua Leite Vasconcelos 82 - cave esquerda e direita existem umas determinadas pessoas que falam contra a situação e fazem comités com homens de cor, até altas horas da noite, à porta fechada, tendo envolvido em grande barulhada, não só na residência indicada, como também num Clube que tem por nome de Clube Marítimo Africano. Como vê, Senhor Presidente, era bom que mandasse investigar como mesmo prender certo pessoal que ali habita. Sem mais, A bem da Nação. (Zau, 2005, p. 87)

⁵⁴ Escrito por Viriato da Cruz e “adotado” por Ilídio Machado, Matias Miguéis, André Franco de Sousa e Hígino Aires de Sousa, este documento apelava à organização dos Angolanos para a luta rumo à independência total de Angola, resultando nas primordiais marcas dos movimentos nacionalistas, modernos neste país.

O Clube Marítimo Africano, ainda sem sede, foi fundado por Humberto Machado, residente na Rua Leite Vasconcelos, 82 cave, e pelo indivíduo a que se refere o serviço, Raul Francisco Caterça. Aqueles indivíduos fundaram este clube com o fim de reunirem todas as pessoas oriundas das nossas províncias africanas, que se encontram a viver nesta cidade de Lisboa, bem como suas famílias, tendo em vista arranjar casa própria a fim de darem bailes; é, por conseguinte, um clube somente recreativo. (Zau, 2005, p. 85)

A 28 de janeiro de 1958, a Comissão Central da União Nacional⁵⁵ dirige uma correspondência ao diretor da PIDE. Após a transcrição da carta anónima, esta confirma a existência de uma militância política clandestina entre marítimos e estudantes, usando os bailes como disfarce. Cerca de uma semana antes da carta, o CMA reuniu-se na sede, na rua Senhora da Graça n.º 62, 1.º andar. Na mesma reunião, foi lançado o novo corpo gerente de 1958. Por conseguinte, em 27 de janeiro do mesmo ano, a delegação da PIDE em Angola reporta ao diretor geral que o marítimo António Rodrigues da Costa habitava em Lisboa, na residência de Humberto Machado e que recebia cartas de Luanda do seu irmão Ilídio Machado. Logo, assim que o navio “Angola” atracou em Lisboa, este foi automaticamente preso pela polícia política. O embarcadouro regressava com um postal de Agostinho Neto nos seus pertences. Em compensação, vinda de Lisboa chegava a Lobito uma policopiada em nome de Lúcio Lara. Ainda nesse ano, os nacionalistas angolanos passaram a dispor de uma nova ferramenta, essencial e eficaz, para a distribuição de panfletos em prol da organização e união para a luta contra o imperialismo. Os panfletos mais decisivos foram o Manifesto Africano, de fevereiro de 1959, e o “Aos militantes Angolanos”. A presente comissão enfrentava uma situação financeira crítica. Na academia recreativa “Leais Amigos”, o CMA conseguiu assentar com uma sede provisória com o objetivo de diversificar as atividades do clube, incluindo excursões, futebol, consultas médicas, entre outras, de modo a obterem fundos para o clube (Zau, 2005).

Apesar de os maiores problemas serem sociais e políticos, segundo Filipe Zau (2005), a mobilidade profissional dos marítimos constituía, por si só, um enorme condicionalismo

⁵⁵ União política de partido único criada para a manutenção do regime fascista, transitando de ditadura militar para Estado Novo. Este monopólio de representação política resultava em severas perseguições à oposição.

para coesão no CMA. Por outro lado, o início das prisões políticas, no seio dos próprios marítimos, fruto de um maior controlo por parte da PIDE, chegou a introduzir os seus agentes nos navios e no próprio clube. Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral e Lúcio Lara, entre outros, partem para o exílio e Agostinho Neto é preso pela PIDE, pela segunda vez, em 1955, tendo sido condenado, em 1957, à perda de direitos políticos, durante cinco anos, regressando a Luanda (Zau, 2005).

Entre 1954 e 1957, além de eleger uma comissão diretiva, o clube dispunha igualmente de departamentos especializados em dinamizar as atividades recreativas do quotidiano. A sede definitiva do clube, na rua Augusto Rosa, em frente à Sé Catedral de Lisboa, haveria de ser desmantelada pela PIDE, em 1957, assolando o seu património e subtraindo documentos, o que culminaria na expulsão da agremiação da casa. (Zau, 2005)

Capítulo 3

Trabalho de campo: apresentação e discussão

O presente trabalho de projeto resulta de uma investigação de seis meses, dois dos quais em Angola, de dezembro a fevereiro. Neste espaço de tempo, pude conhecer a terra natal dos meus familiares e analisar, arquivos pessoais e institucionais relativos ao CMA.

Metodologia

Para a elaboração do filme documentário (auto)biográfico, optei por uma investigação qualitativa, nomeadamente, por um estudo etnográfico, em que o trabalho de campo foi uma constante e eu, a investigadora observadora-participante, encabecei o principal “instrumento de medida” (Miles & Huberman, 1994, p. 6). Como explica Clara Pereira Coutinho (2016, p. 347),

Também designada por “antropologia cultural” ou “investigação naturalista” (Best & Kahn, 1998), a **etnografia**, de *ethnos* = gente e *grafia* = descrever, significa precisamente isso mesmo: “Uma pintura da ‘forma de vida’ de um grupo de pessoas (Punch, 1998, p. 160)⁵⁶ em que o papel do investigador é o de “[...] examinar os padrões de comportamento, os costumes e modos de vida de um grupo” (Creswell, 1998, p. 58)⁵⁷. O seu objetivo é, pois, estudar e compreender os aspetos culturais e simbólicos do comportamento dos sujeitos inseridos num dado contexto (Merriam, 1998)⁵⁸.

O paradigma selecionado permitiu-me assumir o papel não só de observadora, como de participante. Fui uma atenta observadora sobretudo por ter gozado, por ocasião da

⁵⁶ Punch, K. F. (1998). *Introduction to Social Research: Quantitative and Qualitative Approaches*. SAGE Publications.

⁵⁷ Creswell, J. W. (1998). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. SAGE Publications.

⁵⁸ Merriam, S. B. (1998). *Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from “Case Study Research in Education”* (2nd ed.). Jossey-Bass Publishers.

viagem a Luanda na prossecução da realização do filme, de estadia no Bairro Operário, durante a qual procurei imiscuir-me no quotidiano da casa e da vizinhança. Mostrei-me participante na medida que não só elaborei o documentário, como, me envolvi, para tal em entrevistas.

Para informar o projeto, socorri-me de mais do que uma fonte de recolha, a saber: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas e diário de investigação.

As entrevistas, gravadas em vídeo, caracterizaram-se por ser não estruturadas, o que confere maior liberdade ao entrevistado, o que significa, amiúde, mais informação valiosa para o investigador.

A “amostra” de entrevistados pode considera-se de conveniência. Compôs-se, mormente, de dois familiares (Tia Ana Yala⁵⁹ e Pai, João Rodrigues, representando os dois lados da família, o materno e paterno respetivamente, ambos descendentes diretos de embarcadiços e ex-sócios do CMA) e uma terceira pessoa (José Narciso, celebridade do futebol luandense, neto do embarcadiço João Manuel⁶⁰), cujo critério de inclusão passou precisamente por procurar apresentar um ponto de vista exterior à esfera familiar, mostrando que a realidade retratada não lhe é naturalmente exclusiva.

As páginas que se seguem foram desenvolvidas em torno das minhas notas de campo. Podem as notas de campo, de acordo com Clara Pereira Coutinho (2016, p. 332), apresentar dois pendores distintos: um descritivo, outro reflexivo. Notas descritivas caracterizam-se por ser “geralmente tão precisas e minuciosas quanto possível (baixo grau de inferências) do ambiente, da aparência física e do caráter dos participantes, daquilo que dizem e de como atuam”. Já as notas de campo reflexivas traduzem a interpretação do investigador (*idem*). Tendo em vista que o texto que aqui venho apresentando se constitui como complemento ao filme documental que produzi e que funciona como a parte descritiva deste projeto, como se espera, à construção pessoal de sentido por parte de quem o visiona, as palavras que, de seguida, apresentarei manifestam a minha reflexão crítica, passo a passo, sobre todo este percurso.

Organiza-se o capítulo nas secções: diário de campo, captação de imagem e entrevistas.

⁵⁹ Cumpre, nesta particular situação, referir que o nome original de família é Yala, com base no Acordo ortográfico de 1945, a família que imigrou para Portugal perdeu o “y” passando assim a lala, somente com “l”.

⁶⁰ Segundo o relato do neto José Narciso, o embarcadiço João Manuel, laburou no navio “Pátria” como chegador e maquinista na companhia colonial de navegação entre 1948 e 1956.

Diário de campo

Chegada ao Bairro Operário

Assim que cheguei a Luanda, ficou decidido que iria passar algum tempo no Bairro Operário, na casa onde cresceu a família da minha mãe e onde os meus avós maternos formaram a sua família: um bairro de areia vermelha, conhecido simplesmente como o Bê Ó, o bairro da resistência.

[...] debruçada sobre o mar, com a baía [...] a seus pés, a presença de duas ilhas muito próximas do continente (a do Mussulo e a de Luanda) e uma avenida marginal, costeando o mar, com edifícios grandiosos e seus coqueiros, Luanda, imediatamente conquista seu visitante. (Macêdo, 2004, pp. 1–2)

A colonização deixou, porém, na cidade de Luanda, marcas indeléveis de uma dicotomia entre baixa e musseque (Roque, 2011, p. 335)⁶¹. Uma oposição que se apresenta, desde logo, arquitetónico-urbanística, metáfora da realidade do sofrimento nativo, de um lado, e da consagração do privilégio europeu, do outro, simbolizados pelos materiais de construção que predominam nesses dois espaços (A. Torres, 1989, p. 99).

Local de residência, materiais de construção e pertencimento social são aspetos diferentes da mesma contradição: a colonização é, ao contrário do seu projeto, um sistema de ruturas e não de integração [...]. O processo de urbanização tornou mais claras as quebras subjacentes e expressa visualmente, por assim dizer, as abstrações impercetíveis. (A. Torres, 1986, p. 49)⁶²

⁶¹ Em Luanda, o termo “bairro”, de emprego usual na conversa quotidiana, também é usado para referir a divisão administrativa da cidade, como, por exemplo, “Bairro Azul” ou “Bairro do Maculusso”, ambos localizados na parte considerada “urbanizada”. Já o termo “baixa” pode revelar-se, hoje, obsoleto, principalmente entre os mais jovens. O termo “musseque”, por outro lado, ainda é muito atual e refere-se ao espaço “sub-urbano” (Roque, 2011, n. 6).

⁶² Lieu d’habitation, matériaux de construction et appartenance sociale sont des aspects différents d’une même contradiction : la colonisation est, contrairement à son projet, un système de ruptures et non d’intégration, quelle que soit la sincérité des mots par ailleurs. Le processus d’urbanisation a

Escusado será acrescentar que esta dualidade se constitui corolário da situação político-económica e sociológica na origem da distinção entre ambas as zonas de Luanda (Castro, 2014, p. 41; Fanon, 1963, p. 38). Para Adelino Torres (1986, p. 29, 1989, p. 98), a rutura espacial da capital angolana evidencia as divisões económicas, sociais e raciais que o autor interpreta enquanto, simultaneamente, origem e produto dessa mesma rutura.

Em meados de novecentos, Luanda desdobrava-se em dois grandes espaços, a Alta e a Baixa da cidade, consistindo em lugares de passagem, como era o caso do Largo da Mutamba, e bairros da elite nativa local: Ingombotas e Bairro Operário (Bê Ó). Os musseques, esses, correspondiam aos espaços, “não urbanizados”, em que a população autóctone pobre habitava, mas que haveriam de constituir-se na “base sobre a qual as imagens de resistência e identidade nacional seriam geradas” (Macêdo, 2004, p. 6). Sobretudo a partir de 1940, verificou-se, entre estes espaços, um considerável trânsito de pessoas, maioritariamente angolanos: uns deslocaram-se de um bairro para outro, outros foram empurrados pela presença do colonizador português. Esta conjuntura contribuiu vivamente para promover “novos arranjos populacionais a partir de uma maior proximidade entre a elite nativa e as populações mais empobrecidas” (Nascimento, 2015, p. 80). Era nos “bairros” que boa parte da elite intelectual e política de Angola residia, entre eles, escritores e militantes políticos como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Arnaldo Santos, Agostinho Mendes de Carvalho, Liceu Vieira Dias e Domingos Van-Duúnm, apenas para mencionar alguns (Nascimento, 2015, p. 80).

Não raro também aparecem enquanto espaços de análise da ficção angolana, sendo, por exemplo, referenciados constantemente nas obras de Luandino Vieira e ganhando centralidade no conto “O bairro operário não tem luz” de Arnaldo Santos⁶³. (Nascimento, 2015, p. 80)

simplement rendu plus nettes les cassures sous-jacentes et exprime visuellement, pour ainsi dire, les abstractions imperceptibles (tradução livre).

⁶³ Santos, A. (1981). O Bairro Operário não tem luz. In A. Santos (Ed.), *Kinaxixe e outras prosas* (pp. 72–74). São Paulo: Ática.

Construído no dealbar do século XX, o Bairro Operário albergava uma elite negra em declínio que migrou do centro da cidade, ocupado por imigrantes brancos, em busca de habitação mais acessível e disponível (Messiant, 2009, p. 20; Moorman, 2008, p. 60). Ao passo que várias famílias que moravam no Bê Ó eram consideradas elites por desempenharem funções na burocracia colonial e gozarem de acesso à educação, a sua situação económica mostrava-se, amiúde, muitíssimo precária (Moorman, 2008, p. 60). Em meados do século, o Bairro contava com uma população mista de brancos e negros de reputação suspeita, “por lidar com o sector informal com uma subtilidade inusitada” (Birmingham, 1991, p. 428). Por causa da recente debilidade da sua situação socioeconómica relativamente ao estado colonial, bem como ao facto de agora viverem lado a lado com os angolanos da classe trabalhadora, os assimilados experimentaram mais intimamente as injustiças do sistema colonial (Moorman, 2008, p. 60).

Amadeu Amorim, morador de longa data no B. O. neste período e membro da banda Ngola Ritmos, descreveu o bairro como “uma espécie de gueto que acabou por ser onde os intelectuais africanos ou angolanos se relacionavam com trabalhadores especializados e outras pessoas. Portanto, foi aí que eles começaram a misturar-se. Foi por isso que foi o berço da luta revolucionária aqui”. (Moorman, 2008, p. 60)⁶⁴

As ruas do Bê Ó que nunca conheceram pavimento e a falta de iluminação elétrica numa zona que era o cartão de visita residencial das classes operárias coloniais perfaziam aspetos que motivavam o correr de abundante tinta na literatura (Birmingham, 1991, p. 428; Nascimento, 2015, p. 80; A. Santos, 1981). Ali morou aquele que viria a tornar-se no primeiro presidente da Angola independente, o Dr. Agostinho Neto. No Bê Ó, situava-se a Casa dos Panfletos, onde figuras nacionalistas como Beto Van Dúnem e Amorim se reuniam para conversar sobre política e produzir folhetos políticos para distribuição nos musseques (Moorman, 2008, p. 60).

⁶⁴ Amadeu Amorim, a longtime resident of B.O. in this period and a member of the band Ngola Ritmos, described the neighborhood as a “kind of ghetto that ended up being where the African or Angolan intellectuals connected with the specialized laborers and other folks. Therefore, that’s where they started to mix. It was because of this that it was the cradle of revolutionary struggle here” (tradução livre).

O Bê Ó encerra em si o princípio da emancipação do nosso povo e do início da luta de libertação nacional, o que determina a sua importância não apenas para os luandenses, mas para toda a nação angolana. A sua contribuição está implícita no trabalho desses ilustres Angolanos que fizeram sempre questão de enaltecer a rica vivência e todas as experiências forjadas nesse bairro, como testemunha Jacques dos Santos, em *ABC do Bê Ó* (2012).

Lá, deparei-me com a antiga casa de Agostinho Neto, atualmente o Centro Cultural homónimo, criado para apoiar os jovens do bairro na educação, funcionando igualmente como centro médico para os habitantes da zona. O Bairro é conhecido pelos artistas que nele nasceram durante a época de violência colonial, como, os Ngola Ritmos: grupo musical formado em meados de 1947 por Carlos do Aniceto Vieira Dias, conhecido por “Liceu” e por muitos considerado “o Pai da Moderna Música Popular Urbana Angolana”⁶⁵. Liceu não nasceu no Bê Ó, mas foi lá que cresceu, a chamada “Escola B.O.”, nas palavras de Jacques dos Santos, em Moorman (2008, p. 63). O agrupamento musical ganhou popularidade por exibir uma afirmação identitária angolana, uma vez que cantava temas originais em Kimbundu, bem como traduzia músicas tradicionais em ritmos populares e dançantes.

A música desenvolvida nesta altura, ao utilizar línguas autóctones, o *quimbundo*, *umbundo*, *quicongo*, bem como os papéis assumidos pela língua oficial e por Liceu Vieira Dias ou N’Gola Ritmos, a evolução técnica e musical a partir das músicas tradicionais foram fundamentais para a afirmação de uma “canção de resistência” em Angola nesta época. (S. Simões, 2015, p. 46)

Enquanto uma das primeiras bandas a experimentar novas formas de música angolana, os Ngola Ritmos apresentam-se verdadeiramente como o epítome da relação entre música e política (Moorman, 2008, p. 15).

Para a pesquisa que conduziu no país sobre música e política intitulado *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*, Marissa Moorman entrevistou várias pessoas e apurou que o Bairro Operário e a banda Ngola Ritmos se associam intimamente ao nacionalismo angolano (Moorman, 2008, p.

⁶⁵ Se ainda estivesse entre nós, no passado ano de 2019, no dia 1 de maio, o emblemático músico nacionalista teria completado cem anos de vida.

60). De acordo com a historiadora, é geralmente atribuída à banda a criação de um novo género musical, o semba, ligado ao país emergente. Os Ngola Ritmos simbolizam a ligação entre a música e política e era isso que os diferenciava de outros grupos musicais que floresceram entre as décadas de sessenta e setenta do século XX. A maioria dos membros do grupo compunha-se de jovens militantes nacionalistas do bairro. Muitos dos membros da banda foram presos em resultado da repressão às atividades nacionalistas em 1959⁶⁶, dado usarem a música que produziam enquanto veículo de expressão política capaz de atingir um alargado alcance, despertando, efetivamente, o interesse das massas para os assuntos, à época, em liça. A banda subsistiu até meados dos anos sessenta do século XX, altura em que gravou o último som, “Nzage”, em Lisboa. Este grupo criou um género musical que vem influenciando até hoje gerações de músicos angolanos.

A banda tornou-se icónica, lembrada no poema de Agostinho Neto “Içar da bandeira”, no romance de José Luandino Vieira, *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, e no memorial impressionista de Jorge Macedo, *Ngola Ritmos*, um panfleto de uma série intitulada “Trabalhos sobre o nacionalismo angolano”. Recebeu também eloquente elegia e historicização no documentário do cineasta angolano António Ole, *O Ritmo de Ngola Ritmos*. [...] Todas estas vozes contribuíram para produzir os Ngola Ritmos enquanto parte da “memória dominante”. (Moorman, 2008, p. 15)⁶⁷

É de realçar o marco do Bairro Operário como local de encontro cultural de jovens militantes e de afirmação artística e identitária em Luanda.

Entre quarenta e cinquenta [do século XX], os quintais de Luanda acendiam-se ao ritmo do N’Gola Ritmos e a palavra prolongava-se em torno da discussão de

⁶⁶ Três dos seus membros: primeiro “Liceu” e Amadeu Amorim, em 1959 – enviados para o Tarrafal e lá permanecendo aprisionados durante uma década –, depois, José Maria dos Santos, em 1960.

⁶⁷ The band has become iconic, remembered in Agostinho Neto’s poem “Içar da bandeira” (Raise the Flag), in José Luandino Vieira’s novel *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (The True Life of Domingos Xavier), and in Jorge Macedo’s impressionistic memorial *Ngola Ritmos* (a pamphlet in a series entitled “Works on Angolan Nationalism”). It was also eloquently elegized and historicized in Angolan filmmaker António Ole’s documentary *O Ritmo de Ngola Ritmos* (The Rhythm of Ngola Ritmos). [...] These voices have all contributed to producing Ngola Ritmos as part of “dominant memory” (tradução livre).

temas angolanos, em busca de um movimento de renovação que colheria os seus primeiros frutos no “Movimento dos Novos Intelectuais de Angola. (Tavares, 1999, p. 127)

Atmosfera familiar e memórias

Os meus primeiros dias na localidade propiciaram-me que abrandasse e refletisse na jornada que me esperava. Era meu objetivo rumar a Angola em trabalho de campo, mas pretendia igualmente encontrar-me com a realidade e aprender a ver, a escutar, enfim, a apreender o património familiar material e imaterial através dos sentidos, seguindo inspiração porventura muito semelhante à invocada por Kobena Mercer, na marcante obra *Travel & See* (2016), como, de início, referi. De acordo com Naomi Leite (2005, p. 273), o envolvimento sensorial com o ambiente físico facilita uma união “somática e imaginativa aos antepassados, superando a rutura diaspórica de passado e presente, antepassados e eus, pátria e exílio”⁶⁸. Com o olhar, fui então capturando cenários até então apenas construídos pela minha imaginação, imbuída dos fascinantes relatos comigo partilhados por quem os viveu. Com o ouvido, procurei incessantemente reconhecer, nas melodias locais, aquelas tantas vezes já tocadas nos convívios em casa de familiares e amigos, em Portugal. Por vezes, África é imaginada pelos descendentes da diáspora, como eu, enquanto “pátria original”, reunindo as raízes responsáveis pela semelhança de todos os povos africanos (Laó-Montes, 2005, p. 123). Mas, se os filhos e netos da diáspora, nascidos já no novo país, chegados por fim à pátria dos pais ou avós, a percebem como *lar* ou se como um *destino* de “turismo de raízes” ou “turismo diaspórico” (Huang et al., 2016, pp. 59–60), é uma questão assaz subjetiva e, por isso mesmo, de resposta muitíssimo complexa. Em todo o caso, creio vivamente que a imaginação desempenha sempre, para nós, um papel de suma relevância na medida que concorre para a criação de sentimentos de pertença, de apego e de conforto

⁶⁸ [Through sensory engagement with their physical surroundings, travelers undertake commemorative practices that] somatically and imaginatively unite them with their forebears, thus bridging the diasporic rupture of past and present, ancestors and selves, homeland and exile (tradução livre).

emocional, bem como a (re)construção da memória e, por conseguinte, da própria identidade. Como ilustra Sean Field (2012, p. 11):

Este sentimento de pertença é um apego emocional a espaços maternos, onde as pessoas internalizam os familiares, objetos e os ambientes de crescer em casa e na comunidade, que são simbolicamente enquadrados por meio de memórias imaginárias. Às vezes, o lar e a comunidade são imaginados como “o mundo”, como se esse “mundo” fosse o único lugar em que uma pessoa pudesse estar segura. A imaginação, então, não apenas cria novas imagens, ideias e ações, mas também cria significativamente estruturas para sustentar as percepções das pessoas, as suas concepções de si próprias e as suas memórias. As pessoas precisam destas estruturas imaginativas para obter significado através da lembrança. Entendimentos ou construções de “lar”, “comunidade” e “cidade” são quadros imaginativos que as pessoas criam para manter vínculos com os outros.⁶⁹

Adicionalmente, partindo dos *insights* da lavra de Paul Gilroy (1997, pp. 306–341), que sintetizou e adaptou, Keith Hollinshead (2004, pp. 37–38) defende que as perspectivas da diáspora sobre o eu e a sociedade podem apresentar, entre outras, uma índole imaginativa, dado que “as inscrições diaspóricas da identidade não são apenas propensas a basearem-se em ícones distintos e estimados do ano passado e do século passado”. Estas tendem por vezes também, de acordo com o autor, “a serem produtivas em termos da criação de ícones e de ancestrais imaginários” (*idem*).

Tinha eu ido a Luanda na esperança de recolher e preservar fragmentos que fossem da memória da diáspora através de relatos de membros da família. Através de conversas informais, senti, porém, um certo distanciamento por parte de muitos dos conhecidos e familiares, talvez por não julgarem a sua memória relevante para uma documentação histórica. Apesar de esta atitude se traduzir, claramente, numa limitação à investigação

⁶⁹ This sense of belonging is an emotional attachment to maternal-like spaces where people internalized the familiar others, objects, and surroundings of growing up at home and in the community, which are symbolically framed through imagining memories. At times, home and community are imagined as “the world,” as if that “world” were the only place a person could be safe and secure. Imagination then not only creates new images, ideas, and actions, but it significantly creates frameworks to hold people’s perceptions, their conceptions of themselves, and their memories. People need these imaginative frameworks if they are to derive meaning through remembering. Understandings or constructions of “home,” “community” and “city” are imaginative frames that people create to maintain links to others (tradução livre).

que serviu o objetivo do presente projeto, importa realçar, a propósito, que a memória comporta, em si mesma, duas dimensões, dois poderes antagônicos, porém investidos da mesma força, sendo que “o poder de ocultar é igual ao poder de revelar”, o que a coloca desde logo em contraste com a história, como explica Kamal Sbiri (2012, p. 37). Acrescenta Enrique Padrós (2001, p. 81) que, “assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória”.

A capacidade de obter acesso à história já não é uma questão de escolha, pois tudo o que resta são representações e palimpsestos. A memória negocia a autorrepresentação e a autoconsciência desse passado. O que está aqui em jogo é que a operação da memória é sempre praticada ao nível do inconsciente, subordinando a autenticidade à história. Quando os corpos feridos proclamam eventos históricos, a memória deixa de ser uma questão do inconsciente, mas torna-se na própria identidade. A esta altura, a nostalgia cruza-se com a memória. Subsequentemente, a nostalgia torna-se na norma dos minoritários no mundo global e a transculturalidade é o mecanismo para aplicá-la.⁷⁰ (*idem*)

Bastante explorada nos domínios da literatura e da cultura, a nostalgia é definida por Dennis Walder (2009, p. ix) como “aquele aspeto da memória que tem uma ressonância especial para migrantes e outros envolvidos nas longas histórias do colonialismo”⁷¹.

Por outro lado, a falta de vontade de recordar poderá não se resumir a uma explicação assim tão simplista como a perceção, por parte do sujeito, da potencial falta de relevância da sua memória, uma vez que a opção pelo esquecimento, pelo silêncio, pelo “não-dito” se consubstancia numa estratégia recorrente de lidar não só com o passado, mas com o presente e o futuro e, por conseguinte, com a identidade (Pollak, 1988, p. 8). Esta estratégia, de que alguns (desde um indivíduo a comunidades inteiras (cf. Buckley-Zistel, 2006)) se socorrem, é particularmente comum em contextos (pós-)traumáticos como o

⁷⁰ The ability to gain access to history is no longer a matter of choice, since all that remains are representations and palimpsests. Memory negotiates self-representation and self-awareness of that past. What is at stake here is that the operation of memory is always practiced at the level of the unconscious, subordinating authenticity to history. When wounded bodies proclaim historical events, memory is no longer a matter of the unconscious but becomes the identity itself. At this point nostalgia intersects with memory. Subsequently, nostalgia becomes the norm of the minoritarian in the global world, and transculturality is the mechanism for applying it (tradução livre).

⁷¹ [...] that aspect of memory that has a special resonance for migrants and others entangled by the long histories of colonialismo [...] (tradução livre).

rescaldo do colonialismo, do fascismo e/ou da guerra (Pinhal, 2017, p. 21), por exemplo, já que “a identidade coletiva não é meramente produzida através da lembrança, mas também através do esquecimento”⁷² (Bissell, 2005, p. 216).

Ciente da complexidade das questões em liça (e que não cabe, neste lugar, conferir um merecido aprofundamento), resolvi, então, principiar esta experiência em campo por assumir um papel de observadora mais passiva, numa atitude de “viajar e ver”, como diria Kobena Mercer (2016), e, ao ver, procurar absorver. Depois, fui assumindo, paulatinamente, uma maior participação.



Figura 1 Quintal da tia Ana Yala - Bairro Operário

Portanto, aos poucos, após a hora do almoço, comecei por me sentar sempre no quintal, a ouvir as crianças a brincar e a observar as mulheres mais velhas, inertes, a pensar. Quando via uma oportunidade, lá fazia breves perguntas à minha tia materna mais velha, Ana Yala. Sem grande vontade, ela ia revelando alguns detalhes das memórias fragmentadas. Assim sucedeu até ao dia em que finalmente consegui obter o velho álbum do meu avô materno e poucos dos restantes documentos ainda na casa. A esta

⁷² [...] collective identity is not merely produced through remembering but also through forgetting [...] (tradução livre).

altura do meu percurso, devo confessar que o impacto do contacto com um álbum fotográfico dos meus antepassados foi quase indizível.



Figura 2 Álbum de Família Yala

No contexto do filme de cariz etnográfico por mim realizado, este veio conferir-lhe um toque de intertextualidade (Costa, 1998, p. 3) que considero deveras pertinente. Certamente que muito poderá ser interpretado a partir da observação não só fotográfica, como dos vários aspetos estéticos contidos em tal registo, sobretudo se se tratar de um álbum em formato tradicional (de papel), pois, como descreve Geoffrey Batchen (2004, pp. 49–57), citado por Frederico Malaca (2015, p. 13):

Álbuns dão aos seus donos a oportunidade de determinar e desenhar como as suas fotografias vão ser dispostas e observadas. As imagens podem ser dispostas numa sequência, com legendas, textos e decoração de acordo com o seu gosto pessoal, [...] estes elementos podem enriquecer as imagens, desenvolvendo nestas a capacidade de provocar emoções. [...] Os álbuns dão a uma pessoa comum a oportunidade de representar as suas autobiografias em combinações expressivas de palavras e imagens.

Por entre os copiosos retratos de amigos e de famílias amigas, figuravam, nesse álbum, fotografias únicas, captando paisagens desde Luanda a Lisboa; imagens de Almada,

ainda completamente florestada; as minhas tias na varanda da casa na freguesia do Feijó, que ainda é da família.



Figura 3 Álbum da família Materna com o retrato do meu Avô Paterno – Segundo retrato

Ali, encontrei também, para minha surpresa, uma foto do meu avô paterno, numa altura em que os meus pais ainda não namoravam, nem cogitavam sequer um futuro em comum. Tratou-se de uma interessante descoberta, pois a existência de uma fotografia que reunia duas famílias sem qualquer laço sanguíneo entre si revela a unidade que caracterizava a vida no bairro e estas famílias em particular, muitas delas oriundas do norte de Angola, tanto em Luanda como em Portugal. O mesmo álbum guardava fotografias de batismo; de excursões de famílias de marítimos feitas já em Portugal; de casamento; fotografias do meu avô nos navios holandeses e no paquete “Angola”.



Figura 4 Pacote Angola Avô Yala



Figura 5 Família Yala rumo a Portugal

Muitas dessas fotografias têm hoje mais de sessenta anos e foram tiradas dentro de casa, o que indicia haver, possivelmente, à data, uma ou mais máquinas fotográficas no meio doméstico. Tal pode, à primeira vista, parecer extravagante, mas a verdade é que muitos dos trabalhadores da Marinha Mercante gozavam de um acesso privilegiado a equipamentos então tidos como mais avançados, em virtude das diversas rotas empreendidas pelo mundo: obtinham livros, discos, roupas, entre outros bens, por vezes, proibidos em Portugal. “Os navios foram sem dúvida a unidade principal de circulação de ideias e ativistas, bem como no movimento de artefatos culturais e políticos chaves: panfletos, livros [...]” (Gilroy, 2001, p. 38).

Obtenção de documentos

Em Portugal, a ida ao festival de cinema “Olhares sobre Angola” propiciou-me conhecer Kamy Lara, da Geração 80, neta de Lúcio Lara. Foi ela quem me indicou a Associação Tchiweka de Documentação, em Luanda, para obter documentos relativamente ao CMA. Na capital e porto de circulação de ideias, ativistas e materiais, resolvi rebuscar os artefactos que validam os acontecimentos de outrora. Dirigi-me então ao local da associação, onde tive a oportunidade de comprar o livro *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara – Vol. I (até Fev. 1961)*. Adquiri também documentos sobre o CMA (cf. anexo). Obtive documentos muito específicos do Clube, tais como convites para bailes; fichas de quotas; circulares; os estatutos do CMA; publicações do jornal *Diário do Governo*; convocatórias para reuniões e, por fim, a ficha para proposta de sócio. Sobressaem, nestes registos, a relevância e a organização do clube recreativo e cultural. Da ata do clube, transparece a quantidade de mulheres que dele faziam parte, mas que não receberam destaque. Da mesma forma que fui apontando nomes, fui tomando nota do nome dos paquetes onde muitos trabalharam e especialmente moradas, aonde mais tarde, já em Lisboa, me dirigi. Vários destes embarcados levitavam de casa em casa. Outros viveram nos bairros lisboetas de Alfama, Xabregas ou Penha de França, mais propriamente na Graça, local em que primeiro se sediou oficialmente o CMA. A habitação nestas zonas facilitava o acesso ao Porto Marítimo em Santos e encorajava a proximidade entre os trabalhadores negros para reforçar a entreaajuda e a segurança. Mais tarde, alguns embarcadiços trouxeram

ou constituíram as suas famílias em Portugal. Aos poucos, muitos atravessaram o Tejo e estabeleceram-se em Almada.

Captação de imagem

Licenciei-me em Estudos Africanos e estou convicta de que ambos os domínios do saber, estes e a Antropologia, resultam numa combinação que considero, para o propósito deste projeto, perfeita. Receei, contudo, a princípio, a qualidade do resultado da execução do produto fílmico, precisamente pela minha falta de uma formação técnica explícita em audiovisual. Por esta razão, a experiência de produção no domínio revelou-se um desafio. Mas procuro tranquilizar-me quanto a esta limitação, na medida que subscrevo do ponto de vista de Julianne Burton (1990, p. 77), citada por N. Frank Ukadike (2004, p. 159), quando, em termos aparentemente singelos, conquanto potentes, sugere, no âmbito do documentário, importa sobretudo “o que é visto (e ouvido)”, que, segundo ela, “é a essência daquilo que é, e do que é conhecível sobre aquilo que é”⁷³ – o que consiste no processo da construção identitária da diáspora.

“Embora, no passado, a antropologia visual tenha tentado acomodar-se às preocupações da escrita antropológica e aos tópicos por esta abordados” refere David MacDougall (2006, p. 268), “é provável que ela seja cada vez mais modelada pelo estudo de outros aspetos da realidade social, incluindo tópicos que anteriormente passaram muitas vezes inexplorados”⁷⁴. Revejo o tema do meu projeto, na senda do que afirmou o autor, enquanto algo ainda muito pouco explorado, sobretudo em língua portuguesa. Extintos e invisibilizados após os anos cinquenta do século XX, os coletivos formados por africanos ou afrodescendentes em Portugal tiveram um papel fulcral, merecendo invariavelmente uma maior atenção por parte dos estudos antropológicos em Portugal. A primeira das minhas motivações intrínsecas traduz-se na busca de autoconhecimento, aprofundando informação versando sobre os pilares da minha identidade enquanto “neta da diáspora”. Outra motivação correspondeu, precisamente, a abraçar esse desafio que

⁷³ [...] what is seen (and heard) is the essence of what is, and of what is knowable about what is [...] (tradução livre).

⁷⁴ Although visual anthropology in the past has tried to accommodate itself to the concerns of anthropological writing – and the topics this writing has addressed – it is likely that it will increasingly be shaped by studying other aspects of social reality, including topics that have often previously gone unexplored (tradução livre).

MacDougall menciona: o de me arriscar na exploração do “território” ainda pouco mapeado na academia. Rumei à aventura e, na minha bagagem, levei comigo o acesso privilegiado à tentativa de captar e preservar as memórias da minha família, que, de ambos os lados, materno e paterno, descende de embarcadiços com ligações ao CMA. Considero “privilegiado” o meu acesso porque quero acreditar que, se um filme de cariz biográfico se focar em “nós mesmos ou na nossa família”, como escrevem John Stuart Katz e Judith Milstein Katz (1988, p. 180), citados em Jim Lane (1993, p. 21), “o sujeito do filme e o cineasta começam geralmente com um nível de confiança e intimidade nunca atingido ou tentado noutros filmes”⁷⁵. Não posso negar que me fascina grandemente trabalhar e captar imagens de realidades que, de uma forma ou de outra, considero minhas: realidades que sempre ouvi, mas que raramente vejo apresentadas ou documentadas, esperando vivamente conseguir fazer chegar parte que seja deste encanto a ambos, leitor e espectador.

O processo da captação de imagem em Angola diferiu daquele a que estou habituada em Portugal, onde é precisamente esse hábito o que me faz sentir mais à vontade. Quase todas as gravações decorrentes na rua tomaram lugar no interior de um automóvel, por questões de segurança (sabendo que eu iria andar com uma máquina sempre comigo, a minha família incentivou-me a tal). Parte do meu projeto passou pela gravação do mural do Hospital militar, com as frases revolucionárias. Primeiramente, estas filmagens foram realizadas dentro de um carro em marcha lenta, mas o meu fascínio impeliu-me a aventurar-me a gravar a pé. Tudo decorreu dentro da normalidade. No fim da filmagem, fui, no entanto, interpelada por militares. Estes apressaram-se a fiscalizar todas as gravações, a fim de salvaguardarem que não aparecia nenhum deles identificado nas imagens. Dadas as circunstâncias, estive muito perto de me ver obrigada a apagar cenas importantes para o início do filme⁷⁶. A maioria delas corresponde, contudo, àquelas captadas no interior do automóvel em movimento e as pessoas filmadas foram as que passaram por mim. Entretanto, tal “recurso” não deixa de ser pertinente já que a minha ideia passa precisamente por transmitir ao espectador a sensação de “viagem”, tal a

⁷⁵ [...] the “autobiographical documentary consists of evidentiary sound/image constructions” that focus on “oneself or one’s family, and the subject of the film and filmmaker often begins with a level of trust and intimacy never achieved or even attempted in other films (tradução livre).

⁷⁶ Fui informada da necessidade de uma autorização para efetuar gravações em zonas militares. Tratou-se de um simples aviso, mas, nesse dia, concluí que, em Angola, não é, de todo, com leveza que um indivíduo pode ir, assim, para a rua e gravar, a seu bel-prazer.

minha intenção, conotada também com a minha própria jornada pessoal de autodescoberta. Enquanto. Afrodescendente, desembarquei em solo angolano com histórias e memórias de familiares a ressoar no meu subconsciente.

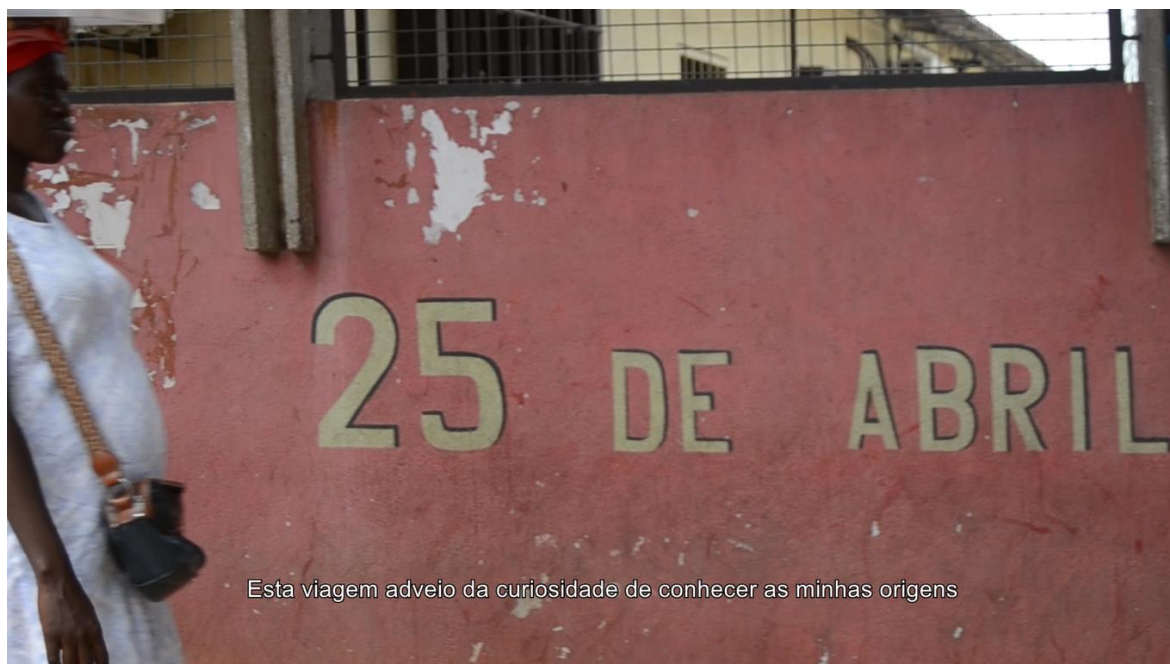


Figura 6 Mural do Hospital Militar

Como pano de fundo, o mural repleto de mensagens de resistência e para a independência veio completar eficazmente, a meu ver, a mensagem que, com o filme, pretendi transmitir. Ao encontro do que preconizam John Collier Jr. e Malcolm Collier (1986, p. 7), a câmara, enquanto espelho dotado de memória, assume-se quase como uma “extensão instrumental de nossos sentidos, que pode gravar numa baixa escala de abstração. Pelo seu caráter ótico, a câmara tem uma visão completa”. Independentemente daquilo que desejemos fotografar ou filmar, ela regista, de modo fiel, um assunto, bem como “todos os outros elementos associados no foco e no escopo da sua lente. Esta capacidade faz da câmara uma ferramenta valiosa para o observador” (*idem*)⁷⁷.

As entrevistas, essas, consistiram em algo novo no meu percurso académico. O processo de apresentar o equipamento ao entrevistado, o nervosismo que é sentido por

⁷⁷ The camera is another instrumental extension of our senses, one that can record on a low scale of abstraction. The camera, by its optical character, has whole vision. No matter how select a unit we might wish to photograph, the camera faithfully records this specialized subject and also all other associated elements within focus and scope of its lens. This capacity makes the camera a valuable tool for the observer (tradução livre).

parte deste, a insegurança tudo isto me deixou sempre apreensiva, porém, não me desencorajou de prosseguir. Muitas vezes, alguns entrevistados julgaram que as suas memórias não tinham grande importância; outras vezes, demonstraram preferir deixar o passado no passado e olhar, antes, em frente (talvez pelas razões que atrás mencionei). Como tal, tive que alternar a forma de perguntar e chegar ao assunto, enquanto dividia a atenção entre a câmara, o gravador e os ruídos da rua. Esta experiência correspondeu, para mim, a um verdadeiro “trabalho de campo” na mais plena aceção da expressão.

Ao fazermos um documentário como este, produção etnográfica de cariz (auto)biográfico, estamos a construir um filme em tempo real. Não comandamos as personagens, são elas, antes, quem nos apresenta o que podemos registar e, nesse cenário da vida real, somos obrigados a fazer escolhas constantes, a tomar opções ali, naquele momento, numa situação que não se vai repetir, uma frase que não se vai voltar a dizer. Esta imprevisibilidade e volatilidade dos acontecimentos acrescentaram a todas estas condicionantes a pressa de começar a gravar, evitando que as pessoas perdessem a paciência ou que eu deixasse escapar o momento (Ribeiro, 2015, p. 33).

A memória coletiva destes grupos já é diminuta, visto que muitos já são idosos e outros já não se encontram entre nós. Como propõe Maurice Halbwachs (1968), citado por Catarina Gomes (2014, p. 89), “a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, partindo do pressuposto de que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo”. Portanto, cada segundo de conversa teve de ser eficazmente gravado e a imagem, bem enquadrada. O processo de entrevistas ao longo do trabalho foi se tornando mais objetivo. Resolvi entrevistar somente dois familiares e a terceira pessoa seria Filipe Zau. Porém, devido a problemas de comunicação que me impediram de chegar a este, entrevistei, no seu lugar, José Narciso Ferreira – referência do quotidiano futebolístico luandense e um dos rostos visíveis do programa radiofónico, emitido pela Rádio Cinco, chamado a “A voz dos Kotas”. Serviu, assim, este contributo de testemunho de factos fora da atmosfera familiar. Foi através de contactos em Luanda que consegui o número de telefone desta personalidade do mundo do futebol, também conhecida por Kota Frikiki, residente e natural do bairro de Sambizanga. Célebre nos programas de rádio em Angola, acompanha o futebol no país desde a época colonial. É considerado um “contador de histórias” e um crítico de nomeada, por isso, resolvi ir ao seu encontro.

Ao longo do trabalho, fiz sempre questão de captar imagens e de obter arquivos visuais, fora da esfera familiar, de forma a demonstrar que a história aqui abordada não se cinge somente à minha família. Correspondeu, antes, à realidade de várias famílias africanas que tiveram membros embarcados em companhias marítimas.

Entrevistas

Realizei, em suma, três entrevistas, não estruturadas (embora tivesse recorrido a um guião que previamente preparei), que gravei em vídeo e apresento no filme: duas em Luanda, outra em Lisboa. Em Lisboa, entrevistei o meu Pai, João Rodrigues; na capital angolana, a minha Tia materna mais velha, Ana Yala, e José Narciso, personalidade luandense célebre.

No sentido de procurar obter, através destas, o máximo de informação, decidi nortear-me segundo os conselhos propostos por Irving Seidman (2013), citado por Clara Pereira Coutinho (2016, p. 333):

Ouvir mais que falar;

Evitar perguntas fechadas;

Não interromper;

Aprender a esperar a resposta;

Perguntar coisas concretas;

Tolerar o silêncio (sinal de que o entrevistado está a pensar);

Não julgar os pontos de vista do entrevistado. O entrevistador está ali para aprender as perspetivas do entrevistado, esteja ou não de acordo com elas;

Não discutir ou debater as respostas obtidas. O seu papel é recolher informação.

Portugal

A entrevista com o meu pai, João Rodrigues, tomou lugar em Lisboa, no estúdio da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Ali pude dispor de um maior apoio técnico relativamente ao som e à imagem. Esta entrevista acabou por revelar-se a protagonista do filme, devido à qualidade da captação que obtive, mas não só.

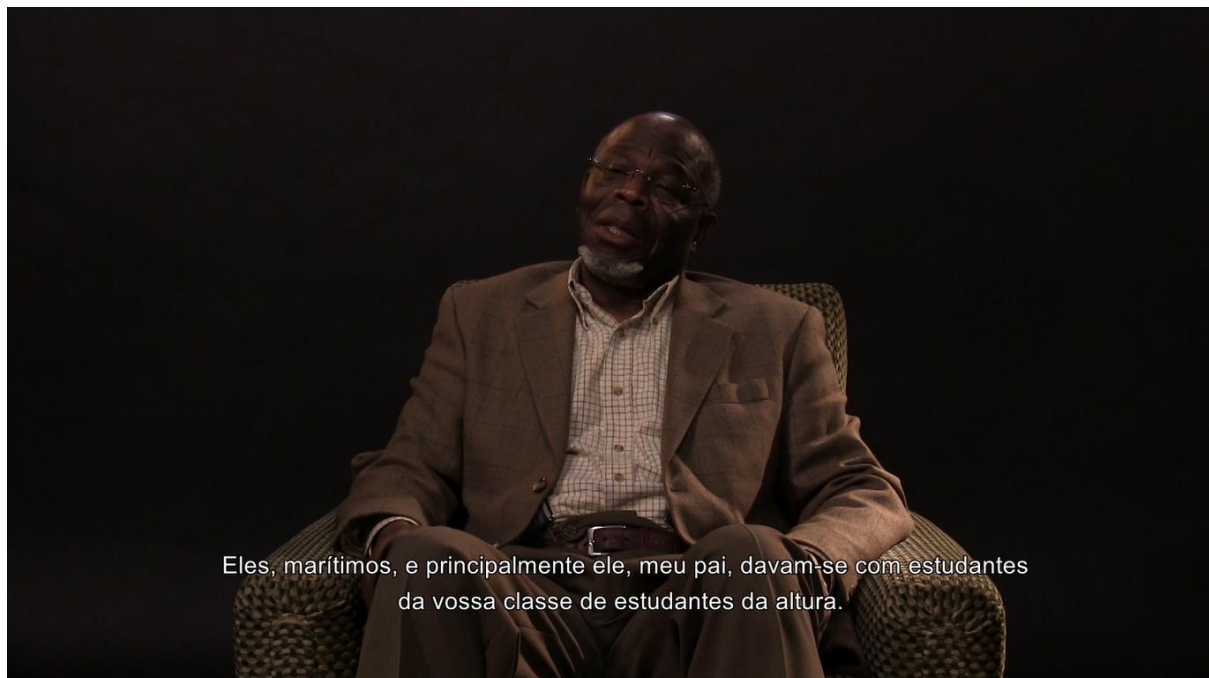


Figura 7 Entrevista ao meu Pai, João António Rodrigues

A forma de expressar do meu pai foi a mais bem captada no filme: a meu ver, as suas expressões e postura cativam, desde logo, o espectador, sendo que o seu discurso fluído, vivo, eloquente, conquanto despojado, terra-a-terra, o aproxima, na ótica do cidadão comum ou leigo, da possível realidade de famílias como a nossa, descendentes da Diáspora Africana. A antropologia visual, explica David MacDougall (2006, p. 269), possibilita ver como, em cada evento, “as palavras se encaixam [...], juntamente com as posturas, gestos, tons de voz, expressões faciais e silêncios que os acompanham”⁷⁸. Para o autor, as diferentes formas de expressão visual e auditiva oferecem ao espectador

⁷⁸ What visual anthropology allows us to do is to see how words fit into these events, along with the postures, gestures, tones of voice, facial expressions, and silences that accompany them (tradução livre).

uma multiplicidade única através de silêncios, gestos, tons de voz, expressões faciais entre outros (*idem*).

No dia da entrevista, eu vim com as perguntas preparadas. Tratava-se de uma entrevista não estruturada, como, de resto, convém a uma investigação qualitativa de tipo interpretativo, em que “a recolha e análise de dados é uma atividade sempre diversificada” (Coutinho, 2016, p. 326), propiciando ao entrevistado margem para desenvolver os seus raciocínios, por vezes, para lá daquilo que é perguntado. Por ser uma pessoa com um certo dom para a oratória, a entrevista tornou-se em parte num diálogo: uma espécie de pequena representação das conversas de domingo em casa, para um filme. Ao longo da entrevista, foram feitas algumas afirmações que demonstram a proximidade familiar, entre entrevistadora e entrevistado.

Angola

A entrevista a José Narciso Arsénio Ferreira tomou lugar em Luanda, na sua oficina, no bairro do Sambizanga. Novamente, dirigi-me ao local com as perguntas preparadas, mas, mais uma vez, o entrevistado tinha o dom da palavra e enveredou por uma resenha dos marítimos, independentemente das minhas perguntas. Ele próprio é neto, como eu, de um marítimo, parte dos embarcadinhos mais velhos relativamente à faixa etária dos trabalhadores da época dos meus avôs, nos anos cinquenta e sessenta do século XX. Ao nível técnico, esta entrevista não correu pelo melhor, visto que a imagem ficou desfocada.

A última entrevista, também em Luanda, foi à minha tia mais velha da parte materna, Ana Yala. Esta aconteceu à tarde, no Bairro Operário, no mesmo quintal onde simultaneamente fui também observando o álbum de família. A entrevistada revelou-se inicialmente pouco à vontade diante da câmara de vídeo, aprofundando, por isso, muito pouco as respostas. Esta foi mais uma das dificuldades que enfrentei. Contudo, configurando este tipo de investigação uma “atividade diversificada”, como supramencionado, considera-se normal que se coloquem, com alguma frequência, “problemas inesperados, o que requer criatividade e flexibilidade” (Coutinho, 2016, p. 326). Se o propósito da investigação passa por obter uma mais profunda compreensão dos fenómenos, “na sua totalidade e no contexto em que ocorrem”, não é de admirar que, por conseguinte, muitas vezes, apenas se trave conhecimento do “foco do

problema” não antes, mas em pleno trabalho de campo. “À medida que se fazem observações e entrevistas – alerta Clara Pereira Coutinho (2016, p. 329), “vão sendo identificados os temas relevantes e padrões que se tornam a partir de então o foco da atividade do investigador e o alvo de observações mais intensas e sistematizadas”. Assim, não deixando completamente de lado a hipótese de a sua personalidade poder apresentar uma certa propensão para a timidez e a reserva, enquanto uma interpretação plausível para o silêncio e a perplexidade da minha tia, novamente invoco os motivos atrás referidos também na tentativa de perceber o porquê de outros familiares e conhecidos predispostos a participar neste estudo; argumentos, estes, de que a identidade coletiva é produzida através não só da ação de recordar, como da de esquecer (Bissell, 2005, p. 216) e de que tal se consubstancia numa estratégia recorrente para se aceitar o passado, mas também de afirmação no presente e de construção do futuro. Como é muito comum ouvir-se e ler-se, talvez sejamos mesmo o que nos lembramos. Talvez seja a memória que temos de nós mesmos o que nos define... ou porventura não. Em todo o caso, parece-me efetivamente mais nítido que, como sintetiza, e bem, Oren Baruch Stier (2003, p. 2), citado por Silke Arnold-de Simine (2013, p. 2), “história é o que precisamos, memória é o que desejamos”⁷⁹.

Atrás da câmara

Refere David MacDougall (2006, p. 3), que as “imagens corporais não são apenas imagens de outros corpos; são também imagens do corpo atrás da câmara e das suas relações com o mundo”⁸⁰. Assim, creio que as imagens captadas durante as entrevistas deixam transparecer a minha inibição, ou a falta dela, durante o processo.

Na segunda entrevista, com o senhor José Narciso, eu não me encontrava nada descontraída. Estava, antes, receosa, pela minha falta de experiência. À parte isso, cabe realçar que “o mecanismo da câmara”, *espelho com memória*, possibilita, de acordo com John Collier Jr. e Malcolm Collier (1986, p. 9) “ver sem fadiga”, sendo que a última filmagem resulta tão detalhada quanto a primeira. “A memória do filme substitui o

⁷⁹ [...] history is what we need, memory is what we desire (tradução livre).

⁸⁰ Corporeal images are not just the images of other bodies; they are also images of the body behind the camera and its relations with the world (tradução livre).

caderno e garante uma citação completa nas circunstâncias mais difíceis”⁸¹ (*idem*). Não usei tripé nem qualquer tipo de suporte para a câmara, talvez por isso, esta segunda entrevista tenha ficado mal gravada, evidenciando a qualidade imagem precisamente a instabilidade do meu corpo. No entanto, fica o registro e, com ele, a preciosa informação a preservar.

Relativamente à última entrevista, apesar de a entrevistada se apresentar um pouco constrangida, existe uma proximidade familiar que se manifesta evidente na fluidez das imagens, transparecendo a minha desenvoltura em gravar, simultaneamente, as minhas mãos a folhear as páginas do álbum de família e as mãos da minha tia a explicar a quem pertencia cada retrato.

Desde o seu aparecimento no século XIX até ao presente, o álbum fotográfico tem-se transformado assumindo diversas características. Na sua forma tradicional, este assume o formato de livro. Um objeto que se pode tocar e ao virar as suas páginas “colocarmos as fotografias em movimento através do espaço e numa narrativa sequencial metafórica” (Batchen, 2004: 49).⁸² (Malaca, 2015, pp. 13–14)

O conceito da performance do corpo torna-se, portanto, fulcral nesta jornada da captação de imagens para um documentário, dado que também eu sou parte integrante dele, por isso, ao longo do projeto, questionei-me acerca da importância de revelar a minha presença no filme. Como interlocutora diretamente ligada ao percurso histórico do tema, optei também por deixar nas cenas, tanto com a minha tia como com o meu pai, a minha voz. Tornando o enredo mais enriquecedor visualmente, as legendas ao longo do filme apresentam mais claramente as personagens familiares, explicando melhor o meu processo em busca de uma história pessoal, embora não esteja visualmente exposta nas imagens, a minha presença é manifestada através da voz *off*.

⁸¹ The camera’s machinery allows us to see without fatigue; the last exposure is just as detailed as the first. The memory of film replaces the notebook and ensures complete quotation under the most trying circumstance (tradução livre).

⁸² Batchen, G. (2004). *Forget Me Not: Photography & Remembrance*. Princeton Architectural Press.

Imagens de Arquivo



Figura 8 Arquivo da Cinemateca Portuguesa

O presente trabalho de projeto detém um teor temporal e, como tal, através das fotografias e pequenas cenas de cinema de arquivo, apliquei imagens oficiais para localizar todo o enredo no tempo e no espaço. Os arquivos fílmicos da Cinemateca digital foram um suporte, visto que muitos destes ficheiros são documentários ou reportagens que descrevem as viagens marítimas transatlânticas, como, por exemplo, *De Lisboa a Luanda* (1932), de António Antunes da Mata.



Figura 9 Avô António Rodrigues e o seu Irmão Abílio Rodrigues

Nas imagens de arquivo, surgem o meu tio e o meu avô e, seguidamente, a imagem da alfaiataria no Paquete “Vera Cruz”. São ambas imagens enviadas por email de França. O meu tio reside em Nice e tem fotografias do pai dele nos navios. A imagem marcante é, sem dúvida, a imagem dos trabalhadores marítimos na zona de alfaiataria, o que remete para todo o percurso dos meus avôs, especificamente.



Figura 10 Alfaiataria do Pacote Vera Cruz

Seguindo a linha de pensamento de Kobena Mercer (2016), os antepassados da diáspora são sempre “desconhecidos”, porque a sua linha histórica começa a partir da catástrofe primária de separação involuntária e por um consequente apego permanente ao enigma das “origens”. Na diáspora, a falta de informação relativa aos antepassados incentiva a uma pesquisa incessante de imagens de arquivo que, com o passar do tempo, deixam de constituir enigmas. Perfazem, antes, imagens familiares peçadas de melancolia de tempos não vividos e de histórias também europeias, mas à margem do considerado “ocidental”, quesito porventura fundamental para integrar a historiografia portuguesa.

Capítulo 4

Continuidade do tema

Neste capítulo, irei aprofundar a ligação direta dos meus avôs com o CMA. Gostaria de escrever sobre ambos, tanto o do lado paterno quanto do materno, visto que os dois estiveram no seio do Clube Marítimo Africano, mas de formas diferentes. A biografia do meu avô materno, Pedro Yala, não consta, infelizmente, do livro de Filipe Zau (2005), talvez porque, na sua vida, não foi tão ativista a nível político. Com sete filhos a encargo, sempre procurou evitar problemas. Apesar do pouco que reconheço saber sobre ele, posso afirmar que foi uma pessoa de mente aberta, cuja forma de pensar era passível de ser considerada diferente para a época. Fez questão de enviar a sua família para Portugal e assim foi alargando a descendência em Almada com a sua mulher, a minha avó Isabel Yala. O seu ativismo tomou lugar entreportas, em ambiente familiar: nas vindas a Portugal, trazia livros e discos para os filhos, materiais que veiculavam novas ideias. Na minha ida a Luanda, gozei do ensejo favorável a encontrar alguns desses documentos e álbuns de família do meu avô Yala.

O meu avô paterno, António Rodrigues da Costa, nasceu a 20 de setembro de 1918, em Quinzau, no distrito de Santo António do Zaire. Em jovem, o pai enviou-o para Luanda para aprender um ofício e, como tal, começou a trabalhar como alfaiate, numa empresa. Segundo o depoimento que prestou a Filipe Zau, o meu avô tinha documentos em falta como indígena. Deveria pagar o imposto indígena, mas com a ajuda de alguém conseguiu passar por assimilado, apresentando um cartão que permitia andar com alguma liberdade na rua. Graças aos seus contactos, conseguiu trabalhar como alfaiate por conta própria por algum tempo, todavia, não durou muito. Iniciou aulas de alfabetização, porém, a sua família aumentou e teve de priorizar as suas responsabilidades o que haveria de piorar a sua condição social, uma vez que acabava desde modo, por interromper o processo de aprendizagem. Ao ver amigos a embarcarem em navios da companhia da Marinha Mercante Portuguesa, aos 25 anos, resolveu igualmente enveredar pela vida marítima. Começou por trabalhar como empregado de mesa no antigo navio “Angola”, no entanto, não foi capaz de suportar a dureza do serviço

a bordo. Novamente em terra, voltou a dedicar-se, junto com um amigo, à alfaiataria, sem sucesso, visto as compensações do seu trabalho não suprirem as despesas familiares. Nas palavras do meu avô, em Zau (2005, p. 157):

[...] o comandante do navio ameaçou-me que, quando o navio regressasse a Luanda, eu teria que pagar o imposto indígena. Eu respondi-lhe que, se tivesse que o pagar, então o faria. Mas, quando chegámos a Luanda, mandaram-me simplesmente embora. Voltei para as minhas obras de alfaiate. Com o meu grande amigo Francisco Camutuco, também alfaiate, começámos a fazer calças, para serem vendidas no interior: Catete, Malange e outros lugares, a partir de sacos de milho, que eram lavados e preparados para o efeito. Mesmo assim, o dinheiro não dava para sustentar a família e decidi abandonar o negócio.

Durante os anos quarenta, conseguiu um trabalho em serviços domésticos na casa do gerente de uma antiga Tipografia Portuguesa. Mais tarde, voltou para o Norte (Quinzau), onde o seu tio missionário e catequista decidiu dar-lhe aulas de leitura, baseadas na educação religiosa. Durante esta época, o meu avô conheceu a minha avó e tiveram o meu pai, João Rodrigues (1940). O casal não foi, contudo, aceite pela família dela, acabando por desfazer-se a relação.

Regressou a Luanda como alfaiate e começou a frequentar aulas dominicais numa Igreja Batista. Todavia, não aprendeu muito para a sua vida profissional e social, para além de hinos e rotinas religiosas, assumiu no testemunho no livro de Filipe Zau (2005). Apesar do descontentamento perante a parca aprendizagem, foi no seio desta comunidade religiosa que conheceu Agostinho Neto. O meu avô reconhece, no depoimento, que sempre ficou com um gosto amargo por não ter consigo o filho que deixou em Quinzau, por isso, optou por ir buscá-lo: “[...] trouxe o João ainda com sete anos. Mas face às dificuldades financeiras, voltei a embarcar, em 1949, no «Angola» (novo) como empregado de lavandaria [...]” (Zau, 2005, p. 157).

Neste embarque, seguiu rumo a Lisboa, local onde se deu o reencontro com vários estudantes. Deste contacto, resultou a sua inserção ativa no processo de lutas clandestinas contra o regime colonial. Como tal, transportou documentos, incluindo a

mesada de Agostinho Neto, para Lisboa. Um dos transportes mais importantes efetuados pelo meu avô foram os acessórios de uma policopiadora com destino a São Tomé. Trabalhou em variados navios: o “Nova Lisboa”, o “Niassa”, o “Moçambique”, o “Índia”, o “Vera Cruz” e o “Santa Maria”.

Em 1958, fazia parte da tripulação do “Angola” (novo), quando foi abordado pela PIDE:

[...] como eu tinha amigos chegados, que eram estudantes africanos, um dia a PIDE interpelou-me e disse-me que eu deveria saber muita coisa, porque andava sempre com os doutores. Então fui preso, em Lisboa. Na sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, cortaram-me com uma lâmina, para me obrigarem a falar: Chapadas e pontapés só apanhei uma vez, no Aljube, aquilo a que eles chamavam o “Hotel Lisboa”. Um dia, eu estava a dormir e acordaram-me, por volta da meia-noite. Estava cheio de sono e mandaram-me ficar de pé. Ao fim de três ou quatro dias eu ainda não tinha dormido. Mas, não me apanharam nada. Houve lá um, que me perguntou: «Conheces a bacia?». Eu respondi-lhe que sim. «Senta-te aqui. Sei que não tens vontade [de defecar], mas vai fazer aqui. Podes ou não?». Eu disse-lhe que nunca tinha feito aquilo. Imediatamente ele me perguntou: «Não podes? Faz!». Como eu não fiz, mandou chamar um outro PIDE, que me colocou um saco de areia à cabeça, com uns trinta a quarenta quilos. Voltou a perguntar-me: «Agora, vamos ver se vais ou não fazer?». Deu-me depois pontapés na barriga e tive mesmo que fazer: já satisfeito, voltou a dizer-me: «Fizeste, ou não fizeste? Vai tirar as calças e vai-te lavar, porque depois vais dormir e comer». Comecei a dormir sentado, mas, ao fim de alguns dez minutos, caí como uma lebre naquele colchão de arame, que eles usavam para os presos se deitarem. [...] Só depois fui enviado para Caxias e, lá em baixo, ao passar um túnel, encontrei o Manuel Soares Gomes. Cumprimentámo-nos e um indivíduo da PIDE que nos viu disse: «Ah, vocês já se conhecem? Aqui, agora, é a vossa casa! Afinal conheces o Diabo Negro [a alcunha do Manuel Soares Gomes] e tu és o Trinca-Espinhas [a minha alcunha]». Para ele saber as nossas alcunhas, só poderia ser através de algum indivíduo que também frequentava os nossos meios e que estava comprometido com a PIDE [...]. (Zau, 2005, p. 158)

No já mencionado livro de Filipe Zau (2005), consegui obter mais informações sobre o episódio da policopiadora, apesar de já estar familiarizada com o tema em conversas de família à mesa:

[...] eu morava em Lisboa e a minha falecida mulher, a Ester, disse-me, que tinha recebido uma encomenda e uma pasta para levar para Luanda e que, no dia seguinte, às oito horas da manhã, essa pessoa iria trazer o resto. Ela não conhecia a pessoa que tinha deixado a encomenda, apesar de a mesma ter citado o meu nome. Fiquei sem saber quem era essa pessoa e a minha esposa avisou-me logo para ter cuidado com aquelas coisas. Fui ver o que tinha a pasta e vi lá jornais do «Avante» e panfletos. Disse-lhe então que eram jornais da Ilha de Luanda, mas ela sabia o que era o «Avante» e disse-me: «Olha que o “Avante” há de ir atrás de ti. Vê lá os teus filhos...». Quem tinha deixado os panfletos tinha sido um indivíduo do Barreiro, ligado ao Partido Comunista Português, que antes tinha falado comigo. Sobre a máquina, eu também já tinha falado com um amigo do Lúcio Lara, que agora não me recordo do nome. À noite, apareceu, então, o Eng. Humberto Machado, que me disse: «Olha. Temos aí uma encomenda grátis para você». Perguntei-lhe, então, o que continha a encomenda e ele respondeu-me: «Cara de chimpanzé». Voltei depois a questionar-lhe o que é que ele [chimpanzé] queria. E o Humberto disse-me: «Quer figuras». Entendi logo que era a máquina. Naquela mesma noite fui a bordo, entrei na lavandaria e meti a máquina num saco de roupa suja. Ora, toda a roupa é contada. Aquela que iria ser guardada, ficava à parte. A que teria de ser lavada ficava ali mesmo, na lavandaria. Então, meti o saco de roupa suja com a policopiadora virada para cima na máquina de lavar roupa. Eu sabia a que horas é que se punham as máquinas de lavar roupa a trabalhar e, então, tirava cá para fora o saco de roupa onde estava a policopiadora. E assim seguiu viagem até S. Tomé, no navio (Angola). Quando cheguei a S. Tomé, chegou um indivíduo com bananas verdes num saco de serapilheira e com uma senha igual à minha. Disse-me que queria falar comigo, mostrou-me um papel rasgado ao meio, que coincidia com a metade que eu já trazia de Lisboa e levou a máquina para terra, como se fossem bananas, que ele não tinha conseguido vender a bordo. Disse-me para depois eu falar com a Alda do Espírito

Santo. Naquela altura, não consegui falar com ela, só depois, quando o navio regressou de Luanda [...]. (Zau, 2005, p. 158)

Infelizmente, após o sucedido, o meu avô deparou-se com várias vicissitudes, especialmente por não conseguir arranjar trabalho. Através do contacto com outro marítimo, conseguiu obter uma vaga na tripulação da companhia Pinto Basto, que navegava com a bandeira da Libéria e, naturalmente, era explorado pelos norte-americanos. Portanto, eram poucos os que falavam português a bordo. Num dos múltiplos destinos, o navio aportou em Monrovia e o meu avô foi questionado a bordo por agentes da PIDE.

[...] disse-lhes que era marítimo português, tinha passaporte e cédula marítima portuguesa e que, de facto, já tinha sido preso, apenas por ter havido uma desconfiança. Perguntaram me se eu pertencia ao Movimento Angolano e eu respondi-lhes que não. Foi então que eles me disseram que estavam à procura de pessoas ligadas ao General Humberto Delgado. Esperaram ainda pelo comandante do navio, para que eu pudesse, mais tarde, fazer a minha matrícula em terra. Quando o comandante do navio me mandou chamar, admirou-se de eu falar bem português e perguntou me se eu era português ou americano. Eu respondi-lhe que falava português, mas que era angolano e estava a trabalhar naquele navio para ganhar a vida. Foi quando o comandante se pasmou e disse: «Ah, se você é angolano, então você fugiu!» Eu respondi-lhe que não. Apesar disso, mandou um telegrama para a companhia, em Lisboa, que, mais tarde, confirmou que eu era português e que tinha sido contratado por eles para trabalhar na secção de máquinas. Depois disto, deixei de ter problemas e continuei a bordo, rumo à América [...]. (Zau, 2005, p. 158)

Num dos múltiplos destinos, aportou em Roterdão e resolveu tentar a oportunidade de obter uma cédula marítima holandesa. Conseguiu a cédula e seguiu embarcado no navio “Split”, pertencente à Marinha Mercante Holandesa. Trabalhou com esta companhia até à sua reforma, após o 25 de abril de 1974. Depois da independência, alguns marítimos foram notificados para serem recebidos em Angola por Agostinho Neto e fazerem parte

da sociedade após a luta para a independência. Facilitando trabalho, o meu avô aceitou a proposta, mas uma vez chegado a Luanda, encontrou muitas dificuldades.



Figura 11 Cédula Marítima Holandesa do Avô António

Capítulo 5

Conclusão

Pretendeu-se com este trabalho apresentar a importância do arquivo familiar como fonte da resistência política e social, em Portugal e Angola. Os documentos, cédulas marítimas, fotografias e postais, foram elementos cruciais no desenvolver deste projeto auto(biográfico). O meu envolvimento com o arquivo não é apenas inspirado pelo desejo de investigar as histórias ocultas ou hibernadas, mas igualmente para exorcizar, metaforicamente falando – os demónios dos arquivos para “consertar” o passado e enriquecer o futuro (Sierge, 2016, p 105).

Para concluir e ajudar a concretizar, na mente do leitor algumas etapas da pesquisa, irei contextualizar, com brevidade, o percurso de vida do sujeito familiar mais próximo no presente. O elemento chave, do despertar da presente dissertação, o meu pai - João António Rodrigues, nascido a 11 de novembro de 1942, mas registado como nascido em 1940 no dia 8 de janeiro. Nasceu no Soyo, província do Zaire, onde viveu com a sua mãe até aos 7 anos. Mais tarde foi viver para Luanda, onde o pai residia e possuía uma pequena alfaiataria por conta própria. Esta, entretanto, fechou, consequência de variadas limitações impostas pela administração colonial e tentativas de boicotes por parte da mesma. Sem alternativas para sustentar os filhos, António Rodrigues da Costa juntou-se à marinha mercante portuguesa, enveredando então pela vida marítima, como foi mencionado anteriormente.

O meu pai viveu cerca de sete anos em Luanda, onde para além do Kikongo e Kimbundu, aprendeu um terceiro idioma, o português. Devido ao deteriorar das condições de vida dos nativos e à falta de acesso à educação para as crianças angolanas, o meu avô decidiu mudar-se para Portugal onde já residia o seu irmão mais novo, Abílio da Costa (Pai do tio que reside em França, que me facilitou as fotografias da alfaiataria no navio

Vera Cruz). A partir desta decisão, o meu pai emigrou para Portugal com o avô António no paquete “Angola”.

Devido aos encarceramentos do meu avô, o meu pai ainda dependente financeiro do progenitor, passou por arduidades e dificuldades. Quando atingiu os 21 anos (seguindo a data oficial 1940), juntou-se obrigatoriamente ao serviço militar português, na fase mais inicial da guerra colonial, vivendo o receio de ser mobilizado para campos de combate nas colónias, a qualquer momento. Efetuou o serviço de recruta nas Caldas da Rainha e, meses depois, foi transferido para Coimbra, para especializar-se no curso de escriturário e foi, mais tarde, selecionado para o Estado-Maior da Força Aérea. Nesse percurso, teve problemas com a PIDE devido ao envolvimento político clandestino do seu progenitor. Consequentemente, com a possibilidade de ser destacado para a guerra colonial em qualquer território e as investidas da PIDE, o meu pai como africano, não achou por bem dar continuidade à vida militar.

Em síntese, a minha noção sobre o tema, desenvolveu-se em conversas à mesa, na minha adolescência, fase em que paulatinamente, desenvolvi maior atenção às resenhas a ver com a detenção política do meu avô, o seu irmão Abílio entre outros marítimos.

Em virtude, dos factos apresentados e como referi anteriormente, perante a parca informação, sobre os temas em consideração, achei imprescindível como “neta” da diáspora, destacar o Clube Marítimo Africano e o papel fulcral destes colectivos formados por africanos e afrodescentes como tema da presente dissertação.

E como tal, dei uso ao meu fascínio, para pegar na câmara e no papel, imbuída de fascinantes testemunhos, produzi o primeiro filme, sobre arquivo familiar “Memórias Líquidas”. Terminada a edição do material gravado, conclui que estes depoimentos e arquivos, deveriam ser apresentados com melhor clareza e profundidade, chegando assim à conclusão que teria de rumar a Angola, mais especificamente, a Luanda para produzir “**Memórias Líquidas 2.0**”.

Com efeito, antes de efetivar a viagem, fiz questão de entrevistar o meu pai novamente. Sendo que, os acontecimentos da guerra colonial, distanciaram as suas ligações diretas com o norte de Angola - devido a falecimentos de familiares próximos, à ausência de

estradas e transporte na altura, na sua última viagem a Angola em 2000, limitou-se apenas a Luanda onde estava a sua mãe refugiada do Norte, entre outros familiares.

Em suma, entre conversas sempre discutimos a possibilidade de eu viajar ao norte de Angola, região Bakongo. De forma a documentar o seu local de origem e de alguns ex marítimos, porém, uma viagem ao norte seria dispendiosa e teria de ir acompanhada, por não conhecer o território. Todavia, acredito que no futuro com o saber que carrego atualmente, estarei apta a viajar ao norte, de forma a conhecer o foco de origem resultante da proximidade identitária dos sujeitos e grupos de ex marítimos, apresentados ao longo da dissertação - de maneira a dar continuidade, ao exercício de desocultação que aqui pretendi revelar, um esforço de contra narrativa.

Para uma futura investigação, adicionarei igualmente uma ida à Holanda, particularmente, aos portos marítimos de Roterdão de modo a analisar as últimas passadas do meu avô como marítimo e de outros embarcados da época - revelando assim, uma diferente continuidade destes africanos, noutros países da Europa, apresentando outros contextos diaspóricos.

Por conseguinte, ao longo do processo verifiquei a relevância do pacote “Angola”, como a unidade principal de análise, a embarcação chave da memória coletiva. Seguindo a linha de pensamento de Paul Gilroy em *Atlântico Negro* (2001). Os navios caracterizam a vida dos sujeitos, desde a contaminação, mistura, movimento entre o local e o global, como órgãos principais, para a rede de comunicação entre diásporas. Em síntese, seguindo a linha de narração, tanto da parte paterna quanto materna, todos imigraram muito jovens para Portugal com os respetivos progenitores no pacote “Angola”. Radicados em Portugal, resistiram e construíram as suas famílias, o que redundou numa geração angolana na diáspora. Culminando, numa vasta geração diasporica e híbrida, que pretende reconfigurar as noções de conhecimento historiográfico em Portugal. Como tal, o progresso heurístico de autodescoberta, que partilhei ao longo do projeto, integrou a molécula da história “não oficial” enriquecendo -a, como ambicionado na fase inicial do projeto.

O Mestrado em Antropologia e Culturas Visuais emanou em mim, uma vontade de usufruir das artes visuais, quanto instrumento de reativação do passado. As ferramentas visuais, tais como – imagem em movimento, a fotografia e o arquivo, ofereceram um lugar de fala essencial, no processo de urgente materialização das memórias diante do desaparecimento de arquivos e memórias coletivas pouco conhecidas.

Concluindo, pretendo, dar continuidade à análise do registo familiar, seguindo o cariz (auto)biográfico. Com o projeto que aqui expus, procurei revelar o processo a partir de dentro, na primeira pessoa, de forma a invocar a memória de familiares. Como mencionei nos primórdios deste projeto – estou, desde já, ciente que este projeto detém mais questões de partida, mas não obrigatoriamente questões “de chegada”, considerando que esta dissertação de mestrado não esteja terminada, mesmo depois de acabada.

Esta dissertação foi apenas o ponto de partida.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. V. (2008). Portugal's Colonial Complex: From Colonial Lusotropicalism to Postcolonial Lusophony. *Queen's Postcolonial Research Forum*, 1–10.
<http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/05/portugals-colonial-complex.pdf>
- Amorim, F. (2010). Pan-africanismo intelectual: a utopia possível(?). *Janus: Anuário de Relações Exteriores. Meio Século de Independências Africanas*, 106–107.
<http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1031>
- Anderson, B. (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (2nd ed.). Verso / New Left Books.
- Andrade, M. P. de. (1973). *A Geração de Cabral: Palestra de Mário de Andrade sobre Amílcar Cabral e a luta de libertação feita na Escola Piloto, em 8 de Fevereiro de 1973. Extracto da apresentação da palestra difundida pela Rádio Libertação*. Instituto Amizade, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (disponível em linha em Arquivo Mário Pinto de Andrade/ Fundação Mário Soares).
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.008>
- Andringa, D. (2009). *Dundo, Memória Colonial (longa-metragem)*. LX Filmes.
- Arenas, F. (2012). Cinematic and Literary Representations of Africans and Afro-descendants in Contemporary Portugal: Conviviality and conflict on the margins. *Cadernos de Estudos Africanos*, 24, 165–186.
<https://journals.openedition.org/cea/676>
- Baptista, N., Guerra, J. M., & Reis, F. (2010). *Li ké terra (longa-metragem)*. Vende-se Filmes. https://www.imdb.com/title/tt1745933/?ref_=ttloc_loc_tt
- Batchen, G. (2004). *Forget Me Not: Photography & Remembrance*. Princeton Architectural Press.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Polity Press.
- Best, J. W., & Kahn, J. V. (1998). *Research in education* (8th ed.). Allyn & Bacon.

- Birmingham, D. (1991). O Carnaval em Luanda. *Análise Social*, 26(111), 417–429.
<https://doi.org/10.2307/41010860>
- Bissell, W. C. (2005). Engaging Colonial Nostalgia. *Cultural Anthropology*, 20(2), 215–248. <https://doi.org/10.1525/can.2005.20.2.215>
- Booth, W. J. (2006). *Communities of Memory: On Witness, Identity, and Justice*. Cornell University Press.
- Borges, S. V. (2008). *Amílcar Cabral: estratégias políticas e culturais para independência da Guiné e Cabo Verde (tese de mestrado)* [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/411>
- Boruszkowski, L. (2006). Reviewed Work: The Autobiographical Documentary in America by Jim Lane. *Journal of Film and Video*, 58(1/2), 109–111.
www.jstor.org/stable/20688521
- Brázia, P. J. M. (2010). *A marinha mercante entre 1945-1985: As grandes armadoras (tese de mestrado)* [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].
<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2264>
- Buckley-Zistel, S. (2006). Remembering to Forget: Chosen Amnesia as a Strategy for Local Coexistence in Post-Genocide Rwanda. *Africa*, 76(2), 131–150.
<https://doi.org/10.3366/afr.2006.76.2.131>
- Burton, J. (1990). *The Social Documentary in Latin America*. University of Pittsburgh Press.
- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010). Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths. *International Journal of Conflict and Violence (IJCIV)*, 4(1), 28–44. <https://doi.org/10.4119/IJCIV-2813>
- Cabral, A. (1978). *Unidade e luta I. A arma da teoria*. Seara Nova.
- Cabral, A. (1979). *Análise de alguns tipos de resistência*. Imprensa Nacional.
- Cabral, A. (1999). *Nacionalismo e Cultura*. Laiovento.
- Cabral, A. (1966). Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a

- estrutura social (excerto). In Departamento de Secretariado Informação Cultura e Formação de Quadros do PAIGC na Coleção Discursos e Intervenções (Ed.), *I Conferência dos Povos de África, da Ásia e da América Latina (3 a 4 de janeiro)*. Arquivo Mário Pinto de Andrade.
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.006>
- Camacho, B. (1946). A preguiça indígena. In *Antologia Colonial Portuguesa. Vol. 1 - Política e Administração* (pp. 189–194). Agencia Geral das Colónias.
- Castro, P. M. (2014). Shameful things in the city: Writing and re-righting colonial urban space in José Luandino Vieira's "Luuanda." *Journal of Romance Studies*, 14(3), 37–53. <https://doi.org/10.3828/jrs.14.3.37>
- Chaves, R. (1999). *A formação do romance angolano*. Via Antlântica.
- Chen, H.-H. (1996). A Formação de um Intelectual Diaspórico. Uma Entrevista com Stuart Hall. In D. Morley & K.-H. Chen (Eds.), *Stuart Hall: Dialogues in Cultural Studies*. Routledge.
- Collier Jr., J., & Collier, M. (1986). *Visual Anthropology: Photography as a Research Method*. New Mexico University Press.
- Costa, C. A. (1998). *O filme etnográfico em Portugal: condicionantes à realização de três filmes etnográficos* (Biblioteca On-Line de Ciências Da Comunicação).
www.bocc.ubi.pt
- Coutinho, C. P. (2016). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.^a ed.). Almedina.
- Crane, S. A. (1997). Writing the Individual Back into Collective Memory. *The American Historical Review*, 102(5), 1372–1385. <https://doi.org/10.1086/ahr/102.5.1372>
- Creswell, J. W. (1998). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. SAGE Publications.
- Currie, G. (1999). Visible Traces: Documentary and the Contents of Photographs. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 57(3), 285–297.
<https://doi.org/10.2307/432195>
- Decraene, P. (1959). *Le Panafricanisme*. Presses universitaires de France.

- Decraene, P. (1960). West African Unity. *South Africa*, 4(2), 92–99.
<https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/DC/asjan60.16/asjan60.16.pdf>
- Domingues, P. J. (2005). Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 10(1), 25–40.
<https://doi.org/10.5433/2176-6665.2005v10n1p25>
- Du Bois, W. E. B. (1919). Editorial. *Crisis*, 17(4), 163–166.
- Du Bois, W. E. B. (2006). *The Souls of Black Folk*.
https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30500604/dubois_soulsblackfolk.25365853.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1558507825&Signature=Fe8PgWhFBC6ctpBlngLZVMgifW4%3D&response-content-disposition=inline%3Bfilename%3DThe_souls_of_bl
- el Nabolsy, Z. (2019). Amílcar Cabral's modernist philosophy of culture and cultural liberation. *Journal of African Cultural Studies*, 1–20.
<https://doi.org/10.1080/13696815.2019.1624155>
- Fanon, F. (1963). *The wretched of the earth*. Grove Press.
[http://anticapitalismfaq.com/gsreadings/2015_06_09/Fanon_-_Wretched_of_the_Earth_\(smaller\).pdf](http://anticapitalismfaq.com/gsreadings/2015_06_09/Fanon_-_Wretched_of_the_Earth_(smaller).pdf)
- Fanon, F. (2015). *Os Condenados da Terra*. Letra Livre.
- Fernandes, M. (2002). Os Textos e os Contextos — As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa entre a Ficção e a Realidade. In A. C. Gonçalves (Ed.), *Atas do IV Colóquio Internacional "Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsariana", 4 e 5 de maio de 2001* (pp. 39–44). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6942.pdf>
- Ferreira, E. de S. (1977). *O Fim de uma Era: O Colonialismo Português em África*. Sá da Costa.
- Field, S. (2012). *Oral history, community, and displacement: Imagining memories in post-apartheid South Africa*. Springer.
- Fontes, J. P. (2009). *Literatura e ação política: análise de dois romances de Boaventura Cardoso (dissertação de mestrado)* [Pontifícia Universidade Católica do Rio de

- Janeiro]. http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0710510_09_pretextual.pdf
- Franklin, A. (1953). La Négritude: réalité ou mystification? *Présence Africaine*, 14, 287–303. <https://doi.org/10.2307/24346450>
- Giddens, A. (1989). Ethnicity and race. In *Sociology* (pp. 242–273). Polity Press.
- Gilroy, P. (1997). Diaspora and the detours of identity. In K. Woodward (Ed.), *Identity and Difference* (pp. 229–246). SAGE Publications.
- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Editora 34.
- Gomes, C. A. (2014). *Os Espelhos Quebrados de Narciso. Diálogos pós-coloniais sobre memória e história de Angola (Relatório do III triênio de Pós-Doutoramento em Sociologia)* [Universidade de Coimbra]. <https://reseau-terra.eu/article1322.html>
- Gonçalves, J. J. (1986). Negritude. In *Polis: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* (vol. 4) (pp. 626–632). Verbo.
- Gordon, E. T., & Anderson, M. (1999). The African Diaspora: Toward an Ethnography of Diasporic Identification. In *The Journal of American Folklore* (Vol. 112, Issue 445).
- Gordon, J. U. (2000). *Black Leadership for Social Change*. Greenwood Press.
- Gordon, L. R. (2018). Black Aesthetics, Black Value. *Public Culture*, 30(1), 19–34. <https://doi.org/10.1215/08992363-4189143>
- Guasch Borrat, J. M. (1994). El periodismo en Africa y el mundo árabe. In A. Pizarroso Quintero (Ed.), *Historia de la Prensa* (pp. 565–574). Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Guerra, J. M., & Reis, F. (2015). *Fora da Vida (curta-metragem)*. Vende-se Filmes. https://www.imdb.com/title/tt4641672/?ref_=nm_knf_t4
- Halbwachs, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Librairie Félix Alcan. http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_sociaux_memoire.pdf
- Halbwachs, M. (1968). *La mémoire collective* (2. éd. rev. et augm). Presses Universitaires de France.

- Hall, S. (1989). Cultural Identity and Cinematic Representation. *Framework: The Journal of Cinema and Media*, 36, 68–81. <https://doi.org/10.2307/44111666>
- Hall, S. (1990). Cultural Identity and Diaspora. In J. Rutherford (Ed.), *Identity: Community, Culture, Difference* (pp. 222–237). Lawrence & Wishart.
- Hall, S. (2006). Black Diaspora Artists in Britain: Three “Moments” in Post-war History. *History Workshop Journal*, 61(1), 1–24. <https://doi.org/10.1093/hwj/dbi074>
- Hall, S. (2009). *A Modernidade e os Seus Outros: Três “Momentos” na História das Artes na Diáspora Negra do Pós-Guerra (tradução de Marina Santos)*. ArtÁfrica – Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
<http://artafrica.lettras.ulisboa.pt/uploads/docs/2016/04/18/5714dfd93b64c.pdf>
- Harris, J. E. (1982). *Global dimensions of the African diaspora*. Howard University Press.
- Hérbert, P. (2005). Cinema, animation and the other arts: an unanswered question. In C. Gehman & S. Reinke (Eds.), *The Sharpest Point: Animation at the End of Cinema* (pp. 179–188). YYY Books.
- Hirsch, M., & Miller, N. K. (2011). Introduction. In M. Hirsch & N. K. Miller (Eds.), *Rites of Return: Diaspora Poetics and the Politics of Memory* (pp. 1–20). Columbia University Press.
- Hobsbawm, E. J. (1987). *The Age of Empire: 1875–1914*. Vintage Books.
- Hohlfeldt, A., & Corso de Carvalho, C. (2012). A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. *Intercom – RBCC*, 35(2), 85–100. <http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n2/05.pdf>
- Hollinshead, K. (2004). Tourism and third space populations: The restless motion of diaspora peoples. In T. Coles & D. J. Timothy (Eds.), *Tourism, diasporas and space* (pp. 33–49). Routledge.
- Horne, D. (2018). Pan-Africanism. In A. O. Umoja, K. L. Stanford, & J. A. Young (Eds.), *Black power encyclopedia: From “Black is beautiful” to urban uprisings* (pp. 599–602). ABC-CLIO, LLC.

- Howarth, W. L. (1974). Some Principles of Autobiography. *New Literary History*, 5(2), 363–381. <http://www.jstor.org/stable/468400>
- Huang, W.-J., Haller, W. J., & Ramshaw, G. (2013). Diaspora Tourism and Homeland Attachment: An Exploratory Analysis. *Tourism Analysis*, 18, 285–296. <https://doi.org/10.3727/108354213X13673398610691>
- Huang, W.-J., Ramshaw, G., & Norman, W. C. (2016). Homecoming or tourism? Diaspora tourism experience of second-generation immigrants. *Tourism Geographies*, 18(1), 59–79. <https://doi.org/10.1080/14616688.2015.1116597>
- Jacob, S. R. (2010). A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX. *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 8, 96–107. <http://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/650>
- Jahić, T. (2014). *Angola e a luta pela emancipação nacional (tese de pós-graduação)* [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Zagreb]. [http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea Jahić - portugalski.pdf](http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea%20Jahi%C4%77%20-%20portugalski.pdf)
- Jerónimo, M. B. (2012). The ‘Civilisation Guild’: Race and Labour in the Third Portuguese Empire, c. 1870–1930. In F. Betthencourt & A. J. Pearce (Eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World* (pp. 172–199). Oxford University Press. https://www.academia.edu/2592386/_The_Civilisation_Guild_race_and_labour_in_the_third_Portuguese_empire_c._1870-1930_
- Jerónimo, M. B., & Domingos, N. (2007). O “grémio da civilização”: do indígena ao imigrante. *Le Monde Diplomatique – Edição Portuguesa, II Série*, 5. <https://pt.mondediplo.com/spip.php?article65>
- Katz, J. S., & Katz, J. M. (1988). Ethics and the Perception of Ethics in Autobiographical Film. In L. Gross, J. Katz, & J. Ruby (Eds.), *Image Ethics: The Moral Rights of Subjects in Photographs, Film and Television* (pp. 119–134). Oxford University Press.
- Kirk-Greene, A. (1986). West African Historiography and the Underdevelopment of Biography. *The Journal of Commonwealth Literature*, 21(1), 39–52. <https://doi.org/10.1177/002198948602100109>

- Lane, J. (1993). Notes on Theory and the Autobiographical Documentary Film in America. *Wide Angle*, 15(3), 21–36.
- Lane, J. (2002). *The Autobiographical Documentary in America*. The University of Wisconsin Press.
- Laó-Montes, A. (2005). Afro-Latinidades and the Diasporic Imaginary. *Iberoamericana*, 17(5), 117–130. <https://doi.org/10.2307/41675679>
- Lara, L. (2017). *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara - Vol. I (até Fev. 1961)* (L. Lara & R. Lara (Eds.); 3.^a ed.). Associação Tchiweka de Documentação.
- Laranjeira, P. (1992). “De letra em riste”. *Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Edições Afrontamento.
- Le Goff, J. (1996). *História e Memória*. UNICAMP.
- Leão, I. Z. C. C., & Castro, D. (2009). Sobre o “Medo Líquido”, de Zygmunt Bauman. *Revista Economia & Tecnologia*, 5(3), 105–114. <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27140/18067>
- Lebow, A. (2012). Introduction. In A. Lebow (Ed.), *The Cinema of Me: The Self and Subjectivity in First Person Documentary* (pp. 1–10). A Wallflower Book, Columbia University Press.
- Legum, C. (1965). *Pan-Africanism: A short political guide* (2nd ed.). Frederick A. Praeger Publishers. <https://www.freedomarchives.org/Documents/Finder/BlackLiberationDisk/BlackPower!/SugahData/Books/Legum.S.pdf>
- Leite, N. (2005). Travels to an ancestral past: on diasporic tourism, embodied memory, and identity. *ANTROPOLógicas*, 9, 273–302. <http://hdl.handle.net/10284/1800>
- Liu, J. H., & Hilton, D. J. (2005). How the past weighs on the present: Social representations of history and their role in identity politics. *British Journal of Social Psychology*, 44(4), 537–556. <https://doi.org/10.1348/014466605X27162>
- Lo, A. (2013). Amílcar Cabral and the Pan-African Revolution. In F. Manji & B. Fletcher Jr (Eds.), *Claim no easy victories: The legacy of Amílcar Cabral*. Council for the

- Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA)/ Daraja Press.
www.codesria.org
- Lopo, J. de C. (1964). *Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história*. Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Lourenço, E. (1988). *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Círculo de Leitores.
- Lourenço, E. (1994). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM).
- M'bayo, T. E. (2004). W. E. B. Du Bois, Marcus Garvey, and Pan-Africanism in Liberia, 1919-1924. *The Historian*, 66(1), 19–44. <https://doi.org/10.1111/j.0018-2370.2004.00062.x>
- Macdonald, G. M. (1994). Third cinema and the Third World. In S. C. Aitken & L. E. Zonn (Eds.), *Place, Power, Situation, and Spectacle: A Geography of Film* (pp. 27–45). Rowman & Littlefield Publishers.
- MacDougall, D. (2006). *The corporeal image: Film, ethnography, and the senses*. Princeton University Press.
- Macedo, I. (2016). Os jovens e o cinema português: a (des)colonização do imaginário? *Comunicação e Sociedade*, 29, 271–289.
[https://doi.org/10.17231/comsoc.29\(2016\).2420](https://doi.org/10.17231/comsoc.29(2016).2420)
- Macêdo, T. (2004). Luanda: Literatura, história e identidade de Angola. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A Questão Social No Novo Milénio*, 16, 17 e 18 de Setembro, 1–13.
<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/taniamacedo.pdf>
- Malaca, F. S. C. (2015). *Memória autobiográfica: Através do álbum fotográfico (tese de mestrado)* [Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa].
<http://hdl.handle.net/10451/25882>
- Margarido, A. (1964). *Negritude e humanismo*. Edição Casa de Estudantes do Império (CEI). https://www.uccla.pt/sites/default/files/negritude_e_humanismo.pdf
- Mata, A. A. (1932). *De Lisboa a Luanda (curta-metragem)*. Bloco H. da Costa.

<http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3157&type=Video>

- Mata, I. (2015). *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*. União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). https://www.uccla.pt/sites/default/files/a_casa_dos_estudantes.pdf
- Mateus, D. C. (1999). *A luta pela independência: A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Editorial Inquérito.
- Matos, P. F. de. (2012). *As “côres” do império: Representações sociais no Império Colonial Português* (2.^a ed.). Imprensa de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/22688>
- Matos, P. F. de. (2016). Imagens de África? Filmes e documentários portugueses relativos às antigas colónias africanas (primeira metade do século XX). *Comunicação e Sociedade*, 29, 153–174. [https://doi.org/10.17231/comsoc.29\(2016\).2414](https://doi.org/10.17231/comsoc.29(2016).2414)
- Menezes, S. (1999). *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).
- Mercer, K. (1994). *Welcome to the jungle: New positions in black cultural studies*. Routledge.
- Mercer, K. (2016). *Travel and See: Black diaspora art practices since the 1980s*. Duke University Press.
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from “Case Study Research in Education”* (2nd ed.). Jossey-Bass Publishers.
- Mertens, D. M. (2014). *Research Methods in Education and Psychology: Integrating Diversity with Quantitative and Qualitative Approaches* (4th ed.). SAGE Publications.
- Messiant, C. (2009). Luanda (1945-1965). Colonisés, société coloniale et engagement nationaliste. In C. Messiant (Ed.), *L'Angola postcolonial. Sociologie politique d'une oléocratie* (pp. 16–103). Editions Karthala.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded*

- Sourcebook (2nd ed.). SAGE Publications.
- Moorman, M. J. (2008). *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Ohio University Press.
- Moutinho, M. C. (2000). *O indígena no pensamento colonial português: 1895-1961*. Edições Universitárias Lusófonas.
http://www.mariomoutinho.pt/images/PDFs/Livros_Cap/2001indigenacolonial.pdf
- Murphy, M. (2016). Travel and See Better. African-American Art, Black Art and the Diaspora. *Critique d'art [En Ligne]*, 47. <https://doi.org/10.4000/critiquedart.23273>
- Nascimento, W. S. (2015). Das ingombotas ao bairro operário: políticas metropolitanas, trânsitos e memórias no espaço urbano luandense (Angola, 1940-1960). *Locus - Revista de História*, 21(1), 79–101.
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20786>
- Neto, A. (2006). Quem é o inimigo? Qual é o nosso objetivo? In A. Bogo (Ed.), *Teoria da organização política II* (pp. 325–342). Expressão Popular.
- Neves, J. M. L. P., & Duarte, A. C. R. (2013). *A maritimidade portuguesa: Do reavivar da consciência à oportunidade de desenvolvimento* (Comissão Cultural da Marinha & Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica (GERE) (Eds.)). Edições Culturais da Marinha, Caderno Naval n.º 44, Jan-Mar. https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Documents/cadernosnavais_n44.pdf
- Nora, P. (1993). Entre Memória e História: A problemática dos lugares (tradução de Yara Aun Khoury). *Projeto História: Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10, 7–28. <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>
- Oliveira, R. S. (2015). *Magnífica e Miserável. Angola Desde a Guerra Civil*. Tinta-da-China.
- Padrós, E. S. (2001). Usos da Memória e do Esquecimento na História. *Letras*, 21, 79–95. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11826/7254>
- Pereira, L. N. N. (2013). Religião e parentesco entre os bakongo de Luanda. *Afro-Ásia*, 47, 11–41. <https://doi.org/10.1590/S0002-05912013000100001>
- Pinhal, C. (2017). *Forgetting the Forgetfulness: (Dis)remembering the Coloniality of the*

- Portuguese and Spanish Dictatorships (PhD dissertation)* [University of California].
<https://escholarship.org/uc/item/2ht9241m>
- Pinto, A. C. (2001). *O Fim do Império Português*. Livros Horizonte.
- Pinto, A. O. (2016). Recensão “Magnífica e Miserável. Angola desde a Guerra Civil, Lisboa, Tinta-da-China, 2015.” *Análise Social*, 220(LI 3.º), 726–730.
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732016000300009
- Pitcher, M. A. (1993). *Politics in the Portuguese Empire: The State, industry, and cotton, 1926-1974*. Clarendon Press Oxford.
- Pollak, M. (1988). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, 2(3), 3–15. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>
- Pugh, R. K. (2017). *Cut And Mix Culture: Visual Explorations Of Contemporary Diaspora Identity* [Sydney College of the Arts, The University of Sydney].
<https://ses.library.usyd.edu.au/handle/2123/17299>
- Punch, K. F. (1998). *Introduction to Social Research: Quantitative and Qualitative Approaches*. SAGE Publications.
- Real, M. (2013). *Nova teoria do Sebastianismo*. Dom Quixote.
- Ribeiro, C. C. L. (2015). *Dharma – O destino é de quem nele acredita: estratégias de manutenção do matrimónio hindu em diáspora (trabalho de projeto de mestrado)* [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].
<https://run.unl.pt/handle/10362/18466>
- Rocha, E. (2015). “Another Black Like Me”: Strategies of Identification among Afrodescendentes in Latin America. In E. P. Rocha & N. R. Bezerra (Eds.), *Another Black Like Me: The Construction of Identities and Solidarity in the African Diaspora* (pp. 1–23). Cambridge Scholars Publishing.
- Roque, S. (2011). “Cidade” and “bairro”: classification, constitution and experience of urban space in Angola. *Social Dynamics*, 37(3), 332–348.
<https://doi.org/10.1080/02533952.2011.658282>
- Salaviza, J. (2017). *Altas cidades de ossadas (curta-metragem)*.

<https://www.imdb.com/title/tt6511810/>

Sanches, M. R. (2006). Introdução. In M. R. Sanches (Ed.), *Portugal não é um país pequeno. Contar o Império na Pós-Colonialidade* (pp. 7–21). Cotovia.

Sanches, M. R. (2011). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Edições 70.

Santos, A. (1981). O Bairro Operário não tem luz. In A. Santos (Ed.), *Kinaxixe e outras prosas* (pp. 72–74). Ática.

Santos, B. S. (2013). Prefácio. In A. P. Meneses & B. S. Martins (Eds.), *As guerras de libertação e os sonhos coloniais. Alianças secretas, mapas imaginados* (pp. 9–13). Almedina.

Santos, P. F. dos. (1925). Missões religiosas portuguesas do enclave de Cabinda. *Missões de Angola e Congo* (Ano v, n.º 0 12), 214–215.

Santos, J. A. (2012). *ABC do Bê Ó* (2.^a ed.). Chá de Caxinde.

Santos, J. F. (2002). Companhia Colonial de Navegação. *Revista Bordo Livre*, 43/44.
https://web.archive.org/web/20160304030115/http://www.comm-pt.org/bordolivre/jul_ago2002/pag6_43%2644.htm

Sbiri, K. (2012). *Voices from the margin. Rethinking history, identity and belonging in the contemporary North African Anglophone novel*. Publications of the University of Eastern Finland, Dissertations in Education, Humanities, and Theology (24).

Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, 10(19), 41–55.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005

Seidman, I. (2013). *Interviewing as Qualitative Research: A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences* (4th ed.). Teachers College Press.

Shepperson, G. (1993). African Diaspora: Concept and Context. In J. Harris (Ed.), *Global Dimensions of the African Diaspora* (2nd ed., pp. 41–50). Howard University Press.

- Shilliam, R. (2011). Non-Western thought and international relations. In R. Shilliam (Ed.), *International Relations and Non-Western Thought: Imperialism, colonialism and investigations of global modernity* (pp. 1–11). Routledge.
- Siebert, N. (2016). The archive as construction site: collective memory and trauma in contemporary art from Angola. *World Art*, 6(1), 103–123.
<https://doi.org/10.1080/21500894.2016.1172106>
- Simine, S. A. (2013). *Mediating Memory in the Museum: Trauma, Empathy, Nostalgia*. Palgrave MacMillan.
- Simões, R. (2010). *Ilha da Cova da Moura (longa-metragem)*. Real Ficção.
https://www.imdb.com/title/tt1872811/?ref_=ttco_co_tt
- Simões, S. (2015). *Angola: o itinerário da palavra na canção e a emancipação da cultura popular face ao imperialismo português (1961 - 1975)*. Mural Sonoro — Webmagazine Cultural, Informativa e Científica Criada Em 2011.
<https://www.muralsonoro.com/mural-sonoro-pt/2015/12/31/angola-o-itinerrio-da-palavra-na-cano-e-a-emancipao-da-cultura-popular-face-ao-imperialismo-portugus-1961-1975-por-soraia-simes>
- Solanas, F., & Getino, O. (1970). Toward a Third Cinema. *Cinéaste*, 4(3), 1–10.
<https://doi.org/10.2307/41685716>
- Sousa, J. T. (2008). Eduardo Mondlane e a luta pela independência de Moçambique. In L. R. Torgal, F. T. Pimenta, & J. S. Sousa (Eds.), *Comunidades Imaginadas Nação e Nacionalismos em África* (pp. 149–159). Imprensa da Universidade de Coimbra.
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-0339-1>
- _11
- Sousa, V. M. F. O. (2013). Qual o significado de “Diáspora” em tempo de globalização? A relação controversa entre Império, lusofonia e “portugalidade.” *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 17–29. <http://hdl.handle.net/1822/40813>
- Souza, M. L. R. (2005). *Violência*. Casa do Psicólogo.
- Stam, R. (2003). Beyond Third Cinema: the aesthetics of hybridity. In A. R. Guneratne & W. Dissanayake (Eds.), *Rethinking Third Cinema* (pp. 31–48). Routledge.

- Stier, O. B. (2003). *Committed to Memory: Cultural Meditations of the Holocaust*. University of Massachusetts Press.
- Tavares, A. P. (1999). Cinquenta anos de literatura angolana. *Via Atlântica*, 3, 124–131. <https://doi.org/10.11606/va.v0i3.49012>
- Thackway, M. (2003). *Africa Shoots Back: alternative perspectives in Sub-Saharan francophone African film*. James Currey.
- Third Cinema*. (2020). Film Reference. <http://www.filmreference.com/encyclopedia/Romantic-Comedy-Yugoslavia/Third-Cinema.html#ixzz54FdJCUG6>
- Torres, A. (1986). Le processus d'urbanisation de l'Angola dans la période coloniale (années 1940-1970). *Estudos de Economia*, 7(1), 29-50., VII(1), 29–50. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9662/1/ee-at-1986.pdf>
- Torres, A. (1989). Le processus d'urbanisation de l'Angola pendant la période coloniale (années 1940-1970). In M. Cahen (Ed.), *“Vilas” et “Cidades”: Bourgs et villes en Afrique Lusophone* (pp. 98–117). L'Harmattan.
- Torres, S. M. M. (2012). *Guerra Colonial na revista “Notícia”: A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola (dissertação de mestrado)* [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa]. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/7280/1/Dissertação de Mestrado_Sílvia Torres_aluna20606.docx.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/7280/1/Dissertação%20de%20Mestrado_S%F3lvia%20Torres_aluna20606.docx.pdf)
- Trigo, S. (1977). *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*. Brasília Editora.
- Ukadike, N. F. (2004). The Other Voices of Documentary: Allah Tantou and Afrique, “je te plumerai.” In F. Pfaff (Ed.), *Focus on African Films* (pp. 159–172). Indiana University Press.
- Usai, P. C. (2001). *The death of cinema: history, cultural memory and the digital dark age*. British Film Institute.
- Walder, D. (2009). Writing, representation, and postcolonial nostalgia. *Textual Practice*, 23(6), 935–946. <https://doi.org/10.1080/09502360903361709>

- Wayne, M. (2001). *Political Film: The Dialectics of Third Cinema*. Pluto Press.
- Wieviorka, M. (1996). Racisme et exclusion. In S. Paugam (Ed.), *L'Exclusion. L'Etat des savoirs* (pp. 344–353). Éditions La Découverte.
- Wieviorka, M., & Barats, C. (1994). Racisme et exclusion : entretien avec Michel Wieviorka. *Quaderni*, 22(1), 125–140. <https://doi.org/10.3406/quad.1994.1066>
- Williams, D. E. (1999). Rethinking the African Diaspora: A Comparative Look at Race and Identity in a Transatlantic Community, 1878-1921. In D. C. Hine & J. McLeod (Eds.), *Crossing Boundaries: Comparative History of Black People in Diaspora* (pp. 105–120). Indiana University Press.
- Williams, M. W. (1991). Pan-Africanism and Zionism: The Delusion of Comparability. *Journal of Black Studies*, 21(3), 348–371. <https://www.jstor.org/stable/2784343>
- Zau, F. (2005). *Marítimos africanos e um clube com história*. Universitária Editora.

Anexos

Listagem de anexos – Arquivos da Associação Tchiweka de Documentação

Anexo I – Convite

Anexo II – Ficha de quotas

Anexo III - Circulares

Anexo IV – Atas

Anexo V - Estatutos do CMA

Anexo VI – Publicações do Jornal Diário do Governo

Anexo VII - Ficha para proposta de sócio

Anexo I



Anexo II

CLUBE MARITIMO AFRICANO
DESPORTO • RECREIO • CULTURA

Sócio N.º 30

Ex.º Sr. Francisco João

Morada R. José Ricardo n.º 11-1.º Esq. "Quanga"

Pagou Esc. 90\$00 relativo ao Ano de 195 7

☐ Presidente ☒ Tesoureiro Albino Soares

<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>DEZEMBRO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>	<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>NOVEMBRO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>
<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>OUTUBRO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>	<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>SETEMBRO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>
<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>AGOSTO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>	<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>JULHO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>
<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>JUNHO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>	<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>MAIO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>
<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>ABRIL</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>	<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>MARÇO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>
<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>FEVEREIRO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>	<p>C. M. A.</p> <p>Sócio N.º <u>30</u></p> <p>JANEIRO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tesoureiro</p>

CLUBE MARITIMO AFRICANO

DESPORTO • RECREIO • CULTURA

Ex.^{ma} Sr. Antonia Agostinho Neto Sócio N.º 12

Morada Luanda

Pagou Esc. 90 \$ 00 relativo ao Ano de 195-9

O Presidente

O Tesoureiro

Alvaro Soares

C. M. A.

Sócio N.º 12

DEZEMBRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

OUTUBRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

AGOSTO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

JUNHO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

ABRIL

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

FEVEREIRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

NOVEMBRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

SETEMBRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

JULHO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

MAIO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

MARÇO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 12

JANEIRO

O Tesoureiro

CLUBE MARITIMO AFRICANO
DESPORTO • RECREIO • CULTURA

Sócio N.º 35
Ex.º Sr. *Luis Paulo Palhares*

Morada *"Imperio"*

Pagou Esc. 90\$ 00 relativo ao Ano de 1959

☐ Presidente

☐ Tesoureiro

Luis Paulo

C. M. A.

Sócio N.º 35

DEZEMBRO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

OUTUBRO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

AGOSTO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

JUNHO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

ABRIL

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

FEVEREIRO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

NOVEMBRO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

SETEMBRO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

JULHO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

MAIO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

MARÇO

☐ Tesoureiro

[Signature]

C. M. A.

Sócio N.º 35

JANEIRO

☐ Tesoureiro

[Signature]

CLUBE MARITIMO AFRICANO

DESPORTO • RECREIO • CULTURA

Sócio N.º 19

Ex.º Sr. José Duma

Morada "Vera Cruz"

Pagou Esc. 90\$00 relativo ao Ano de 1959

O Presidente

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

DEZEMBRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

OUTUBRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

AGOSTO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

JUNHO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

ABRIL

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

FEVEREIRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

NOVEMBRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

SETEMBRO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

JULHO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

MAIO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

MARÇO

O Tesoureiro

C. M. A.

Sócio N.º 19

JANEIRO

O Tesoureiro

Anexo III

000895

Clube Marítimo Africano

Calçada de S. Vicente, 85-1.º

L I S B O A

Circular n.º 1/59

Lisboa, de Abril de 1959

Prezado Consócio:

Na Assembleia Geral do Clube Marítimo Africano realizada em 3 de Março do corrente ano, na Academia Recreativa Leais Amigos, foi eleita uma Comissão Directiva para reorganizar as actividades do C. M. A. e resolver a situação extraordinariamente crítica do Clube, no período máximo de seis meses, findo o qual serão realizadas novas eleições.

A Comissão Directiva que foi eleita por unanimidade, é composta pelos seguintes associados: JOÃO MANUEL PATACA, GRAÇA DA SILVA TAVARES, MANUEL SOARES GOMES, ANTÓNIO DA GRAÇA DO ESPIRITO SANTO, FRANCISCO JACK, ALICE VEIGA PEREIRA e HUMBERTO MACHADO.

Informa-se mais que todos os membros eleitos tomaram posse dos seus cargos. Começando com as suas actividades em 13 de Março, resolveram em unanimidade com outros associados presentes à reunião, apresentar aos estimados consócios os trabalhos que pretendem levar a efeito de modo a conseguir-se a desejada reorganização, para o que contam com o espírito de cooperação, boa vontade e interesse de todos. Assim:

- 1.º — Foi aprovado que se faça uma activa campanha de angariação de fundos, o que já alguns associados se comprometeram a contribuir com donativos, exemplo que esperamos seja secundado por todos.
- 2.º — Foi aprovado que se arranjasse uma Sede provisória, o que nesta data já se conseguiu, cuja direcção é: Calçada de S. Vicente, 85-1.º, Academia Recreativa Leais Amigos, para onde os sócios endereçarão a correspondência destinada ao Clube. Estarão todas as quintas-feiras. Directores para tratarem com os associados os assuntos relativos ao C. M. A..
- 3.º — Ficou aprovado que os sócios do C. M. A. devem pagar as quotas a partir de Janeiro do corrente ano.
- 4.º — Os sócios que contribuíam com um donativo de pelo menos Esc. 500\$00 serão agraciados pelo C. M. A. com um diploma de honra de «Sócio Benemérito», recebendo-o em Assembleia Geral extraordinária convocada para esse efeito.
- 5.º — Serão nomeados encarregados de cobrança e propaganda, alguns sócios, além do cobrador, nos barcos e mais sectores que manifestem interesse em colaborar.
- 6.º — Informa-se também que foram feitas diligências para se conseguir, no mais curto prazo, uma casa, estando já duas em causa, cuja renda é de Esc. 2.000\$00. Como presentemente não há fundos para assumir tal compromisso, espera-se o vosso apoio com a possível urgência.
- 7.º — Como se trata de uma fase difícil de reorganização, a Comissão Directiva pede aos sócios que respondam por escrito, verbalmente, ou ainda por simples envio do talão anexo à Circular devidamente preenchido para a Direcção acima indicada, no prazo máximo de 60 dias a contar da data da presente Circular. Este prazo é essencial para que a Comissão Directiva possa levar por diante os propósitos de reorganização do Clube e tomar qualquer compromisso com terceiros.
- 8.º — Comunica-se que, dentro da reorganização, a Comissão Directiva pretende cumprir quanto possível, além de bailes, outras actividades, como excursões, futebol, consulta médica, etc., estando já aberta inscrição para uma excursão posterior.

A COMISSÃO DIRECTIVA

T A L ã O

Recebi a Circular e comprometo-me a pagar regularmente a quotização a partir de Janeiro último e a contribuir com um donativo na importância de Esc. \$....., pagável na Sede do Clube ou ao Encarregado da cobrança em de de 1959.

CLUBE MARITIMO AFRICANO

CALÇADA DE S. VICENTE, 85-1.º

LISBOA

CIRCULAR N.º 2/959

Lisboa, 15 de Outubro de 1959

Prezado Consócio

Àcerca de sete meses que foi eleita a Comissão Directiva para reorganizar o clube. A partir dessa data, a Comissão estabeleceu planos que não resultaram eficazmente, em resumo, os donativos pedidos na Circular de Abril último, não foram recebidos como era do nosso contento.

Nesta data, a Comissão tendo tomado o compromisso de arrendamento de uma casa para sede e, dispondo sómente de 1.000\$00, saldo existente em caixa, insuficiente para satisfazer, portanto, as primeiras despesas orçadas em 7.000\$00, resolveu imediatamente proceder à cobrança de quotas, nos termos da Circular acima indicada. Assim, é cobrador do Club o snr. André Laurente Luemba, portador das quotas devidamente assinadas, pelo que se pede a fineza da liquidação das mesmas.

Aproveita-se a oportunidade para comunicar que deixarão de ser considerados sócios todos os indivíduos que não liquidarem as quotas atrasadas do corrente ano, até ao dia 31 de Dezembro.

A Comissão Directiva

Anexo IV

aprovados por unanimidade os artigos quarto e respectivos parágrafos, o quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono com o seu parágrafo primeiro. O parágrafo segundo, deste artigo, assim redigido: " § 2º - Havendo objecções formuladas por escrito, da parte de qualquer sócio, será a proposta submetida à Assembleia Geral. ", foi eliminado por proposta do sócio Octávio Vandunem, aprovada pela maioria. Os artigos décimo e undécimo foram aprovados por unanimidade, assim como o décimo segundo. Sobre o artigo treze houve discussão, no fim da qual o sócio Oscar Amaro propôs que se criasse uma nova categoria de sócios que englobasse os empregados do Clube. Esta proposta foi rejeitada por maioria e aprovado o texto inicial também por maioria, tendo havido um voto contra e uma abstenção. Após a discussão o artigo quinze, o sócio Florentino Silva propôs que o seu primeiro um fosse modificado para: "1) O atrasando-se na cotização por tempo superior a seis meses, não ponha em dia, no prazo determinado em aviso da Direcção." (O projecto do Estatuto mencionava três meses), tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. Os artigos quinze a vinte foram aprovados por unanimidade. Os artigos constantes dos Capítulos Terceiro e quarto - do vinte e um ao vinte e oito - foram aprovados por unanimidade. Atendendo ao adiantado da hora e por proposta do Presidente da Mesa, foi encerrada a sessão. Era meia-noite. Antes do encerramento foi lida a acta da sessão, que foi aprovada e depois assinada pelos membros da Mesa e por mim Pedro Sobrinho, que a lavrei.

Clarence Fente
António Rodrigues da Costa
Pedro Francisco de Almeida Sobrinho.

Pedro Francisco de Almeida Sobrinho, que a lavrei.

~~Clarence~~

Antônio Rodrigues da Costa

Pedro Francisco de Almeida Sobrinho

Acta Número Dois

Por catotze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco, reuniu-se uma Assembleia Geral do Clube Marítimo Africano na Rua Leite de Vasconcelos, número quarenta e seis, rés-de-chão direito, a fim de se proceder à eleição dos Corpos Gerentes. Feita a votação ficou assim constituída a mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Clarence Barbosa de Fuental Mendes.

Vice-Presidente: Luís Sampaio Palhares.

Primeiro-Secretário: Mário da Nazare' Vieira Dias Vaudineu.

Segundo-Secretário: Antônio Rodrigues da Costa.

A Direcção do Clube Marítimo Africano ficou constituída da seguinte maneira:

Presidente: Francisco Bando Jack.

Vice-Presidente: Humberto do Carmo Alves Machado.

Secretário: Pedro Francisco de Almeida Sobrinho.

Tesoureiro: Pedro André' Tate Matuca.

Vogal: João da Silva Vila.

Constituição do Conselho Fiscal:

Presidente: Manuel Soares Gomes.

Secretário: Augusto Roque Medina da Silva.

Relator: Augusto Guillermino de Campos Neto.

Primeiro-Substituto: José Francisco Buco.

Segundo-Substituto: Florentino da Silva.

Todos os corpos gerentes foram eleitos por unanimidade. A Sessão teve início às vinte e uma horas e meia e foi encerrada às vinte e quatro horas. Lida e aprovada a acta foi assinada pelo Presidente da Comissão Organizadora e por mim, Secretário da Comissão Organizadora, que a subscrevi.

Acta Número Três

Por tres dias do mês de Janeiro de 1956, reuniu-se uma Assembleia geral do Clube Lusitano Africano na Rua Augusto Rosa número sessenta e seis, quinto andar, de modo a ocupar da seguinte ordem de trabalhos: Discussão e aprovação do Relatório da Direcção corrente; Eleição dos novos corpos gerentes.

A sessão teve início às 21 horas e trinta minutos e estiveram presentes vinte e sete sócios. A ordem para dirigir os trabalhos foi composta por: Cláudio Mendes, presidente; Pedro de Almeida Sobrinho e Luis Soares Barreto, secretários.

A esta sessão foi apresentado o Relatório da Direcção corrente pela voz do Sr. Humberto Machado. Tendo esta o mesmo senhor prestado dois esclarecimentos referentes às questões das iniciações da colectividade e à omissão de alguns nomes de associados além dos referidos no texto do relatório que leu. Justificou ainda a omissão feita ao Sr. Chefe Gomes da Costa e propôs um agradecimento especial a ser enviado a este senhor.

Lamentou a ausência dum grande numero de sócios e referiu-se ainda ao facto de um sócio embarcado ter enviado um telegrama de Boas-Festas ao Clube.

Procedeu-se em seguida à leitura dos relatórios e da sua proposta quanto ao agradecimento ao Sr. Chefe Gomes da Costa, ambas aprovadas com uma abstenção.

Por proposta do Presidente da Mesa houve

cessante; Elições dos novos Corpos Gerentes.

Foi aprovado por maioria um voto de louros aos sócios tripulantes dos vapores "Quanza" "Angola" e "Império" por nunca descuidarem do pagamento das suas cotas e realizarem entre si colectizações em benefício do Clube.

Um voto de louros à Direcção por proposta do Conselho Fiscal também foi aprovada por maioria. Mais ainda foi aprovada por maioria um voto de censura ao sócio Mário Azevedo Miranda por se ter recusado a prestar contas dos seus successos nos cargos para que tinha sido indicado pela Direcção cessante. Após isto leu-se o Relatório da Direcção e Contas Apresentados por esta que por maioria foram aprovados.

Também após leitura foi aprovado o parecer do Conselho Fiscal. Por fim procedeu-se a eleição dos Corpos Gerentes, tendo sido eleito por maioria: Direcção - Presidente: Luís Paulino Palhares; Vice-Presidente: Dr. Eduardo Santa; Secretário: António Espírito Santo; Vogal: Florentino Silva; Tesoureiro: João Patasca.

Assembleia Geral - Presidente: Luís Barreto Via Presidente: Francisco Jock; 1º Secretário: José Jannário; 2º Secretário: André Pragaço. Conselho Fiscal - Presidente: Lucio Lara;

Relator: Silva Tavares; Secretário: António Teixeira; 2º Substituto: Mario Van Duoren; 1º Substituto:

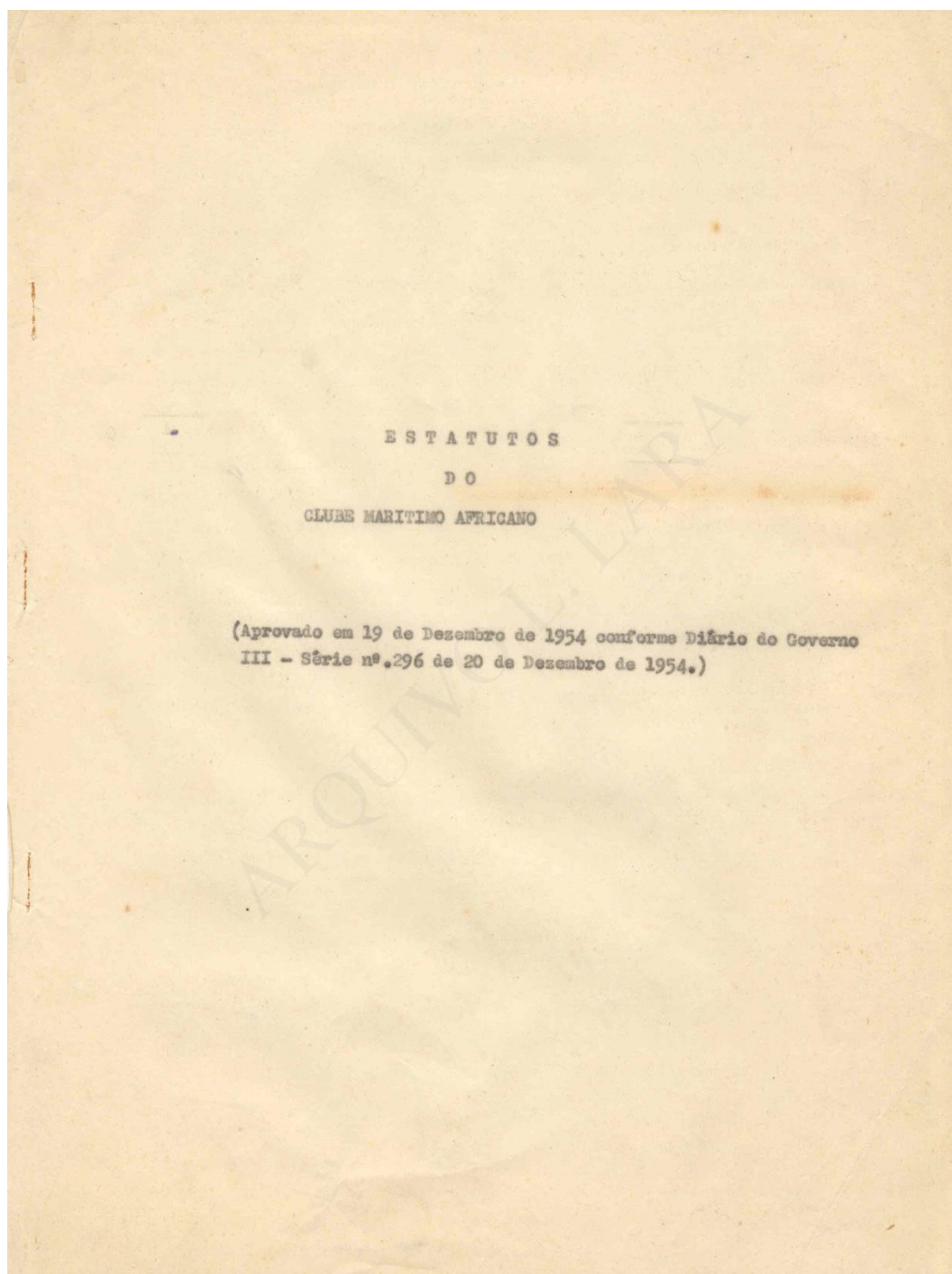
13/jan/57

Zito Van-Duoren.

Foi ainda por proposta, da Direcção, o fim do Conselho Fiscal aprovado um voto de louros ao Tesoureiro Affonso.

A sessão foi encerrada às 24 horas e a acta do qual foi lida e aprovada a acta desta sessão, depois assinada pelo

Anexo V



251

CLUBE MARÍTIMO AFRICANO

E S T A T U T O S

Capítulo I

DO CLUBE - SEDE DENOMINAÇÃO E FINS -

Artigo 1º - O Clube Marítimo Africano - (C.M.A.) - é uma agremiação desportiva dos marítimos africanos e dos africanos em geral, residentes na Metrópole.

Artigo 2º - O Clube Marítimo Africano tem a sua sede em Lisboa e nela funcionarão os seus corpos gerentes.

§ único - Poderão constituir-se Delegações ou filiais do C.M.A. em qualquer localidade da Metrópole ou das Províncias Ultramarinas de África, desde que um número mínimo de cem sócios o justifique.

Artigo 3º - O C.M.A. tem por fim promover a educação física e a prática de desportos entre os seus associados, proporcionando-lhes também meios de recreio e de cultura.

§ único - São-lhe vedadas quaisquer actividades ou participação em manifestações de carácter político ou religioso.

Capítulo II

DOS SÓCIOS - CLASSIFICAÇÃO, ADMISSÃO, ELIMINAÇÃO, READMISSÃO.

Artigo 4º - O C.M.A. compreende quatro categorias de sócios:

- a) Efectivos
- b) Contribuintes
- c) Beneméritos
- d) Honorários

§ 1º - O número de sócios de qualquer das categorias é indeterminado.

§ 2º - São sócios fundadores os indivíduos que se inscreveram até o dia trinta de Junho de 1954, pagando uma jóia de cinquenta escudos e a quota de organização, não envolvendo tal qualidade qualquer regalia especial.

Artigo 5º - São sócios efectivos os indivíduos de maior idade, nascidos nas províncias ultramarinas de África ou delas originários, que se inscrevam como tal e forneçam ao C.M.A. os seus rendimentos ordinários.

Artigo 6º - São sócios contribuintes todas as pessoas singulares ou colectivas que, não estando nas condições do artigo anterior, se inscrevam como tal e contribuam com jóias e quotas para os rendimentos ordinários do C.M.A.

Artigo 7º - São sócios beneméritos os indivíduos que tenham prestado ao Clube serviços que possam ser considerados de verdadeira benemerência e dedicação, e que, em Assembleia Geral, sob proposta justificada da Direcção, sejam julgados merecedores desta distinção.

14A

Artigo 8º - São sócios honorários as pessoas singulares ou colectivas que ao C.M.A. ou à causa desportiva em geral, tenham prestado serviços excepcionalmente meritórios e que em Assembleia Geral, sob proposta justificada da Direcção, se entenda distinguir desta forma.

Artigo 9º - A admissão dos sócios efectivos será feita mediante proposta firmada por qualquer sócio no pleno gozo dos seus direitos e pelo próprio, em impresso fornecido pelo C.M.A. à qual serão juntas duas fotografias do proposto, devendo cada proposta ser patente na Sede durante quinze dias, findo os quais será apreciada pela Direcção.

§ único - Do parecer desfavorável da Direcção há recurso para a Assembleia Geral que, ouvidas as razões do candidato e da Direcção, resolverá.

Artigo 10º - A admissão dos sócios contribuintes será feita mediante proposta firmada por três sócios no uso pleno dos seus direitos e pelo próprio, em impresso fornecido pelo C.M.A., à qual serão juntas duas fotografias do proposto, devendo cada proposta ser patente na Sede durante quinze dias.

Artigo 11º - Não sendo a admissão do sócio aprovada pela Direcção ou, nos casos respectivos, pela Assembleia Geral, deverá o Secretário da Direcção fazer a participação do facto ao interessado.

Artigo 12º - Os sócios admitidos pela Direcção, passarão a gozar dos seus direitos a partir do momento em que, por participação escrita do Secretário, tomem conhecimento do facto.

Artigo 13º - Não poderão ser sócios os indivíduos que exerçam funções remuneradas dentro do C.M.A.

Artigo 14º - Perderá a qualidade de sócio todo aquele que:

- 1) Atrasando-se nas quotizações por tempo superior a seis meses, se não ponha em dia, no prazo determinado em aviso da Direcção.
- 2) Defraudar o C.M.A. no seu património ou fundos.

§ 1º - Os corpos gerentes do C.M.A. deverão utilizar todos os meios incluindo os judiciais, para responsabilização legal dos incluídos no número 2 deste artigo.

§ 2º - O não cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior implica responsabilidade conjunto de tais corpos gerentes com os infractores incluídos neste número.

- 3) Deixar de fazer sem justificação, o pagamento de quaisquer encargos para com o C.M.A. dentro dos prazos estipulados ou legais.

4) ~~For~~ condenado pelos tribunais ordinários por motivo de ofensa à moral pública.

5) For abrangido pela pena de expulsão estabelecida no número 5º do artigo 23º.

Artigo 15º - Todo o sócio que queira desistir dessa qualidade deverá formular pedido escrito à Direcção, que necessariamente o considerará.

Artigo 16º - Os sócios eliminados nos termos dos números 1) e 3) do artigo 14º ficam sujeitos, ao acto da sua readmissão, ao pagamento de encargos em débito que originaram a sua eliminação.

Artigo 17º - Os sócios eliminados nos termos do número 2) do artigo 14º, não serão readmitidos.

Artigo 18º - Os sócios que perderam essa qualidade por desistência declarada nos termos do artigo 15º, podem readquiri-la desde que se sujeitem à condição de admissão de novos sócios.

Artigo 19º - Os sócios que, por motivo de ausência temporária do local da Sede, igual ou superior a seis meses, pedirem o pagamento, digo, a suspensão do pagamento de quotas, voltarão a usar dos direitos de sócios, com recomeço da quotização.

Artigo 20º - Os sócios das Delegações ou filiais poderão transferir-se para a Sede e vice-versa, mediante credencial passada pela Direcção respectiva.

Capítulo III

DOS SÓCIOS - DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS.

Artigo 21º - São deveres dos sócios:

- 1º - Respeitar e cumprir as disposições estatutárias e regulamentares;
- 2º - Acatar as deliberações dos corpos gerentes, quando de acordo com os preceitos estatutários e regulamentares;
- 3º - Pagar com regularização, até ao dia 15 de cada mês, ao cobrador ou, na ausência deste, na Tesouraria do C.M.A. todos os encargos contraidos voluntária ou obrigatoriamente, respeitantes ao mês (jóia, quota, contribuições especiais, cartão de identidade, emblema, exemplar dos estatutos, etc.);
- 4º - Zelar pelo cumprimento dos Estatutos, prestígio, património e interesses do C.M.A.;
- 5º - Desempenhar gratuitamente os cargos que forem eleitos os nomeados;
- 6º - Cumprir, dentro dos prazos legais, todas as prestações a que se tenham obrigado para com o C.M.A.;

§ 1º - São dispensados do preceituado no número 3º os sócios efectivos e contribuintes que requeiram nesse sentido à Direcção, alegando e provando que os seus proventos não são suficientes para satisfazer tais encargos;

§ 2º. - Os sócios honorários e beneméritos estão dispensados de pagamento de quotas.

§ 3º - São motivos únicos de escusa para o disposto no nº. 5º. deste artigo:

- a) Falta de saúde;
- b) Comprovada incompatibilidade com outras obrigações.

Artigo 22º - São direitos dos sócios:

- 1º. - Frequentar a sede e participar de todas as actividades e benefícios do C.M.A.;
- 2º. - Fazer parte da Assembleia Geral, propor, discutir e votar os assuntos de interesse para o Clube;
- 3º. - Eleger e ser eleito, quando efectivo, para os órgãos directivos do C.M.A.;
- 4º. - Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos destes Estatutos;
- 5º. - Propor novos sócios efectivos e contribuintes ao abrigo destes Estatutos;
- 6º. - Recorrer para a Assembleia Geral das decisões dos órgãos directivos julgados de desvio ou de abuso de competência, segundo estes Estatutos;
- 7º. - Examinar os livros de contas no período regulamentar ou requerer à Direcção tal exame se se tratar de período não regulamentar;
- 8º. - Sugerir à Direcção, por escrito, medidas que julgue de interesse para o Clube e criticar, também por escrito, todos os actos da Direcção;
- 9º. - Praticar os diversos jogos e desportos, quando em condições físicas para o fazer e participar das actividades recreativas e culturais proporcionadas pelo Clube;
- 10º. - Receber todas as convocações, circulares e outras informações digo, outras publicações informativas editadas pelo C.M.A.;

§ 1º. - O direito enunciado no nº. 6º só pode exercer-se por uma petição escrita dirigida à Mesa da Assembleia Geral.

§ 2º. - Exceptuam-se do número 10º deste artigo os sócios que estando ausentes temporariamente do local da Sede, não tenham interesse nas informações referidas.

§ 3º. - Tratando-se de informações importantes quanto à vida do Clube, deverão tentar-se todos os meios para as fazer chegar ao conhecimento de todos os sócios, sem excepção.

CAPÍTULO IV
DAS SANÇÕES E RECOMPENSAS

Artigo 23º. - As sanções a aplicar aos sócios do C.M.A. que infringjam os Estatutos e o Regulamento Geral, são as seguintes:

- 1º - Admoestação verbal;
- 2º - Repreensão registada;
- 3º - Suspensão temporária de alguns direitos por período não superior a três anos;
- 4º - Suspensão da qualidade de sócio por período não superior a três meses;
- 5º - Expulsão;

§ 1º. - As penas previstas nos nºs. 1º, 2º, 3º e 4º, são da competência da Direcção que deverá ouvir, sempre que possível, o sócio arguido.

§ 2º. - A pena prevista no nº. 5º deste artigo é da competência da Assembleia Geral, sendo aplicada mediante proposta da Direcção após um inquérito realizado por esta, podendo o arguido contestar por escrito no prazo de oito dias após ter sido notificado dos termos da acusação.

§ 3º. - A sanção prevista no nº. 4º deste artigo, será proposta após inquérito realizado pela Direcção, podendo o arguido contestar no prazo de oito dias a partir da notificação dos termos da acusação, e da aplicação da pena cabe recurso para a Assembleia Geral, também no prazo de oito dias a partir da notificação.

Artigo 24º. - ~~As sanções previstas nos~~ números 1º e 2º do artigo anterior, são aplicáveis por violação dos Estatutos ou do Regulamento Geral;

Artigo 25º. - A sanção prevista no nº 3º do artigo 23º., é aplicável por violação do disposto nos números 1º, 2º, 4º e 6º do artigo 21º.

Artigo 26º. - As sanções previstas nos números 4º e 5º do artigo 23º são aplicáveis por violação expressa dos números 1º, 4º e 6º do artigo 21º quando tal violação, por sua natureza, justifique o recurso a estas sanções.

Artigo 27º. - As sanções serão comunicadas por escrito aos sócios delinquentes e tornadas públicas no dia imediato ao da deliberação da sua aplicação.

§ 1º. - Exceptua-se a sanção do número 1º do artigo 23º que não será tornada pública.

§ 2º. - A publicação da sanção prevista no número 4º do artigo 23º. effectua-se no nono dia a partir da notificação da sua aplicação ao delinquente, se este não recorrer da sanção, conforme disposto no § 3º do artigo 23º.

§ 3º. - As sanções previstas nos números 1º, 2º e 3º, podem ser apresentadas pelo sócio que as sofrer, na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua aplicação, no período destinado a assuntos fora da ordem do Dias.

Artigo 28º. - A todo o sócio que desinteressadamente tenha contribuído de modo relevante para o prestígio e desenvolvimento do Clube, pode a Direcção conferir as seguintes recompensas:

- 1º. - Voto de louvor lavrado em acta da reunião da Direcção e transmitido por escrito;
- 2º. - Diploma honorífico, de que conste o motivo que originou tal prémio;

CAPÍTULO V DO PATRIMÓNIO

Artigo 29º. - Constituirá o património do C.M.A. o conjunto de bens móveis ou imóveis, legitimamente adquiridos pelo Clube a título gratuito ou não, susceptíveis de avaliação monetária.

Artigo 30º. - A Direcção será responsável pela elaboração e actualização do inventário de todo o património do C.M.A.

§ Único - A Direcção delegará aos Encarregados das Secções a responsabilidade pela elaboração do inventário dos bens circunscritos a cada Secção.

Artigo 30º-A - A aquisição ou alienação dos elementos patrimoniais do C.M.A. é da competência da Direcção.

§ 1º. - No que diz respeito à aquisição, deverá a Direcção cingir-se ao orçamento, devendo em casos extraordinários ouvir o Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º. - A alienação de móveis cujo valor de inventário exceda duzentos escudos, só poderá efectivar-se mediante parecer favorável do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VI DOS FUNDOS

Artigo 31º. - Dize-se fundos do C.M.A. os elementos patrimoniais constituídos por numerário ou títulos equivalentes legitimamente adquiridos.

Artigo 32º. - As receitas do C.M.A. podem ser ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º. - Constituem receitas ordinárias:

- 1º. - O produto do pagamento das jóias e quotização.
- 2º. - O produto da venda de emblemas, cartões de identidade, exemplares dos Estatutos e Regulamento Geral.
- 3º. - O rendimento de juros e de outros quaisquer valores do C.M.A.
- 4º. - Os rendimentos das Secções.

§ 2º - Constituem receitas extraordinárias:

- 1º Donativos em dinheiro, legados, heranças.
- 2º O producto da alienação de bens.
- 3º Importancias recebidas por indemnizações.
- 4º O reembolso de capitais.
- 5º As receitas de passeios, festas, etc. organizados e realizados pelo C.M.A..

Artigo 33º - Os valores em dinheiro do C.M.A. serão depositados em seu nome, num estabelecimento bancário.

Artigo 34º - Os encargos do C.M.A. são divididos em despesas ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - Constituem despesas ordinárias as previstas no orçamento.

§ 2º - Constituem despesas extraordinárias as que não estiverem previstas e para a sua efectivação deverá a Direcção ouvir o parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 35º - No primeiro mês de sua gerência deverá cada Direcção elaborar o orçamento ordinário das despesas e receitas desse ano, o qual será submetido à apreciação do Conselho Fiscal, que apenas poderá propor emendas.

Artigo 36º - A direcção poderá elaborar no decurso do ano económico, orçamentos suplementares, para fazer face às despesas imprevistas ou dotadas insufficientemente no orçamento ordinário.

§ 1º - Os orçamentos suplementares não têm caracter de previsão, devendo as despesas nelle inscritas ser custeadas exclusivamente por força de receitas certas.

§ 2º - Os orçamentos suplementares, no máximo de dois por ano, carecem de aprovação do Conselho Fiscal.

Artigo 37º - As despesas do C.M.A. serão pagas, depois da respectiva requisição, mediante ordem de pagamento assinada pelo Tesoureiro e pelo Presidente ou pelo Secretário, ou ainda, na ausência do primeiro, pelos dois últimos.

CAPITULO VII DOS CORPOS GERENTES

Artigo 38º - O C.M.A. realiza os seus fins por intermédio dos Corpos Gerentes, assim designados: ASSEMBLEIA GERAL, DIRECÇÃO E CONSELHO FISCAL.

Artigo 39º - Os Corpos Gerentes são eleitos anualmente pela Assembleia Geral em reunião ordinária, por escrutínio secreto e por maioria de votos, devendo o Presidente da Mesa fixar após as eleições, o dia e a hora do empobramento, dentro de um prazo não superior a oito dias.

§ Único - Sempre que haja demissão total ou da maioria dos diferentes Corpos Gerentes, poderão ser eleitos em reunião extraordinária da Assembleia Geral, convocada para esse fim.

Artigo 40º - Nenhum sócio poderá ser eleito para mais de um cargo dos Corpos Gerentes.

Artigo 41 - Nenhum sócio poderá ser eleito para os Corpos Gerentes:

- a) - Os sócios, digo, quando à data da eleição não estiverem em pleno

gozo dos seus direitos.

- b) - Quando directa ou indirectamente fizerem fornecimentos ou tiver negócio com o C.M.A.

CAPITULO VIII

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 42º - A Assembleia Geral é o órgão constituído por todos os sócios efectivos, em pleno gozo dos seus direitos, convocados para esse fim pela respectiva Mesa, por meio de circulares enviadas com quinze dias de antecedência.

§ 1º - Podem participar da reunião da Assembleia Geral todas as outras categorias de sócios descritas nos presentes Estatutos, sem direito a voto, mas podendo intervir nas discussões.

§ 2º - Participam das reuniões da Assembleia Geral os sócios que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 43º - A Assembleia Geral funcionará à hora marcada com a maioria dos sócios que a data da reunião se encontrem no local da sede, ou uma hora depois com qualquer número, devendo em qualquer dos casos estar expresso na convocatória.

§ 1º - Das reuniões da Assembleia Geral serão lavradas actas.

§ 2º - Havendo assuntos estranhos à Ordem do Dia, serão tratados nos primeiros trinta minutos da reunião.

§ 3º - A Assembleia Geral é soberana nas suas resoluções e só ela poderá alterar os presentes Estatutos e o Regulamento Geral do C.M.A. e resolver os casos omissos, que não colidam com a Lei Geral.

§ 4º - As resoluções da Assembleia Geral só podem ser alteradas ou revogadas por outra Assembleia Geral, expressamente convocada para esse fim e com um número de sócios igual ou superior.

Artigo 44º - A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

Artigo 45º - Verificando-se a não comparecência da Mesa, ela deverá ser nomeada no momento, de harmonia com as disposições do Regulamento Geral.

Artigo 46º - A Assembleia Geral reunirá ordinariamente de um a vinte e um de Janeiro para apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, precedendo-se em seguida à votação, digo, eleição dos Corpos Gerentes. Extraordinariamente reunir-se-á a requerimento da Direcção, do Conselho Fiscal ou de um grupo de pelo menos vinte sócios, no pleno gozo dos seus direitos.

§ Único - Devem estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral convocadas por sócios, um mínimo de catorze dos requerentes.

Artigo 47º - As propostas de alteração dos presentes Estatutos e do Regulamento Geral, serão admitidas quando apresentadas pela Direcção ou por qualquer sócio que submeterá a admissão da sua proposta a aprovação da maioria dos sócios presentes. Admitidas tais propostas só poderão ser discutidas e votadas em sessão especialmente convocada para esse fim.

Artigo 48º - Compete a Assembleia Geral:

- 1º - Modificar os presentes Estatutos.
- 2º - Interpretar e suprir as omissões dos presentes Estatutos.
- 3º - Elegar, acceitar a demissão e demitir os Corpos Gerentes em escrutinio secreto, nos termos dos presentes Estatutos.
- 4º - Appreciar e votar o relatório e contas da Direcção com o parecer do Conselho Fiscal.
- 5º - Tomar conhecimento e resolver quaisquer dúvidas ou divergências surgidas entre os Corpos Gerentes.
- 6º - Appreciar, aprovar e revogar os Regulamentos e resolver quaisquer dúvidas sobre eles.
- 7º - Criar ou extinguir Delegações, filiais e secções.
- 8º - Resolver sobre as reclamações, recursos e propostas que lhe sejam presentes.
- 9º - Elegar os sócios honorários e benemeritos do C.M.A.
- 10º - Fixar e alterar a quantia da joia e da cota.
- 11º - Nomear os liquidatários em caso de liquidação.

Artigo 49º - As atribuições e competência dos Membros da Mesa da Assembleia Geral, constarão do Regulamento Geral.

CAPITULO IX

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 50º - O Conselho Fiscal será composto por um Presidente, um Secretário, um Relator e dois substitutos, eleitos em Assembleia Geral.

Artigo 51º - Compete ao Conselho Fiscal:

- 1º - Fiscalizar regularmente as contas.
- 2º - Elaborar o parecer sobre o Relatório e Contas e demais actos da Direcção, para ser presente à Assembleia Geral Ordinária.
- 3º - Solicitar sempre que o julgue necessário a convocação da Assembleia Geral.
- 4º - Reunir ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente quando o seu presidente o entenda.
- 5º - Assistir, quando o entenda, às reuniões da Direcção.

Artigo 52º - Perderão o seu mandato os membros que injustificadamente não compareçam a tres reuniões consecutivas. Em tais casos serão chamados os substitutos.

Artigo 53º - Lavrar-se-ão actas de todas as reuniões do Conselho Fiscal.

CAPITULO X

DA DIRECÇÃO

Artigo 54º - Administrará o C.M.A. uma Direcção eleita em reunião da Assembleia Geral, nos termos dos presentes Estatutos, sendo constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.

§ 1º - O Tesoureiro escolherá e proporá à votação do Conselho Fiscal um sócio que será investido na qualidade de Tesoureiro adjunto.

§ 2º - O Secretário escolherá e proporá a votação do Conselho Fiscal, um sócio que será investido na qualidade de Secretário adjunto.

Artigo 55º - A Direcção reunirá ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que for necessário.

§ único - A estas reuniões poderão assistir os membros do Conselho Fiscal e, se a Direcção o entender, quaisquer sócios.

Artigo 56º - De todas as reuniões da Direcção serão lavradas actas que os presentes assinarão.

Artigo 57º - Os membros da Direcção são pessoal e colectivamente responsáveis por todas as decisões que tenham votado sem a especificação de "vencido", perdendo porém a responsabilidade individual por quaisquer actos desde que estes sejam sancionados pela Assembleia Geral.

Artigo 58º - Compete à Direcção:

1º - Coordenar, prover, dirigir, fiscalizar toda a actividade do Clube, em conformidade com os Estatutos, Regulamentos e decisões da Assembleia Geral.

2º - Admitir os sócios efectivos e contribuintes e propor à Assembleia Geral a nomeação dos sócios honorários e beneméritos.

3º - Punir os sócios e propor a sua eliminação à Assembleia Geral, quando não tenham possibilidades de o fazer pela aplicação dos Estatutos.

4º - Nomear e demitir as Comissões das Secções e fiscalizar as actividades das mesmas.

5º - Elaborar os Regulamentos necessário à boa organização e funcionamento dos serviços do Clube.

6º - Solicitar ao Presidente da Assembleia Geral a sua convocação, quando o entender necessário.

7º - Nomear Comissões ou Representantes para o estudo de quaisquer questões ou para representação em actos oficiais.

8º - Organizar ou apresentar ao Conselho Fiscal os orçamentos ordinários ou, quando necessário, os extraordinários.

9º - Submeter à Assembleia Geral ordinária as contas e o relatório de cada gerência, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal.

10º - Facultar ao Conselho Fiscal o exame de livros e de toda a documentação sempre que tal lhe for solicitado.

- 11º - Atender e ponderar todas as reclamações apresentadas pelos sócios.
- 12º - Admitir e despedir todos os empregados do Clube.
- 13º - Propor à Assembleia Geral a fixação ou alteração da joia, cota ou quaisquer outras contribuições, sempre que o entenda necessário.
- 14º - Resolver, ou se para tal não se achar competente, recorrer à Assembleia Geral, sobre os casos omissos nos Estatutos e no Regulamento Geral.
- 15º - Apreciar e resolver todos os assuntos relacionados com o funcionamento das filiais e Delegações.

Artigo 59º - Compete ao Presidente:

- 1º - Presidir às reuniões da Direcção, com direito de voto, podendo em caso de empate usar do voto de qualidade.
- 2º - Convocar, sempre que entenda necessário, as reuniões da Direcção, dando a conhecer aos outros directores a data da reunião.
- 3º - Representar o Clube em actos oficiais ou propor quem o substitua.
- 4º - Assinar as actas e rubricar todos os livros da Tesouraria.
- 5º - Assinar, conjuntamente com o Tesoureiro, cheques, ordens de pagamento, etc.
- 6º - Assinar cartões de identidade, diplomas, conjuntamente com o Secretário.
- 7º - Tomar, em casos urgentes, decisões adequadas, delas dando conhecimento aos restantes membros da Direcção, logo que possível.

Artigo 60º - Compete ao Vice-Presidente:

- 1º - Substituir, na ausência, o Presidente.
- 2º - Assinar as actas e auxiliar o Presidente em todos os trabalhos.

Artigo 61º - Ao Secretário compete:

- 1º - Fazer a correspondência
- 2º - Ter em dia o arquivo
- 3º - Assinar com o Presidente, os cartões de identidade e diplomas.
- 4º - Na ausência do Presidente, assinar conjuntamente com o Tesoureiro, cheques, ordens de pagamento, etc..
- 5º - Lavrar as actas da Direcção e ter em dia o respectivo livro.
- 6º - Distribuir o seu trabalho com o Secretário adjunto, sendo, contudo, ele o responsável perante a Direcção.

Artigo 62º - Compete ao Tesoureiro:

- 1º Ter à sua guarda e responsabilidade todos os valores do Clube
- 2º - Depositar em estabelecimento bancário os rendimentos do Clube.
- 3º - Escriturar o movimento financeiro do Clube
- 4º - Assinar todos os recibos.

5º - Conjuntamente com o Presidente ou, na sua ausencia, com o Secretário assinar os cheques e ordens de pagamento.

6º - Fazer balancetes mensais que submeterá a aprovação do Conselho Fiscal e Direcção, após o que serão afixados na sede.

7º - Fazer o relatório da Tesouraria e incluir no relatório de contas que a Direcção apresentar à Assembleia Geral ordinária.

8º - Satisfazer as despesas autorizadas.

9º - Ter em dia o inventário dos bens do Clube.

10º - Dividir o seu trabalho com o Tesoureiro adjunto, ficando por em responsavel perante a Direcção pelo cumprimento dos seus deveres.

Artigo 63º - Ao Vogal compete cooperar com os outros membros da Direcção nos seus trabalhos, substituindo qualquer deles na sua ausencia.

Artigo 64º - Perderá a qualidade de Director o membro que não comparecer injustificadamente a tres sessões consecutivas.

CAPITULO XI

DAS SECÇÕES DESPORTIVAS

Artigo 65º - Formar-se-ão Secções Desportivas de cada especialidade, na medida em que se imponha o seu interesse dentro do Clube.

Artigo 66º - As diferentes Secções serão dirigidas por uma Comissão de Secção nomeada pela Direcção, de acordo com os sócios interessados na Secção.

§ Único - Os directores de Secção escolherão entre si o seu presidente.

Artigo 67º - Cada Secção estudará as questões de character desportivo que lhe diga respeito, elaborando Regulamentos, organizando concursos e festas desportivas, com a prévia autorização da Direcção.

Artigo 68º - As Secções Desportivas reger-se-ão por Regulamentos especiais aprovados pela Assembleia Geral.

Artigo 69º - As Comissões de Secção reunirão periodicamente segundo as exigencias do seu funcionamento.

§ 1º - As resoluções das Comissões de Secção serão registadas em actas, devendo os seus directores fazer por escrito todas as propostas a apresentar à Direcção.

§ 2º - As Comissões de Secção deverão no fim dos seus mandatos, elaborar o relatório e contas das suas actividades, a incluir no relatório e contas que será presente à Assembleia Geral.

Artigo 70º - Os mandatos das Comissões das Secções terminam ao mesmo tempo que o da Direcção que as nomear.

CAPITULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 71º - A dissolução do C.M.A. só poderá ser aprovada quando se encontrar perante dificuldades insuperáveis, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, em que estejam presentes quatro quintos dos sócios efectivos, em primeira convocação ou dois terços dos mesmos em segunda convocação.

§ Único - Nestas reuniões, as abstenções contam como votos contrários a dissolução.

Artigo 72º - Aprovada a dissolução do C.M.A. fica automaticamente convocada uma reunião da Assembleia Geral extraordinária, perante a qual a Direcção apresentará contas de gerência, o inventário dos bens e todas as informações sobre credores activos e passivos, tudo aprovado anteriormente pelo Conselho Fiscal.

Artigo 73º - Na reunião da Assembleia Geral extraordinária referida no artigo anterior será nomeada uma Comissão liquidatária de cinco membros, a qual compete:

1º - Administrar os bens do Clube até se satisfazerem os credores activos e passivos

2º - Vender os bens que constituem o património e fazer entrega dos saldos, se os houver, às entidades determinadas pela Assembleia Geral extraordinária.

§ Único - O período máximo de duração do mandato da Comissão liquidatária é de seis meses.

Artigo 74º - São expressamente proibidos os jogos de azar nas instalações do Clube.

Artigo 75º - O Clube procurará os meios de prestar assistência médica aos seus atletas e associados, nas condições a estabelecer no Regulamento Geral.

Artigo 76º - Renovar-se-á a numeração dos sócios de cinco em cinco anos.

Artigo 77º - O ano social começa em um de Janeiro e termina em trinta e um de Dezembro.

Artigo 78º - Um regulamento Geral completará o estabelecido nos presentes Estatutos.

Artigo 79º - Trinta dias após a aprovação dos presentes Estatutos reunir-se-á a primeira Assembleia Geral ordinária, que elegerá os Corpos Gerentes.

Artigo 80º Estes Estatutos entram em vigor imediatamente após a sua aprovação pelas entidades competentes

Lisboa, de Setembro de 1954

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Anexo VI

Segunda-feira 20 de Dezembro de 1954

III Série — Número 296



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 2\$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
Astrés séries . . .	Ano 360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série	140\$	"	80\$
A 2.ª série	120\$	"	70\$
A 3.ª série	120\$	"	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37.701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 50 por cento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Repartição do Contencioso

Éditos

Processo n.º 23.357. — Paula de Jesus, que também usa e é conhecida por Paula de Jesus Menano e Paula Ferreira Menano, viúva, pretende habilitar-se, como meirã de seu falecido marido, José Ferreira Menano, ou José Ferreira Menana, a fim de levantar da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a quantia de 800\$90, relativa a metade do depósito n.º 12.852 da Caixa Económica Portuguesa, cofre de Alcântara, que pertencia ao falecido. *8737

Quem tiver que opor ao indicado levantamento deduza o seu direito no prazo de trinta dias, a contar desta publicação, findo o qual será resolvido como for de justiça.

Contencioso da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, 7 de Dezembro de 1954. — O Adjunto dos Serviços, Paulo Amaro.

Processo n.º 8513-V. D. — Helder dos Santos Brito, casado, pretende habilitar-se, como herdeiro de seu falecido pai, Mário Marques de Brito, aposentado n.º 25.734 — F. C., a fim de levantar da Caixa Nacional de Previdência a quantia de 223\$, relativa a metade da pensão que ficou em dívida ao falecido aposentado.

Quem tiver que opor ao indicado levantamento deduza o seu direito no prazo de trinta dias, a contar desta publicação, findo o qual será resolvido como for de justiça.

Contencioso da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, 9 de Dezembro de 1954. — O Adjunto dos Serviços, Paulo Amaro.

Caixa Nacional de Previdência
Montepio dos Servidores do Estado

Éditos

Processo de pensão n.º 12.114. — Ana Isabel Zuzarte Mascarenhas de Novais Ataíde, ou Ana Isabel Zuzarte de Figuei-

redo Mascarenhas, Maria José Zuzarte Mascarenhas de Novais Ataíde e Maria Bruna Zuzarte Mascarenhas de Novais Ataíde pretendem habilitar-se, na qualidade de viúva e filhas solteiras do contribuinte n.º 1811 da extinta Caixa de Auxílio dos Empregados Telegrafo-Postais, Francisco de Novais da Cunha e Brito Sotto Maior e Ataíde, ou Francisco de Novais da Cunha e Brito Sotto Maior e Ataíde, chefe de divisão, aposentado, que foi domiciliado na Rua da Cruz de Santa Apolónia, 25, freguesia de Santa Engrácia, desta cidade, falecido em 2 de Outubro de 1954, à pensão a que se julga com direito.

Processo de pensão n.º 12.116. — Maria da Graça Ferreira da Costa, ou Maria da Graça Pereira da Costa, pretende habilitar-se, na qualidade de viúva do contribuinte n.º 8280 do extinto Montepio dos Sargentos de Terra e Mar, António Pereira da Costa, segundo-sargento do Exército, reformado, que foi domiciliado no lugar e freguesia da Malveira, concelho da Mafra, falecido em 9 de Setembro de 1954, à pensão a que se julga com direito.

Processo de pensão n.º 12.129. — Ana Rosa Cabral pretende habilitar-se, na qualidade de viúva do contribuinte n.º 8320 do extinto Montepio da Guarda Fiscal, Teodoro Berrincha, soldado, que foi domiciliado no lugar das Trapas, freguesia de Aldeia do Carvalho, concelho da Covilhã, falecido em 8 de Novembro de 1954, à pensão a que se julga com direito.

Processo de pensão n.º 12.132. — Francisca Pinheiro de Sousa pretende habilitar-se, na qualidade de mãe, viúva, da contribuinte n.º 25.391 do Montepio dos Servidores do Estado, Marta de Sousa Dias, professora, que foi domiciliada na Rua de Artilharia Um, 100, 3.º, direito, freguesia de S. Mamede, desta cidade, falecida em 14 de Novembro de 1954, à pensão a que se julga com direito.

Correm éditos de trinta dias, a contar desta publicação, a fim de que, se houver mais algum interessado com direito às pensões requeridas, venha deduzi-lo no indicado prazo, findo o qual serão resolvidas as pretensões.

Repartição do Montepio dos Servidores do Estado, 11 de Dezembro de 1954. — O Chefe da Repartição, M. Serra.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral da Educação Física,
Desportos e Saúde Escolar

Por portaria de ontem:

Comissão distrital de árbitros de futebol de Coimbra — exonerado, a seu pedido, do cargo de presidente Evaristo de Menezes e nomeado em sua substituição o capi-

tão Aníbal Roque dos Reis, nos termos do artigo 68.º do Decreto n.º 32.946.

Por despachos de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Educação Nacional de 13 do corrente:

Sancionados os corpos gerentes dos seguintes organismos desportivos, cujos componentes se encontram nas condições legais e cujos nomes constam das respectivas listas, arquivadas nesta Direcção-Geral:

Associação de Futebol de Angra do Heroísmo (catagios vagos).
Associação de Patinagem do Minho (direcção).
Atlético Sport Clube.
Clube Columbófilo Os Águias.
Clube Columbófilo Lusitano.
Clube de Futebol União (comissão administrativa).
Clube Futebol Varense.
Grupo Columbófilo de Gondomar.
Grupo Columbófilo da Lousã.
Grupo Desportivo Vilarense.
Lusitano da Penha de França.
S. Domingos Futebol Clube.
Sociedade Columbófila de Agueda.
Sociedade Columbófila de Castelo da Maia.
Sociedade Columbófila de Paredes.
Sociedade Columbófila de Pevidém.
Sociedade Columbófila de Riachos.
Sociedade Columbófila de Valença.
Sport Clube Praiense.
União Desportiva Praiense.

Aprovados os estatutos dos seguintes organismos desportivos:

Associação de Xadrez do Norte de Portugal.
Clube Académico Independente Os Milionários da Figueirinha.
Clube Marítimo Africano.
Futebol Clube da Maia.
Grupo Desportivo de Pinheiro de Loures.
Sociedade Columbófila de Alagés.
Sociedade Columbófila de Valença.

Aprovada a alteração do estatuto da Associação de Patinagem do Minho.

Aprovada a alteração dos estatutos do Clube de Futebol Bom Sucesso, que passa a denominar-se Futebol Clube do Bom Sucesso.

Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, 14 de Dezembro de 1954. — O Director-Geral, Interino, João do Sacramento Monteiro.

Inspeção do Ensino Particular

Por despacho ministerial de 21 de Setembro último:

Concedido a Augusto Rebelo Correia a vará de autorização para o funcionamento

Anexo VII

CLUBE MARITIMO AFRICANO
DESPORTO // RECREIO // CULTURA

PROPOSTA PARA SÓCIO

Proponho para sócio a) _____ O Ex.^{mo} Sr. _____
Filho de _____
e de _____
Estado _____ Profissão _____ Natural de _____
Provincia de _____ Nascido em ____/____/19____, residente em _____
Local de cobrança _____
Lisboa, ____ de ____ de 19 ____.

O Proposto, _____ O Proponente, _____

O sócio proposto foi _____ em sessão de ____/____/19____.

O Secretário da Direcção, _____

a) Efectivo ou Contribuinte.